

PARTE I
DA PRÉ E PROTO-HISTÓRIA



Recinto Megalítico de Vale Maria do Meio (Évora). 2004.

Megalitismo, destruições e classificações: perspetivas e problemáticas sobre o estado da questão no Alentejo

Leonor ROCHA¹

Resumo

Quando analisamos a investigação arqueológica realizada no Alentejo em torno do Megalitismo, desde os finais do séc. XIX, e a informação que daí adveio, através das inúmeras publicações realizadas, verificamos que, em pouco mais de um século, esta região perdeu um significativo número de monumentos. No entanto, quando escalonamos estas destruições em termos temporais, constatamos que o período mais negro foi a primeira metade do século XX. Mas foram eliminações silenciosas...

Reconhecendo o valor inquestionável que representa o conjunto do megalitismo alentejano no quadro da nossa Herança Cultural, procuramos neste trabalho apresentar o estado da questão e as problemáticas existentes em torno da investigação, da salvaguarda e da classificação, numa altura em que o Ministério da Cultura abre um procedimento para a classificação deste conjunto, sem filtros.

Palavras-Chave: Megalitismo; Salvaguarda; Classificação; Destruição; Alentejo; Portugal

Resumen

Cuando analizamos las investigaciones arqueológicas realizadas en el Alentejo desde finales del siglo XIX, en torno al Megalitismo, y la información que se desprende de ellas, a través de las numerosas publicaciones realizadas, vemos que, en poco más de un siglo, esta región perdió un número importante de monumentos. Sin embargo, cuando escalonamos estas destrucciones en términos temporales, vemos que el periodo más oscuro fue la primera mitad del siglo XX. Pero fueron eliminaciones silenciosas...

Reconociendo el incuestionable valor que el conjunto megalítico alentejano representa en nuestro Patrimonio Cultural, intentamos en este trabajo presentar el estado de la cuestión y la problemática existente en torno a la investigación,

¹ Docente Universidade de Évora/ Departamento de História. Investigadora CEAACP/ UALg - UIBD/ ARQ/ 0281/ 2020 – FCT. Orcid: 0000-0003-0555-0960. lrocha@uevora.pt

salvaguada y clasificación, en un momento en que el Ministerio de Cultura está abriendo un procedimiento para la clasificación de este conjunto, sin filtros.

Palabras clave: Megalitismo; Salvaguada; Clasificación; Destrucción; Alentejo; Portugal

0. Ponto de Situação

Diz-nos a prudência que não só as ações devem ser ponderadas tendo em conta os prós e os contras, no imediato e no futuro mas, também, que se deve sempre ter em conta o histórico – que se calhar em outras áreas científicas pode ser displicente, mas não em Arqueologia. E que nos diz o histórico da investigação realizada no Alentejo desde os finais do séc. XIX?

Em termos de territórios e de paisagens é indubitável que os monumentos megalíticos, menires ou antas, se constituíram, desde a sua construção, como marcos antópicos numa paisagem natural. Independentemente de outros significados simbólicos e religiosos, foram construídos para serem vistos, para serem vivenciados e revisitados muito para além do momento em que foram construídos. Naturalmente que o objetivo subjacente à sua construção - perenidade - foi plenamente atingido (e superado) pois uma grande percentagem conseguiu chegar ao séc. XXI, muito além do que os seus construtores poderiam supor, quer em termos de resistência à erosão dos tempos, quer da curiosidade que estas arquiteturas iriam despertar. Na verdade, o imaginário que se cria em torno destes sítios teve diferentes consequências, nuns casos sem impactos, noutros muito danosos. Mas tudo isto começou a acontecer desde muito cedo (Rocha, 2014a, 2015b; 2016a; Rocha e Morgado, 2019).

1. O Quadro legislativo

Do ponto de vista do direito, para além das normas e princípios gerais, a legislação produzida tem sido tendencialmente mais reativa que preventiva desde, pelo menos, o período romano, como veremos. Por outro lado, também a aplicação da lei em tempos recuados poderia misturar-se com as relações interpessoais existentes, sendo muitas vezes *“inevitável uma certa territorialização da aplicação do direito”* (Monteiro, 2019:7). Mas, a ambiguidade legislativa (ou a sua ausência) foi, ao longo dos tempos, muitas vezes nociva para a preservação do património por, i) o proprietário não ter restrições

no que concerne ao pré-existente nos seus terrenos - nem consciência da antiguidade e valor de vestígios; ii) destruir para reconstruir ser uma prática comum, sendo recorrente a reutilização da matéria prima disponível no local e/ou numa área próxima, pelo que o recurso a esteios de monumentos megalíticos foi sem dúvida uma prática antiga, como é possível testemunhar em muitas antas no Alentejo.

Num outro campo, que se pode entrecruzar com o anteriormente referido, temos também desde o período romano, o gosto pelo colecionismo, moedas sobretudo, mas também um conjunto significativo de outros objetos eram procurados, comprados por uma elite. O Imperador Augusto é referido como sendo detentor de uma vasta coleção numismática (Carlan, 2012) que gostava de exhibir aos seus pares e Carlos Magno como um dos primeiros a preocupar-se com a preservação de elementos patrimoniais da cultura greco-romana.

Mas a recolha de objetos de elevado valor estético é, na realidade, uma prática que, existindo no período romano, é transversal a outras culturas e continua a existir, de forma mais ou menos sistemática, por toda a Europa e Médio Oriente, nos séculos seguintes. A partir do Renascimento incentiva-se e exacerba-se o gosto pelo colecionismo sobretudo da antiguidade clássica, mas que, na prática, acabava por englobar todo o tipo de objetos arqueológicos, incluindo os mais antigos, recolhidos em monumentos megalíticos. É neste contexto que, no séc. XVIII surgem um pouco por toda a Europa as “expedições arqueológicas” promovidas e praticadas pela alta nobreza e monarcas, com a constituição de grandes coleções de objetos arqueológicas, essencialmente privadas. Representativo deste movimento europeu é a criação dos primeiros museus nacionais públicos do mundo, o Museu Britânico, em Inglaterra, inaugurado em 1753, e o Museu do Louvre, em França, inaugurado em 1793.

Em Portugal, o Alvará régio de 20 de Agosto de 1721, de D. João V é a primeira normativa legal europeia que visava proteger a nossa herança cultural *“Seria muy conveniente á luz da verdade, e conhecimento dos Séculos passados, que, no que restava de semelhantes memórias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este dano, em que pode ser muito interessada a gloria da Nação Portuguesa (.../...) Hey por bem, que d`aqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça, ou destrua, em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado (.../...)”*.

No decurso do séc. XVIII, os inquéritos reais enviados a todas as paróquias do reino, em 1732 e 1758, com o objetivo de realizar um Dicionário Geográfico, continham perguntas específicas sobre a existência de antiguidades. Apesar de, naturalmente, estas respostas poderem ser muito díspares pois estavam dependentes da maior ou menor sensibilidade dos párocos para as questões relacionadas com o património não religioso, muitos deles referem a existência de sítios antigos, incluindo antas. Estes inquéritos são repetidos no século seguinte, com o Interrogatório histórico-geográfico de 1842.

O interesse político pelas questões relacionadas com as nossas origens traduz-se, no séc. XIX, pelo surgimento de uma série de normativos legais de proteção aos vestígios encontrados, como a Portaria de 10 de Abril de 1901 que refere, por exemplo “2º. *Que quando apparecerem ruínas de edificios antigos ou monumentos de certa grandeza se não proceda à sua destruição (.../...); 3º. (.../...) se applica igualmente ao apparecimento de ossadas humanas que pareçam antigas em sepulturas avulsas ou cemitérios (.../...)*”.

No ano seguinte, 1902, o Diário do Governo n.º 153, de 12 de julho, aprova as bases para a classificação de imóveis como monumento nacional e de outros objetos de reconhecido valor, estabelecendo no artigo 1º “*Os immoveis, por natureza ou por destino, cuja conservação represente pelo seu valor histórico, archeologico ou artístico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionais, pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*” salientando-se no seu artigo 3º “*Os immoveis que forem propriedade particular poderão ser classificados com assentimento do proprietário, devendo ser especificadas no respectivo decreto as clausulas a que fica sujeita a classificação*”, prevendo no artigo 5º a possibilidade dos proprietários serem expropriados – este aspeto é relevante atendendo ao agora disposto no anúncio da Abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 40 de 25 de fevereiro de 2022, anúncio n.º 39/ 2022. Por último, no artigo 11º, estabelece um princípio que corrobora a Portaria de 1901 e nos parece ser, cento e vinte anos depois, a mais elementar prática que se deveria aplicar para a salvaguarda da nossa herança cultural “*Quando forem encontrados em terreno publico ou particular, em consequência de escavações ou quaesquer outros trabalhos, monumentos, ruínas, inscripções ou objetos que interessam a historia, a archaeologia ou arte, ou se tiver conhecimento de que se trata de substituir ou danificar os já conhecidos ou ainda castros importantes e grutas prehistoricas, o administrador do concelho respectivo providenciará imediatamente, mandando, no primeiro caso, suspender os trabalhos, e, no segundo impedindo a destruição ou*

danificação. Além d'isso a mesma autoridade mandará vedar e, sendo possível, aterrar o local archaeologico, para lhe assegurar a conservação (...)”.

Já na 1ª República também, desde o início, temos várias medidas legislativas no mesmo sentido, particularmente o Diário do Governo nº 124, de 29 de Maio de 1911, que prevê a classificação dos monumentos e estabelece, de forma muito explícita, a questão da classificação como Monumento Nacional *“Artigo 46º. Os immoveis classificados de monumentos nacionaes não poderão ser demolidos, no todo ou em parte, nem soffrer qualquer reparação ou modificação, sem parecer favorável da respectiva commissão de monumentos.”*

Mas, ciclicamente o tema volta a ser referido, sendo o Decreto 20 985, de 7 de Março de 1932, um dos melhores exemplos de como o Estado pode legislar e posteriormente não ter capacidade de aplicar e fazer cumprir a lei. Em termos práticos, trata-se uma excelente lei de proteção e valorização do Património, tendo em conta o contexto político em que é produzida e que, quando analisada quase um século depois, continuamos a perceber que os problemas se mantêm...

No Artigo 24º, salienta-se o valor do bem, *“A concessão do título de «monumento nacional» aos imóveis (.../...) represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico...”*;

No Artigo 33º, o sistema penal, *“Às infracções ou falta de cumprimento das disposições deste decreto (.../...) serão julgadas pelos tribunais comuns e serão classificadas como causadoras de danos e prejuízo efectuados voluntariamente ao Estado”*.

No Artigo 35º, a responsabilidade do Estado em termos de cadastro, *“Os monumentos nacionais serão inscritos em cadastro geral, de modelo superiormente estabelecido, classificados por épocas arqueológicas ou períodos históricos e distribuídos por distritos e concelhos. Esta inscrição será acompanhada de todas as indicações que puderem obter-se e que facilitem o conhecimento, tanto quanto possível completo, do imóvel”*.

Mas, as medidas legislativas tendo em vista a proteção e o registo do Património nacional português continuam a suceder-se ao longo dos anos / décadas seguintes, Decreto 21: 117, de 18 Abril de 1932, Decreto-lei 23:125, de 12 de Outubro de 1933, Decreto nº 21 875, de 18 de Novembro de 1932, Decreto – Lei nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933, Decreto-lei 26:611, de 19 de Maio de 1936, Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949, Decreto-Lei nº 40 388, de 21 de Novembro de 1955 e culminamos na 3ª República, com as Lies Lei n.º 13/85, de 6 de julho e a Lei nº 107/2001, 8 de Setembro que estabelecem as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural português.

Ao fim de vinte e um anos de existência continua a parecer-nos, na generalidade, uma boa lei de bases pois define princípios importantes como os de património (em geral e na especificidade), os de inventariação, os de proteção, os de valorização, as competências e as penalizações:

- “1 – **Os bens inventariados gozam de protecção** com vista a evitar o seu perecimento ou degradação (...)/ 2 – **O inventário geral do património cultural será assegurado e coordenado pelo Governo (...)**” (Artigo 61º - Inventário geral, Capítulo III – Protecção dos bens culturais inventariados, da Lei nº 107/2001, 8 de Setembro)
- “1- **Quem, por inobservância de disposições legais ou regulamentares ou providências limitativas decretadas em conformidade com a presente lei, destruir vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias.**” (Artigo 103º - Crime de destruição de vestígios, Capítulo I – Da tutela penal, TÍTULO XI – Da tutela e contra-ordenacional, da Lei nº 107/2001, 8 de Setembro).

Acresce a este vasto e diversificado conjunto toda a legislação europeia e as principais convenções internacionais (Malta, 1992; Helsínquia, 1996) de proteção do património cultural, que Portugal subscrever as quais incidem e insistem na necessidade de se encontrarem métodos de preservar o património através da criação de inventários, que permitam a troca de informações técnicas e científicas entre os diferentes intervenientes culturais com o objetivo de promover o conhecimento e divulgação da herança cultural comum.

Perante o exposto anteriormente podemos questionar:

- 1) O que falhou então perante a existência de tanta legislação?
- 2) Qual a real eficácia da nova proposta de classificação do megalitismo alentejano² se o Estado sempre teve mecanismos legais para proteger o Património, e atuar sobre infratores, e nunca o fez?

² Despacho de abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, anúncio n.º 39/2022, (DR, 2.ª Série, n.º 40, de 25 de fevereiro)

2. Megalitismo alentejano: uma análise sucinta da investigação

Reconhecidamente, o Alentejo possui a maior mancha megalítica (conservada) da Península Ibérica e uma das maiores da Europa sendo por isso natural que, desde cedo (mas não tanto como a Inglaterra ou a França), tenha despertado o interesse de vários investigadores que, de forma mais ou menos sistemática, os identificaram, registaram e escavaram. Neste capítulo, pese embora não tenhamos ilustrações antigas, temos as primeiras referências escritas datadas do séc. XV, sinalizados como fronteiras de propriedades, segundo documentos publicados por Gabriel Pereira “*hua pedra da anta que está levantada sobre pedras aadecima de ryo de moinhos na quall pedra da dita anta está feita hua cruz do aguyam, e dêa dita anta como atravessa ho caminho que vay pera a córte da pedra direito a huns penedos gordos...*” (Pereira, 1887: 35).

No séc. XVI, é registada a primeira destruição de monumentos megalíticos, no Alentejo Central, através de uma carta de Frei Martinho de S. Paulo, frade do Convento da serra d'Ossa, onde manifesta a sua oposição à decisão do abade da ordem de S. Paulo de mandar destruir duas antas, que se encontravam localizadas dentro da cerca deste convento (Fabião, 1999).

Também no séc. XIX, Pinho Leal, no seu Dicionário Geográfico, quando descreve, por ordem alfabética as cidades e vilas do reino, refere a existência de inúmeros monumentos megalíticos, alguns dos quais já destruídos, como é caso, por exemplo, do Redondo, “diz-se que o nome lhe proveio de um grande rochedo redondo (talvez alguma anta) que existio onde hoje se vê a igreja da Misericórdia, e a seu hospital (.../...) a existência de monumentos megalíticos que se teera encontrado nas suas proximidades” (Leal, 1878, vol. VIII, p. 85-86).

Na 1ª Série do “O Archeologo Português”³ (1895-1938) regista-se a existência de inúmeros monumentos megalíticos, alguns já destruídos e, dos conservados, muitos deles se perderam, entretanto.

É a partir dos finais do séc. XIX que, com ciclos de maior ou menor volume de trabalhos, se assiste no Alentejo à realização de escavações e/ou inventariações de monumentos megalíticos, por investigadores como Leite de Vasconcellos, Nery Delgado, Carlos Ribeiro, Gabriel Pereira, Emile Cartailhac, Vergílio Correia, Manuel Heleno, o casal Leisner, Vitor Gonçalves, Jorge de Oliveira, entre muitos outros, com

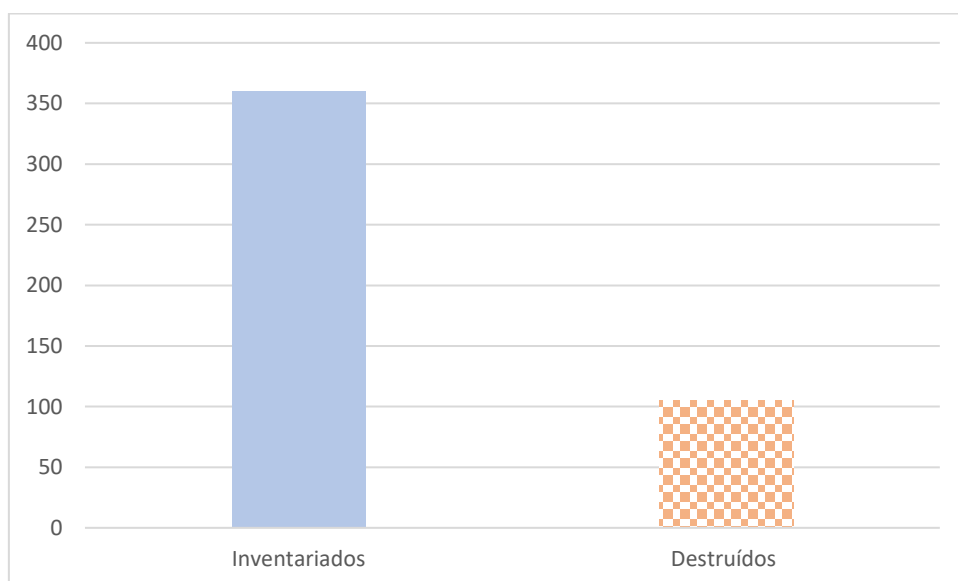
³ http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o_arqueologo_portugues_1_serie/

um acervo de dados materiais e bibliografia publicada verdadeiramente considerável, referindo-se aqui apenas alguns dos mais representativos (Alvim e Rocha, 2011; Boaventura, 2009; Calado, 2004; Carreira, 1995-1996; Correia, 1921; Gonçalves, 1992, 2003a, 2003b; Leisner e Leisner, 1959, 1985; Neves e Silva, 2018; Neto, 1976-77: 99-104; Oliveira, 1997, 2006; Parreira, 1996; Rocha, 1999; 2005; 2007, 2009, 2016, 2020a, 2020b; Rocha e Fernandes, 2014; Rocha *et al*, 2018; Rocha e Morgado, 2019; Santos, 2018; Soares, 2008; Valera, 2013, 2014, 2018, 2020; Valera e Pereiro, 2022; Valera *et al*, 2017).

3. As problemáticas

3.1. As destruições

Como reportamos anteriormente, a história que nos conta cada intervenção arqueológica realizada em monumentos megalíticos, fala-nos de reutilizações, violações, remodelações e destruições desde, pelo menos, a Proto-história prolongando-se até à atualidade (Rocha, 2016a, 2020b).



Relação monumentos inventariados/destruídos no Alentejo Central 1914-2004 (Fontes: V. Correia, M. Heleno)

A análise do gráfico anterior permite-nos ter uma ideia do número de monumentos destruídos no Alentejo no decurso do século XX, sendo que a informação disponível nos permite identificar, dentro deste quadro geral, períodos mais “negros”, com maior concentração de destruições nas décadas de 70 a 90, motivadas sobretudo pela agricultura intensiva e florestações (Rocha, 1999a, 2005a).

V. Correia, nos trabalhos que realiza em Pavia (Correia, 1921), refere este problema. Na verdade, é precisamente por causa da destruição de um monumento megalítico que ele se desloca pela primeira vez a esta vila alentejana, a convite de um amigo, mas mandatado pelo Leite de Vasconcelos, Diretor do Museu Etnológico Português, para ir recuperar o espólio (Correia, 1914).

Na década de 30 do séc. XX, Manuel Heleno reporta várias destruições, umas parciais outras totais, cuja informação obteve através de informação oral ou ainda da visualização de restos das mesmas “*destruído por um moleiro que andou à procura de dinheiro*” (Rocha, 2005: 98, vol II); “*foi adaptada a galinheiro (.../...) estando os esteios a servir de pias no monte*” (Idem, ibidem:99), “*completamente destruída, as pedras espalhadas em virtude das escavações feitas por amadores. Essas escavações foram verdadeiros vandalismos*” (Idem, ibidem: 57), “*As pedras arrancadas e talhadas de tal modo que nenhuma ideia se fazia da sua forma*” (Idem, ibidem: 82), “*Há cerca de 20 anos existia na herdade deste nome (.../...) uma anta pequena (esteios de 1 m) que servia de capoeira e que depois foi destruída.*” (Idem, ibidem: 238), etc, etc.

Na última década do séc. XX/ 1ª metade do séc. XXI, trabalhos de prospeção arqueológica dirigidos para a relocalização de sítios, realizados quer no âmbito de trabalhos académicos, de projetos de investigação, quer no âmbito da elaboração de cartas arqueológicas, permitiram verificar que, muitos dos sítios anteriormente registados, estavam destruídos/ desaparecidos. No Alentejo Central esta situação foi identificada na extremidade NW do distrito de Évora, nomeadamente nas freguesias do Lavre, do Ciborro e de Foros de Vale Figueira. Nestas áreas, a introdução de uma agricultura intensiva, mecanizada, com novos sistemas de rega ou, a implantação de projetos florestais, conduziram à necessidade de se removerem “obstáculos” dos terrenos e à consequente destruição de sítios arqueológicos, de diferentes tipologias e cronologias, incluindo, naturalmente, monumentos megalíticos...“*Este monumento foi destruído pelos proprietários da Herdade, no início dos anos noventa do século passado, por impedir a passagem dos pivots de rega.*” (Rocha, 2005: 344), “*florestação de pinheiros*” (Idem: Ibidem: 376), “*construção de um curral*” (Idem: Ibidem: 396), “*esteios reutilizados num muro junto à ribeira*” (Idem, Ibidem: 460).

3.2. A investigação e as bases de dados

A constatação deste problema conduziu-nos á apresentação de consecutivos projetos de investigação dirigidos para esta temática, alguns dos quais com o intuito de não só

verificar a localização do monumento e sua localização, mas, também, a criação de uma base de dados em formato open-source, que pudesse ser continuamente atualizada pelos investigadores/ profissionais que lidam com estas realizadas. Foi nesse contexto que em 2009 se submeteu à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) o projeto “*Corpus do Megalitismo do Alentejo (Portugal)*” (Candidatura PTDC/HIS-ARQ/112505/2009) e, em 2010, uma candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) do “*Valorizar os monumentos megalíticos*”. Apesar dos dois projetos terem sido considerados importantes para o estudo do megalitismo alentejano não foram elegíveis para financiamento porque, na perspectiva destas entidades, este tipo de investigação dever ser suportada pelas entidades regionais, nomeadamente as autarquias...



Figura 1 e 1a. Exemplos de destruição de monumentos megalíticos, com reutilização dos esteios



Figura 2 e 2a. Exemplos de destruição de monumentos megalíticos por limpeza (despedrega) dos terrenos

Na verdade, não só a necessidade de se assegurar o levantamento sistemático (inventário) é uma questão que consta na nossa Lei de Bases do Património Cultural (alínea a), do artº. 6, da Lei 107/2001, de 8 de setembro), como também o papel dos inventários e das bases de dados na gestão do património cultural é há muito

reconhecido como indispensável para a identificação, proteção, interpretação e preservação de objetos, monumentos históricos, sítios arqueológicos e paisagens culturais.

Este princípio encontra-se subjacente nas principais convenções internacionais (Malta, 1992; Helsínquia, 1996) de proteção do património cultural, que insistem na necessidade de se encontrarem métodos de preservar o património através da criação de inventários, que permitam a troca de informações técnicas e científicas entre os diferentes intervenientes culturais com o objetivo de promover o conhecimento e divulgação da herança cultural comum.

Conscientes do papel que os inventários detêm na compreensão, proteção, conhecimento e gestão património arqueológico, diversos países europeus mantêm, on line inventários do património arqueológico registado nas suas áreas de jurisdição.



Figura 3. Página do Guia Digital da Andaluzia (Espanha).

A Junta de Andaluzia através do Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico mantém online (<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/bdi/frmSimple.do>) a Base de Dados do “Patrimonio Inmueble de Andalucía – SIPHA”, onde disponibiliza centenas de registos de sítios monumentos e materiais com interesse histórico cultural.

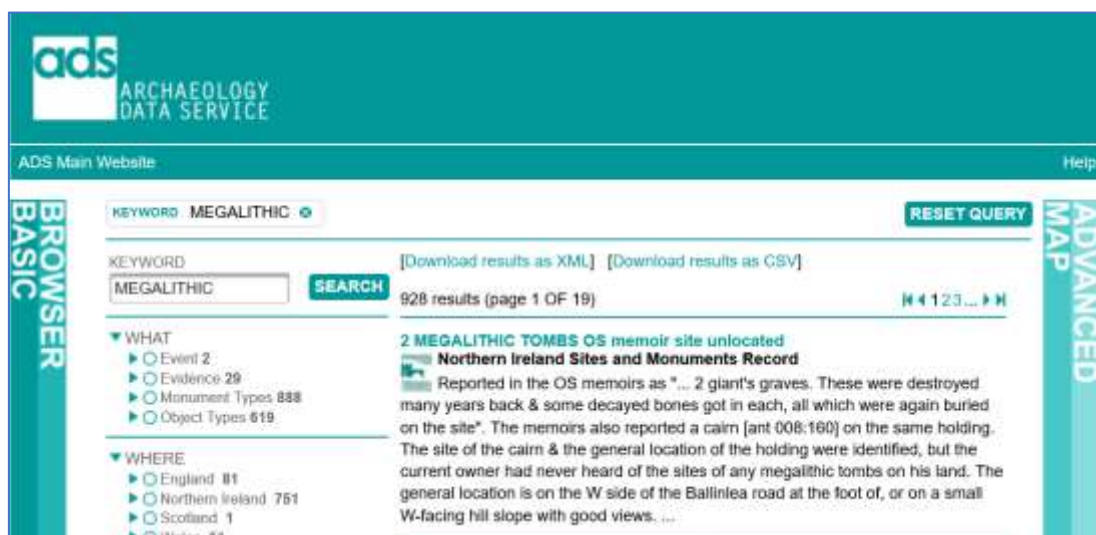


Figura 4. Página do Archaeology Data Service (Inglaterra).

Em Inglaterra, o “Archaeology Data Service” (<http://ads.ahds.ac.uk/>) permite a pesquisa, conhecimento e divulgação dos monumentos e sítios arqueológicos registados no Reino Unido. Também neste caso, a informação está atualizada, disponibilizando de forma livre e direta, desde o resultado de escavações arqueológicas ao catálogo de materiais arqueológicos.



Figura 5. Página do Patriarche (França).

No caso francês, a “PATRIARCHE” é uma base de dados informatizada com três aplicações, um banco de dados (DBMS), Oracle, associado a um sistema de

informações geográficas (GIS), Arcview 3 e um software de consulta, Business Object. Mas, para além desta, as Direções Regionais de Assuntos Culturais (DRAC) possuem também bases de dados associadas.

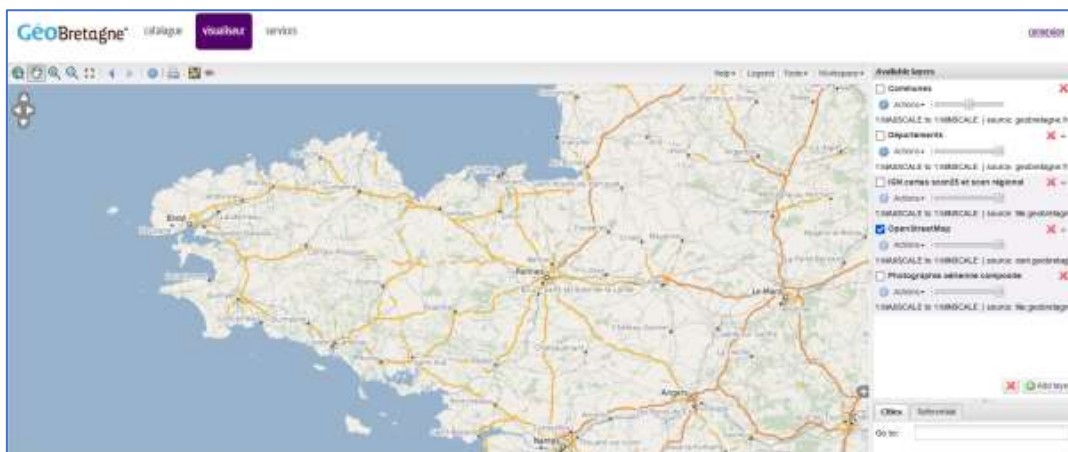


Figura 6. Página da GeoBretagne (França).

Nesta perspetiva, é paradigmático o caso da região bretã, pela sua similitude com o Alentejo, na perspetiva do megalitismo. A DRAC da Bretanha possui um conjunto de bases de dados “Geobretagne”, “kartenn” com a cartografia dos sítios, informação antiga e os relatórios de escavação digitalizados e online.

Em Portugal, apesar de existirem várias tentativas de elaborar um cadastro nacional, a primeira base de dados com o inventário online dos sítios arqueológicos foi criada em 1995.

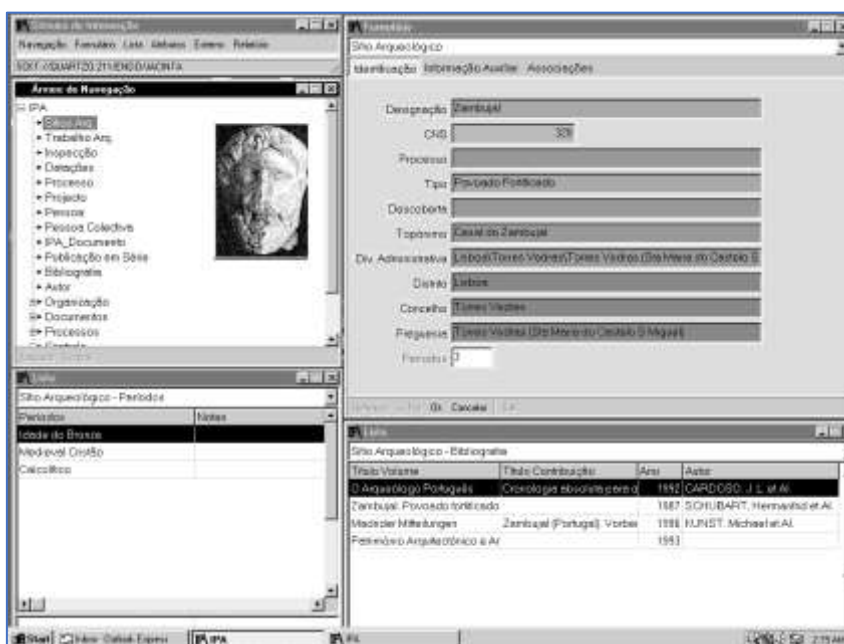


Figura 7. Pormenor de uma página do Endovélis (sgd. AAVV, 2002: 278).

Numa primeira fase, o Endovélico (fig.7) era uma base de dados autónoma onde se iniciou o cadastro dos sítios arqueológicos portugueses, com a criação de um código nacional de sítio (CNS). Posteriormente, com as sucessivas remodelações dos institutos/direções que tutelam o património cultural, este acabou por ser inserido no Portal do Arqueólogo (fig.8), tornando-se uma base de dados que gere atualmente toda a atividade arqueológica.



Figura 8. Pormenor da página inicial do Portal do Arqueólogo.

O final do século XX é um momento de viragem, no que concerne ao exercício da atividade arqueológica em Portugal, com o aparecimento da arqueologia empresarial, consequência direta do surgimento de grandes empreendimentos/projetos nacionais e da aplicação das normativas referentes à Avaliação de Impacte Ambiental.

É no quadro desta nova realidade que é criado, em 1997, o Instituto Português de Arqueologia (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio), que refere no Preâmbulo ““(…) os custos decorrentes da adopção de uma política de gestão deste património arqueológico não monumental devem ser afectados aos promotores das intervenções que venham eventualmente a causar a respectiva destruição física, e não ao Estado. A este último deve caber a definição da legislação e das regras por que se deverá pautar a actividade, fiscalizá-la e recolher e pôr à disposição dos intervenientes a informação relevante disponível a cada momento nas bases de dados constituídas por sua iniciativa” atribui à Divisão de Inventário a competência de:

“a) **Constituir, gerir e actualizar** um sistema de informação arqueológica (carta arqueológica de Portugal) que funcione como **base de dados geo-referenciada** do património arqueológico

nacional e instrumento de planeamento ao serviço da sociedade civil e dos restantes organismos da Administração Pública;

b) Organizar e conservar o arquivo histórico da arqueologia portuguesa, a partir dos processos herdados dos organismos que precederam o IPA na superintendência da arqueologia” (artigo 14, n.º 1 do DL. n.º 117/97, de 14 de Maio)

A ideia subjacente ao Endovélico (fig.7) era a de registar o maior número possível de dados, para se ter uma dimensão do vasto património arqueológico português. Para atingir esse objetivo, foram alocados recursos humanos específicos que tinham duas tarefas distintas:

- 1) consultar a bibliografia antiga e/ou arquivos e inserir essa informação na base de dados, criando para cada um deles um Código Nacional de Sítio. Esta ação aplicava-se a todo o tipo de sítios arqueológicos, em termos de cronologias e de estado de conservação, pelo que foram criados CNS para sítios (nomeadamente monumentos megalíticos) já dados como destruídos, em bibliografia antiga;
- 2) gerir a atividade arqueológica em curso através da inserção nesta plataforma de projetos e trabalhos arqueológicos realizados desde o pedido de autorização à informação resultante dos mesmos – relatórios e publicação dos dados.

4. Os processos de classificação

Depois de um conjunto de medidas legislativas promulgadas em Portugal a partir de 1721, o primeiro local a ser classificado como Monumento Nacional (MN) é o Castelo de Elvas, em 1906 e, a primeira série de classificações, por tipologias, em conjunto, surge em 1910 (Diário do Governo n.º 136, de 23 de junho, Decreto DD723 e Decreto DD724), onde se incluem vários monumentos megalíticos alentejanos. Em 1924, a Lei 1 700, de 18 de Dezembro estabelece uma zona de proteção aos MN, de 50m em torno dos mesmos (artigo 50) e cria a proteção aos Imóveis de Interesse Público (IIP) (artigo 54). Estas tipologias proteções são outra vez republicadas em 1932, o Decreto 20:985, de 7 de março, que vem regular a classificação de imóveis na tipologia de MN e de IIP (Capítulo IV). Por último, em 1949 surge a categoria de Imóvel de Interesse Concelhio (IIC), através da Lei 2.032, de 11 de junho de 1949. Todas estas tipologias previam, desde o início que a base da classificação era a preservação de sítios ou conjuntos com elevado valor arqueológico, histórico ou artístico, com base no seu estado de preservação e,

também, estabelece as respetivas contra ordenações, para os casos de dano e/ou destruição.

A partir desta base legal voltámos à questão com que finalizámos o ponto 1. Se a legislação existe porque é que a punição efetiva para os crimes de atentado ao Património é tão rara? Esta talvez seja a raiz do problema no sistema judicial português: a não aplicação da lei que nos faz voltar à questão, no início da segunda década do século XXI, passados mais de 100 anos sobre as primeiras classificações de monumentos megalíticos, em Portugal.

Como contraponto de comparação, temos o processo de classificação do Megalitismo da Bretanha (França) que, como se sabe, é um conjunto que em termos numéricos é substancialmente superior ao existente no Alentejo, sobretudo em relação ao conjunto de menires. É também, desde sempre, uma área fortemente atingida por problemas de várias ordens, desde a agricultura, as florestações, a pressão urbanística (era balnear muito preferida pelos franceses, mas não só) e, até, pela 2ª Guerra Mundial, com monumentos a serem destruídos ou reconfigurados por forma albergar no seu interior bunkers de vigia e controle da costa, alemães (fig.9).

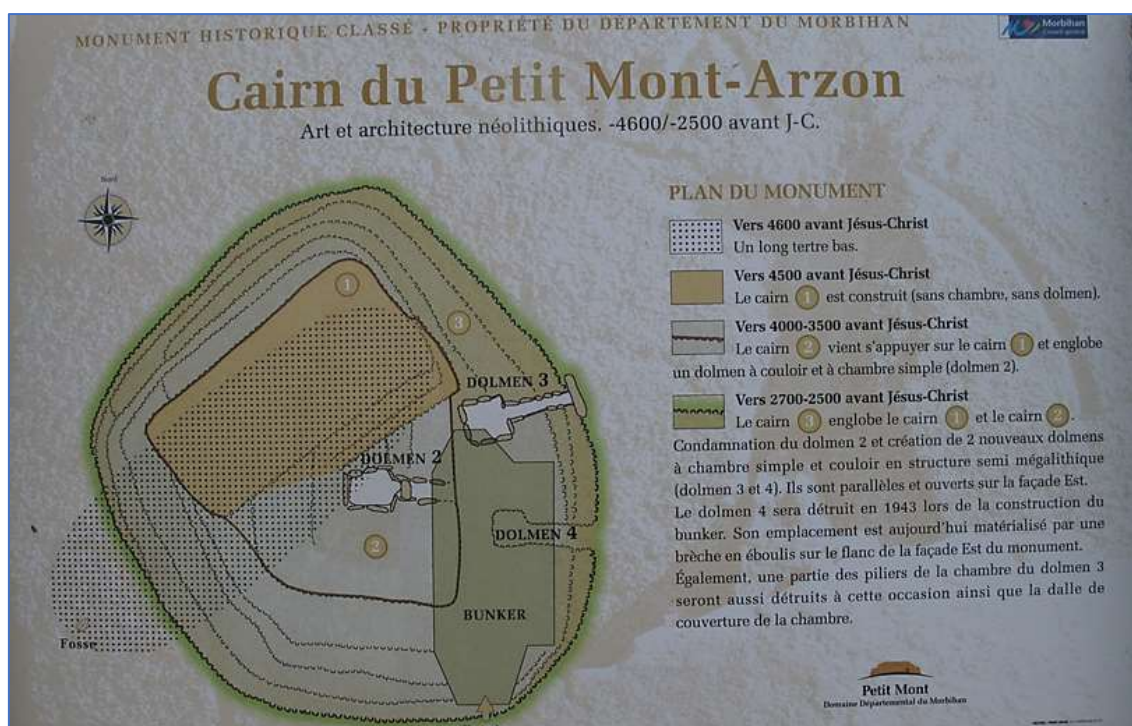


Figura 9. Planta de Petit Mont-Arzon, com identificação da área do bunker.

A relação que o poder político, as entidades que tutelam o património e a população civil têm com este vasto património megalítico, apesar de também pontualmente poder

ser menos conciliatória, é muito diferente da existente no Alentejo. Desde há muito tempo que, na Bretanha, se tem vindo investir na sensibilizar da população e dos proprietários para a convivência com estes monumentos, que muitas vezes estão localizados dentro dos seus quintais, que lhes atravessam os campos agrícolas ou que, também, lhes colocam severas restrições à implementação de projetos urbanísticos ou agrícolas. Mas, ao contrário da situação alentejana, também temos muitos privados a investir na divulgação do seu património, com ações de manutenção e, nalguns casos, são os próprios a estabelecer as visitas, através da cobrança de entradas (como é, por exemplo, o caso da propriedade de Kercado). Por último, por toda a Bretanha temos a divulgação dos monumentos, através de placas sinalizadoras e informativas (fig.9), com centros interpretativos, etc. Educação Patrimonial...

Para além dos monumentos bretões que se encontram classificados, todos estão protegidos por leis similares às existentes em Portugal. Recentemente (2013) os Serviços Regionais de Arqueologia da DRAC Bretanha decidiram avançar com uma candidatura a Património da UNESCO. Apesar de todos o trabalho de compilação, inventariação e base de dados existentes, esta ideia não abrange todos os monumentos megalíticos da região. Na verdade, esta pretensão de classificação passou por diferentes fases:

1ª Fase: criar uma Associação específica, Paysages de Mégalithes, com técnicos que fazem a compilação de dados, produzem textos justificativos para cada monumento/conjunto, estabelecem o diálogo com o poder local, com a população e com as comissões de trabalho, com as entidades políticas locais (<https://www.megalithes-morbihan.fr/candidature-unesco/le-patrimoine-mondial.html>); foi criada uma Comissão Científica Internacional constituída por especialistas em megalitismo de diferentes países europeus para apoiar este trabalho;

2ª Fase: os vários intervenientes debruçaram-se sobre o conjunto megalítico para decidir, por exemplo, que monumentos iriam ser classificados, ou seja, não optaram por uma classificação de todos, mas sim dos que pelo seu estado de conservação, categoria, singularidade, valor estético, etc, merecem efetivamente serem considerados como monumento nacional e da humanidade;

3ª Fase: definidos os monumentos/ conjuntos que se encontram distribuídos por 27 concelhos, passaram à fase de verificar a documentação existente, programar trabalhos de limpeza e conservação, delimitar áreas de proteção em diálogo com os

proprietários e as autarquias, produzir relatórios, cartografia e verificar a informação existente nas bases de dados, que é aberta e de fácil acesso a toda a população civil (fig. 10 e 11)

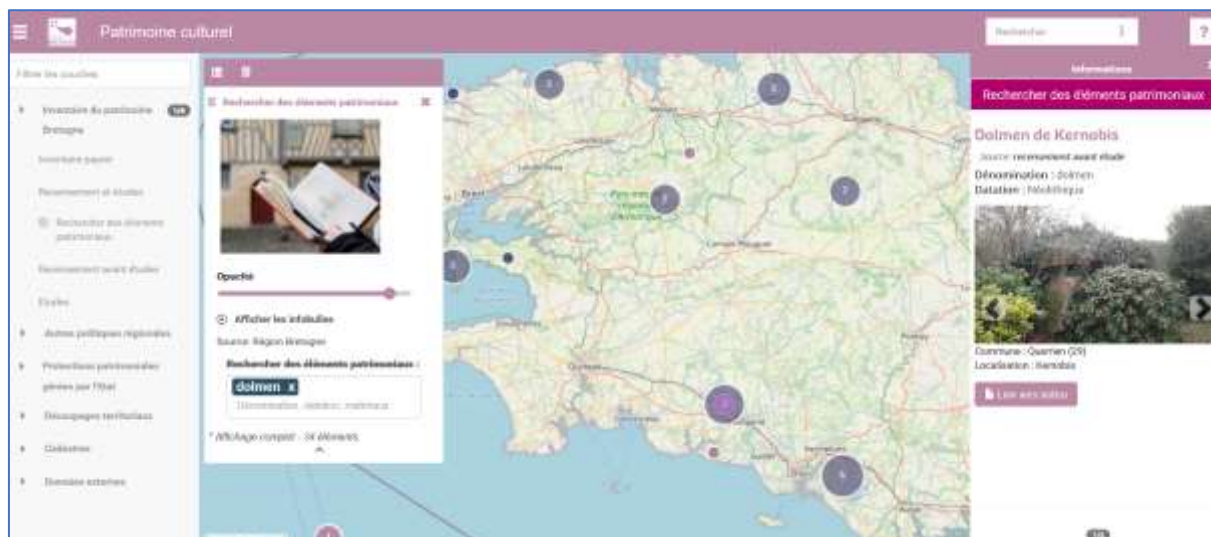


Figura 10. Exemplo da base de dados Kartenn. <https://kartenn.region-bretagne.fr/patrimoine/#>

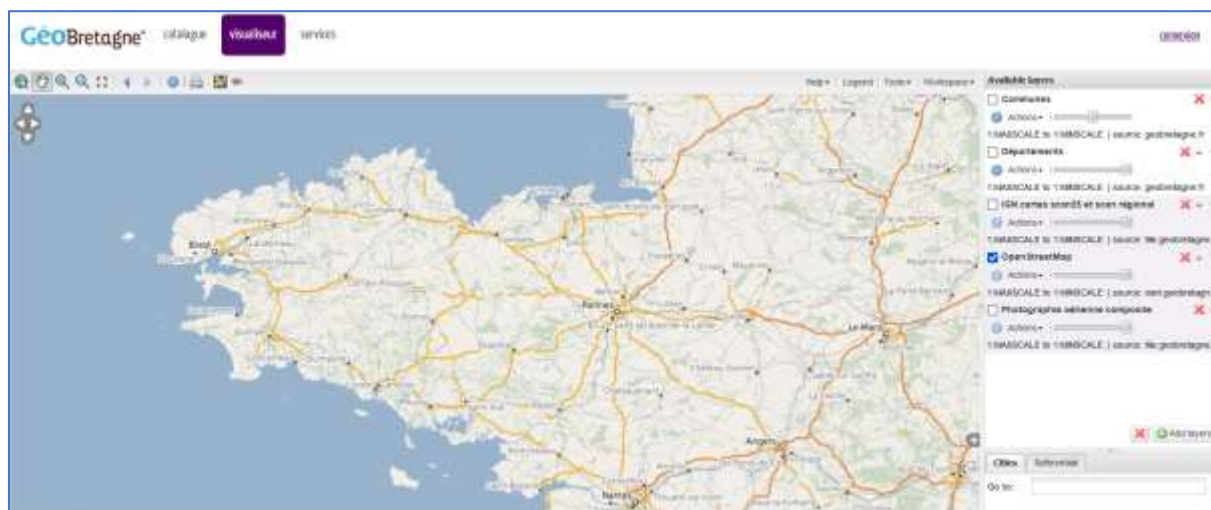


Figura 10. GeoBretagne. A plataforma SIG de livre acesso - <https://cms.geobretagne.fr/>.

A GeoBretagne visa “*améliorer la connaissance des territoires, la Préfecture de la région Bretagne et la Région Bretagne ont mis en place une démarche partenariale d’échange de données avec les acteurs publics de l’aménagement du territoire. Cette démarche s’inscrit dans la constitution de l’infrastructure européenne d’échange de données publiques nommée INSPIRE. La plate-forme GéoBretagne propose à ses partenaires et au public des services de recherche, visualisation, téléchargement et transformation de données conformes à INSPIRE*”. (<https://www.observatoire-des-territoires.gouv.fr/partenaires/geobretagne>). Esta integra, por exemplo, cartografia e fotos antigas.

Esta fase, que se encontra em curso (num processo que tem já oito anos de trabalhos contínuos) passa, também, por reuniões de consulta pública em todos os municípios envolvidos, em ações de sensibilização e esclarecimento junto da população em geral, mas também nas escolas, pela realização de jornadas... Arqueologia Pública e Educação Patrimonial absolutamente necessária para o envolvimento de todos, neste processo.

4.1. A classificação do megalitismo alentejano

Em fevereiro de 2022 é publicado no Diário da República o anúncio n.º 39/2022, (2.ª Série, n.º 40, de 25 de fevereiro), com o despacho de abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano o qual propunha a classificação de 2049 monumentos, distribuídos por 46 concelhos, dos distritos de Évora, Portalegre, Beja, Setúbal e Santarém. Este despacho estava acompanhado, no site oficial da DGPC, por uma listagem dos monumentos a classificar em cada concelho e, também das plantas de localização. De salientar que esta proposta surge na sequência da destruição de alguns monumentos megalíticos no Alentejo, nas primeiras décadas do séc. XXI devido à implementação de grandes projetos agrícolas de regadio as quais foram amplamente difundidas na comunicação social, o que levou o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a entregar um Requerimento sobre a desproteção e a destruição sistemáticos dos vestígios arqueológicos na região do Alentejo. Este assunto foi analisado através da 12ª Comissão de Cultura e Comunicação⁴ e conduziu à audição de um conjunto de entidades e especialistas (Diretora da DRC Alentejo, Ana Paula Amendoeira, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Luís Raposo, Faculdade de Letras da UL, Vítor Gonçalves e Ana Catarina Sousa, e da Universidade de Évora, Leonor Rocha) no dia 9 de dezembro de 2020.

Em relação ao processo que está a ser realizado para a classificação do megalitismo da Bretanha, Portugal seguiu o caminho oposto. A decisão foi a avançar primeiro com a proposta de classificação, com a abertura do procedimento assente nos dados inseridos na base de dados nacional (Portal do Arqueólogo) e, só posteriormente, iniciar a consulta a outras entidades envolvidas, como as autarquias. Não se promoveu o debate junto da sociedade civil, proprietários (que não foram informados), arqueólogos que

⁴ <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=116233>

trabalham no terreno, não se reviram sequer os dados e os mapas que foram disponibilizados. Não, simplesmente...

Este despacho foi, na verdade uma ação reativa a acontecimentos que, na verdade, não foram tão catastróficos para o megalitismo como os registados no século XX. A diferença foi a sua divulgação por parte dos media que conduziu a uma reação que não foi devidamente ponderada e trabalhada, conforme tive oportunidade de salientar em fase de consulta pública (Anexo I).

Efetivamente, a tentativa de dar uma rápida resposta política a este assunto conduziu a que:

- 1) Fosse uma proposta de classificação sem filtros. Como referi anteriormente, a constituição da base de dados para os sítios arqueológicos (Endovélico) teve pressupostos que, para serem aplicados neste contexto, exigia a revisão dos dados atendendo à informação que foi inserida, nomeadamente, a de sítios já destruídos, conforme se pode verificar nos exemplos apresentados (figs. 12 a 17) e que constam das listagens apresentada pela DGPC.



Figura 12. Forca Velha, Mora (CNS1867), registado como destruído em 1911. Fonte: Portal do Arqueólogo

Torre do Curvo 1

Sítio (24176)

Descrição · Trabalhos (1) · Bibliografia (0) · Fotografias (0) · Localização

Tipo
Anta/Dólmen 

Distrito/Concelho/Freguesia
Portalegre/Monforte/Santo Aleixo

Período
Neo-Calcolítico

Descrição
Monumento de câmara poligonal com 7 esteios, 4 dos quais se conservavam no sítio, achando-se mais dois tombados, à beira. O sétimo achava-se mais afastado. No corredor havia ainda 3 esteios de um lado e um só do outro. (Viana; Deus, 1957, fig. 1, n.º 6). A largura da câmara era de 2,20m. Os esteios mais elevados eram os da entrada, um de cada lado, com cerca de 1,80m. A câmara fora violada, mas no corredor ainda se achou 1 machado, dois fragmentos de idolo-placa e 2 vasilhas de barro. Fora da anta recolheu-se fragmentos de uma lâmina e ponta de seta (Viana; Deus, 1957). Não relocalizado. A referência a uma 3ª anta de Torre do Curvo deverá corresponder a gralha de texto. Apenas surge a sua menção em Viana; Deus, 1955-57, não surgindo posteriormente em 1957, ou nos Leisner. O mesmo que Torre do Bagulho.

Figura 13. Torre do Curvo 1, Monforte (CNS24176), dado como destruído em 1957. Fonte: Portal do Arqueólogo

PT182MFT017	11930	Farinha 1	Portalegre	Monforte	Monforte			39.084284	-7.386566	MonM	Monumento Megalítico.
PT182MFT018	11886	Fonte da Balsa 1	Portalegre	Monforte	Assumar			39.145174	-7.494509	An	Monumento Megalítico.
PT182MFT019	11903	Fonte da Balsa 2	Portalegre	Monforte	Assumar			39.145179	-7.494856	Mam	Monumento Megalítico.
PT182MFT020	17211	Fonte do Chão	Portalegre	Monforte	Monforte		Latitude: 39.0313, Longitude:	39.053603	-7.424958	An	Segundo Leisner foi destruída, encontrando-se placas de xisto, etc. no Museu de Elvas. (Antas e Dolmen de Elvas e Torralva).

Figura 14. Extrato da listagem publicada pela DGPC, Monforte (CNS11886), onde é patente este problema.

Fonte da Balsa 1

Sítio (11886)

Descrição · Trabalhos (2) · Bibliografia (0) · Fotografias (2) · Localização

Tipo
Anta/Dólmen 

Distrito/Concelho/Freguesia
Portalegre/Monforte/Assumar

Período
Neo-Calcolítico

Descrição
-

Figura 15. Fonte da Balsa 1, Monforte (CNS11886), sem qualquer informação. Fonte: Portal do Arqueólogo



Figura 16. Fonte da Balsa 2 Monforte (CNS11886), sem qualquer informação, incluindo o período cronológico. Fonte: Portal do Arqueólogo



Figura 17. Farinha 1, Monforte (CNS11930), que consta na listagem apresentada na figura 11. Não é um monumento megalítico e não possui informação administrativa. Fonte: Portal do Arqueólogo

- 2) Em relação à cartografia apresentada, os problemas são também muito diversificados (figs. 18 a 22) e decorrem, mais uma vez, da não verificação dos dados à partida (mas também dos mapas gerados, como se pode ver nos exemplos apresentados onde é evidente que existia um problema) mas, também do sistema de coordenadas. Efetivamente, após a divulgação dos mapas verificou-se desde logo que existiam graves problemas na localização de monumentos megalíticos, em inúmeros concelhos os quais não poderiam derivar todos de erros na obtenção das coordenadas, por parte dos arqueólogos...Destas listagens constavam monumentos que necessariamente teriam de estar bem localizados, como os já classificados anteriormente, como os que foram intervencionados recentemente

onde foram realizados levantamentos topográficos georreferenciados... Mas estavam genericamente todos com os mesmos problemas. Mais uma vez, perante uma certa apatia dos serviços em perceber a origem do problema, foi possível percebermos com o auxílio de colegas investigadores especialistas em Sistemas de Informação Geográfica (que mais uma vez reportamos – cf. Anexo II) que a DGPC tinha convertido as coordenadas de um sistema planimétrico (as obtidas por GPS, posteriormente transformadas para coordenadas no sistema Gauss, para utilização SIG dos dados em cartografia 1: 25 000 digitalizada) e aqui estávamos no sistema de projeção ETRS 1989, elipsoidal. Ora, uma esfera não é diretamente planificável. Os dois sistemas são incompatíveis e todas as projeções, se não forem corrigidas, envolvem distorções. Foi o que aconteceu na cartografia apresentada, por falta de verificação dos dados a montante a jusante.



Figura 18. Menir da Meada, Castelo de Vide. Cartografia da DGPC e localização do monumento (círculo vermelho)



Figura 19. Menir da Água de Cuba, Marvão. Cartografia da DGPC e localização do monumento (círculo vermelho).



Figura 20. Menir da Caeira, Arraiolos. Cartografia da DGPC e localização do monumento (retângulo vermelho).

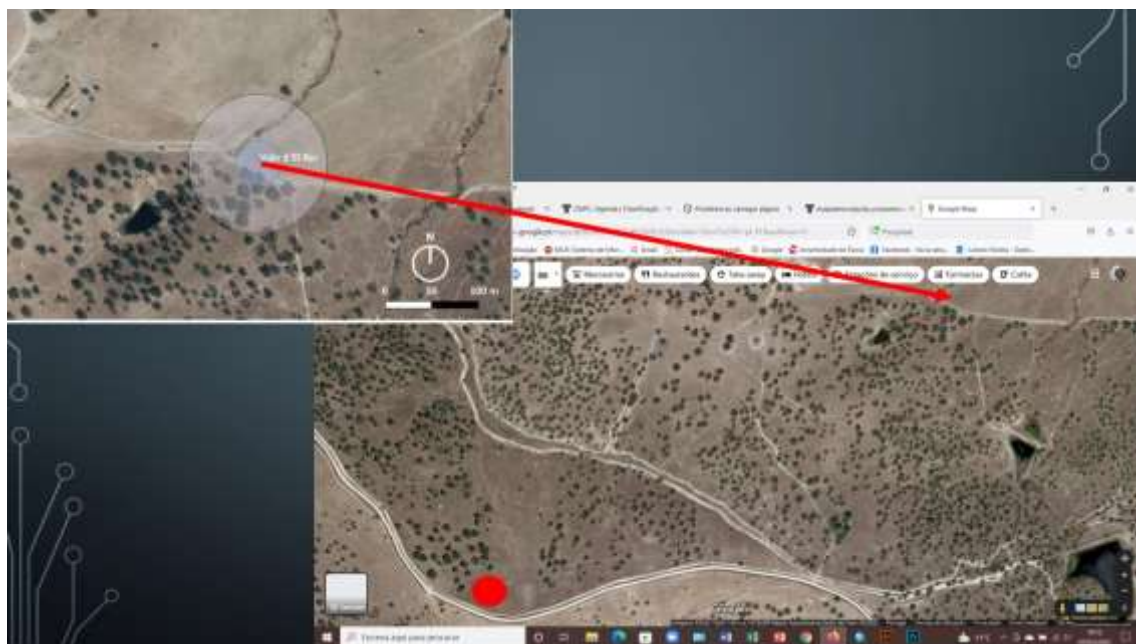


Figura 21. Recinto megalítico de Vale d`El Rei, Mora. Cartografia da DGPC e localização do monumento (círculo vermelho).



Figura 22. Anta capela de Pavia, Mora. Classificada como MN desde 1910. Cartografia da DGPC e localização do monumento (círculo vermelho).

- 3) Para além dos problemas anteriormente elencados, em termos de classificação de um qualquer sítio considera a nossa legislação que deve ser *“Consoante o seu valor relativo, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação, sendo que para os bens imóveis classificados*

como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação «monumento nacional». Um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um município”⁵

Mas, as propostas apresentadas incidem também sobre sítios destruídos ou não sítios, como é o caso de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz) que depois de ter sido considerado como “menir” verificou-se que se tratava apenas de um bloco solto o qual acabou por ser deslocado e fragmentado (fig.23) no âmbito dos trabalhos de melhoramento da M514. Consta na proposta de classificação apresentada.



Figura 23. Santa Margarida, Reguengos de Monsaraz.

⁵ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/>



Figura 24. Sete, Monforte (CNS 11899)

Ou do “Menir dos Sete” (fig.24) que foi intervencionado em 2013 tendo-se verificado, sem sombra de dúvida, que se trata de um monólito natural, integrado no afloramento rochoso granítico, que se apresenta muito irregular, fissurado e superficial.

- 4) Aos erros anteriormente apontados acresce ainda a falta de informação recente. Efetivamente, após um período em que a tutela investiu na criação e atualização da base de dados Endovélico, assistiu-se, durante o século XXI, ao inverter da situação. A falta de técnicos que fossem introduzindo e atualizando a informação arqueológica que é diariamente produzida pelos arqueólogos e remetida para a DGPC, sob a forma de Relatórios Técnico-científicos, acarretou outro tipo de problemas, neste processo de classificação, a não inclusão das novas informações remetidas, no Endovélico/ Portal do Arqueólogo. Esta circunstância faz com que importantes monumentos identificados nos últimos 20 anos, não constem da listagem, como é o caso dos menires do Alto da Cruz, Mora ou, em sentido inverso, que monumentos que ficaram submersos pela barragem do Alqueva, constem das listagens e estejam cartografados sobre a

água (ver, por exemplo, a cartografia apresentada para o concelho de Reguengos de Monsaraz);

- 5) Por último, e na sequência dos problemas referidos no ponto anterior, resultantes da falta de técnicos, mas, também, da burocracia e inércia dos serviços que têm as competências e o dever de fiscalizar a aplicação da legislação existente e de proteger o nosso património, podemos questionar em que estado se encontra o megalitismo que foi classificado a partir de 1910?



Figura 25 e 25a. Anta da Velada (Montemor-o-Novo).

A Anta da Velada (fig.25 e 25a) encontra-se classificada como MN desde 1936 (Diário do Governo n.º 26 236, 1.ª série, n.º 16, de 20 janeiro). A construção de uma albufeira, na 2ª metade do séc. XX, submerge este monumento no inverno e, no verão, a descida das águas, ao longo dos anos, conduziu à derrocada dos esteios. Sobre este monumento consta a seguinte informação, na base de dados do património classificado, com indicação que a última atualização foi em 1994; no campo Afetação: “**Sem afetação**”; no campo Observações: “*O monumento, muito perto da margem de uma charca, que o submerge ligeiramente quando atinge o nível máximo, deve ser protegido. O proprietário destruiu recentemente uma anta notável e em muito bom estado, similar à Anta Grande da Comenda da Igreja, que é também propriedade sua, arrasando-a com uma escavadora, para evitar as visitas continuadas e natural curiosidade.*”⁶

Apenas um exemplo, entre os vários existentes no Alentejo que, naturalmente, não podemos deixar de constatar. Se o Estado português não conseguiu, nos últimos 100 anos, velar pelo escasso património megalítico que estava classificado no Alentejo, como pensa conseguir para os 2049 que agora pretende classificar?

⁶ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2871

5. Em suma...

Ao longo deste trabalho apresentamos dados, problemas, bons e maus exemplos de gestão do património. Perante a publicação de uma proposta de classificação do megalitismo alentejano, por parte da tutela do Património Cultural em Portugal, nos moldes anteriormente referidos, considero que, para finalizar, dois aspetos devem ainda ser salientados:

- 1) o que se entende, ou é expectável na classificação de um qualquer sítio? *“Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação”*. Um monumento megalítico, seja ele uma anta ou um menir, representa isso? Sim, mas não todos...ou seja, não podemos considerar que um monumento que já foi destruído há muitos anos, do qual nada resta de evidente no terreno, nem se sabe a sua localização precisa, ou um que tem apenas um esteio conservado, têm o mesmo valor. Não podemos desvirtuar o conceito de classificação, seja a proposta final de monumento nacional ou apenas imóvel de interesse público, ou municipal. Este trabalho de verificação, seleção e limpeza deveria ter sido realizado a montante, aparecendo nesta proposta apenas os monumentos já validados. O cidadão comum, ao analisar as listagens e os mapas, com sítios a serem cartografados dentro de água, dentro de casas, no meio de estradas, entre outras situações naturalmente que considera pouco “válida” esta proposta;
- 2) Mas, o Alentejo não é só constituído por um património megalítico. Na verdade, os projetos que estão a causar danos a estes monumentos estão, também, de uma forma mais ou menos silenciosa, a destruir todos os outros sítios, de cronologias e tipologias muito variadas, que existem neste espaço: os locais de povoamento dos construtores dos monumentos megalíticos, os sítios romanos, os sítios islâmicos, medievais, o património religioso ... Esses não têm valor cultural? Esses podem ser destruídos?

No fundo, o Estado português está a assumir, perante as gerações vindouras que, a nível do Alentejo, a nossa Herança Cultural se resume ao património megalítico.

Bibliografia

- AAVV (2002) - Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. Divisão de Inventário do Instituto Português de Arqueologia. *Revista Portuguesa de Arqueologia* .5- 1. Lisboa, IPA: p.277-283
- ALVIM, P; ROCHA, L (2011) - Os menires do Alto da Cruz: novos dados e algumas reflexões sobre o Megalitismo da área de Brotas (Mora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.14. Lisboa: IGESPAR, p. 41-55.
- BOAVENTURA, R. (2009) - *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Lisboa: FLL. (tese de doutoramento policopiada).
- CARDOSO, Luís (1741-1751) - *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregação do Oratorio de Lisboa....* . Lisboa : Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.
- CARLAN, C. U. (2012) – Arqueologia e Patrimônio: os acervos dos museus e sua importância. *Arqueologia Pública*. 56. nº 5. Campinas, p. 56-63.
- CORREIA, Virgílio (1914) – Cronica. Excursões arqueológicas ao Alentejo. *O Archeólogo Português*. 19. 1ª Série. Lisboa, p. 189-192
- CORREIA, Virgílio (1921) – *El Neolítico de Pavia*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas. 27.
- GONÇALVES, V. S. (1992) - Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) - A anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz, Évora): Sinopse das intervenções de 1996-97 e duas datações de radiocarbono para a última utilização da câmara ortostática. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6, 2. Lisboa, IPA, p. 143-166.
- GONÇALVES, V. S. (2003b) - STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Trabalhos de Arqueologia*. 32. Lisboa: IPA.
- LEISNER, G. y LEISNER, V. (1985) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa.
- LEISNER, G. y LEISNER, V. (1959) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. 2, Berlin.
- MONTEIRO, M. (2019) - O direito romano justinianeu da construção urbana e a sua aplicação em Portugal como direito subsidiário das Ordenações do Reino. A questão da proteção da vista de mar do vizinho. *A Imagem de Lisboa. O Tejo e as*

- Leis Zenonianas da Vista do Mar*. Helder Carita e José M. Garcia (Coord). Lisboa: C.M.Lisboa/ IHA/FCSH, UNL, p. 7-17.
- NEVES, M^a J; SILVA, A.M. (2018) – Acerca da biografia dum sepulcro colectivo do Neolítico final/ Calcolítico: o hipogeu 2 do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja, Portugal). *Estudos do Quaternário*. 18.p. 35-52
- OLIVEIRA, Jorge (1997) - *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Colibri.
- OLIVEIRA, J. (2006) - *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Colibri.
- PARREIRA, R. (1996) - *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo)*. Contribuição para o estudo das antas portuguesas. Porto: FLL. (Tese Policopiada).
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de (1873-1890) - *Portugal antigo e moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Se estas são notaveis, por serem patria d'homens celebres, por batalhas ou noutros factos importantes que nellas tiveram logar, por serem solares de familias nobres, ou por monumentos de qualquer natureza, alli existentes. Noticia de muitas cidades e outras povoações da Lusitania de que apenas restam vestígios ou somente a tradição*. Lisboa, 12 vol.
- ROCHA, L. (1999) - *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História Regional*. Setúbal: Regiset.
- ROCHA, L. (2005) - *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: FLL (Tese Policopiada).
- ROCHA, L. (2007) - O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10, 1. Lisboa: IPA, p.73-94.
- ROCHA, L. (2009) - A anta de Santiago Maior (Alandroal): a recuperação de um monumento destruído. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12, 1. Lisboa: IPA, p. 35-52.
- ROCHA, L. (2014) – The contribution of Manuel Heleno to the knowledge of the funerary Megalithic in Alentejo. *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives from Recent Prehistory (Iberia)*. Ed. By Ana Cruz, Enrique Cerrillo-Cuenca, Primitiva Bueno-Ramírez, João Carlos Caninas, Carlos Batata. BAR International Series 2648, p. 13-22.

- ROCHA, L. (2015a) – Megalithic hollows: rock-cut tombs between the Tagus and the Guadiana. *The Megalithic Architectures of Europe*. LAPORTE, L.; SCARRE, C. (eds). Oxford: Oxbow Books, p. 167-174
- ROCHA, L. (2015b) – The Funerary Megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): the (re) use of the spaces. *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials*. ROCHA, L.; BUENO-RAMÍREZ, P.; BRANCO, G. (eds). BAR International Series 2708, p. 221-230.
- ROCHA, L. (2016a) - Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano. Terra e Água. Escolher Sementes, invocar a Deusa. *Estudos & Memórias*. 9. Lisboa, p. 167-177.
- ROCHA, L. (2016b) – Justification de l'inscription in Mégalithes de Carnac, di Golfe du Morbihan et de la Baie de Quiberon. *Paysages de Mégalithes*. Carnac.
- ROCHA, L. (2018) - Património Arqueológico no concelho de Mora: um exemplo de gestão. *GENIUS LOCI. Lugares e Significados. Places and Meanings*. Lúcia Rosas, Ana Cristina Sousa & Hugo Barreira (coord.) vol. 3. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», p. 105-116.
- ROCHA, L. (2020a) - Where were the dead buried in Recent Prehistory? The problem of architectures versus chronologies in Central Alentejo (Portugal)/ Onde se enterravam os nossos mortos na Pré-história Recente?: O problema das arquiteturas versus cronologias no Alentejo Central (Portugal). *Pre and Protohistoric Stone Architectures. Comparisons of the social and technical contexts associated to their building*. Oxford: 86-94.
- ROCHA, L. (2020b) - Datações absolutas para contextos funerários do Sul de Portugal: algumas reflexões. *Scientia Antiquitatis*. Évora, p. 81-104.
- ROCHA, L. (2021a) – Irisalva Moita e o Megalitismo Alentejano (1952-1953). *SCAENA. Revista do Museu de Lisboa – Teatro Romano*. Vol. II. Lisboa, p.122-135
- ROCHA, L. (2021b) - Anta da Tapada do Castelo (Santo António das Areias, Marvão) no quadro das paisagens megalíticas do Norte Alentejano. *Memórias das Freguesias de Santo António das Areias e Beirã*. IBN MARUAN. Ed. Colibri/ C. M. Marvão, p.75-92.
- ROCHA, L. (2021c) – Tributos aos deuses: Os Ídolos em contextos funerários da Pré-História Recente no Sul de Portugal. *Ídolos. Olhares. Milenares. O Estado da arte em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/ MNA, p. 249-265.

- ROCHA, L; BRANCO, G. (2018) - A salvaguarda e gestão do Património Cultural num mundo em mudança. *Scientia Antiquitatis*. 2/2018. Évora, p. 37-52.
- ROCHA, L; MORGADO, P. (2019) – Reuse of ancient megalithics monuments during Metal Ages: the dolmen of Serrinha (Monforte, Portugal). *ARPI. Arqueología y Prehistoria del Interior Penínsular*. 8. UAH: Alcalá de Henares, p. 25-30.
- ROCHA, L; OLIVEIRA, J; DIAS, C; MIRÃO, J; DIAS, L. y MANHITA, L. (2018) - About the Presence of Exotic Materials in Some Funerary Megalithic Monuments in Alentejo (Portugal): The Cases of Cinnabar and Amber. *BAR International Series 2891*. Oxford, p. 83-90
- SANTOS, Ivo (2018) - *Um Atlas Digital para o Megalitismo: uma Infraestrutura de Dados Espaciais (Sudoeste da Península Ibérica)*. Évora: Universidade de Évora (tese de mestrado). [em linha] <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24266>
- SOARES, A.M.M. (2008) - O monumento megalítico Monte da Velha 1 (MV1) (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11,1. Lisboa, p. 33-51.
- VALERA, A.C. (Coord) (2013) - Sobreira de Cima. Necrópole de Hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja). *Era Monográfica*. 1. Lisboa: NIA.
- VALERA, A.C. (Coord) (2014) - BELA VISTA 5. Um Recinto do Final do 3º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja). *Era Monográfica*. 2. Lisboa: NIA.
- VALERA, A.C. ed. (2018) - Os Perdigões Neolíticos. Génese e desenvolvimento (de meados do 4º aos inícios do 3º milénio AC). *Perdigões Monográfica*. 1. Lisboa: NIA.
- VALERA, A.C. ed. (2020): - O sepulcro 4 dos Perdigões. Um tholos da segunda metade do 3º milénio ac”. *Perdigões Monográfica*. 2. Lisboa: NIA.
- VALERA, A. y PEREIRO, T, (eds) (2022) - A Anta de Pardais 3 no contexto do megalitismo do vale do Raia (Cabeção, Mora). *Era Monográfica*. Lisboa: NIA.
- VALERA, A.C; FERNANDES, M; SIMÃO, P. y LOURENÇO, M. (2017) - Os hipogeus da Pré-história Recente da Quinta da Abóbada (Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 12. Lisboa, p. 15-22.

Anexo I

Email enviado no dia 15 de março de 2022, às 16:04h

“Ex.mo Senhor Arq. João Carlos dos Santos
Diretor Geral da DGPC,

No âmbito do despacho de abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, publicado no publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 40 de 25 de fevereiro de 2022, anúncio n.º 39/ 2022, venho por este meio apresentar a minha reclamação, em fase de consulta pública.

1) Em termos gerais, considero que este processo, como tive oportunidade de referir quando fui ouvida em dezembro de 2020 na XII Comissão Parlamentar, deveria ter sido inclusivo, solicitando-se a participação de todas as pessoas e instituições que, de alguma forma tivessem conhecimento da localização exata e respetivo estado de conservação dos monumentos megalíticos;

2) Não se compreende pois que se tenha pedido parecer a investigadores que efetivamente trabalharam apenas em dois dos concelhos que constam desta lista, num curto período de tempo, deixando de fora outros que têm estudado este tipo de vestígios, na região Alentejo (ou seja vários concelhos) de forma permanente desde os anos 80 do século XX;

3) Não se compreende que existindo autarquias com cartas arqueológicas publicadas nas últimas duas décadas, não se lhes tenha pedido informações (apenas foi remetido ofício a informar que este processo estava em curso);

4) Não se compreende que existam concelhos em que nem um dos monumentos esteja efetivamente bem localizado (como por exemplo, o de Mora), com alguns a apresentarem erros de localização de cerca de 1km;

5) Não se compreende, por todas as implicações que estas classificações vão trazer para os proprietários e para a imagem da arqueologia portuguesa, que para além dos erros de localização anteriormente referidos se estejam a pretender classificar monumentos que estão efetivamente destruídos desde os inícios do século XX, ou os que estão submersos pelas barragens do Alqueva e dos Minutos, por exemplo;

6) Não se compreende como é que se pode afirmar que foram revistos e incluídas informações constantes em relatórios entregues à DGPC nos últimos anos quando, na verdade, monumentos identificados em 2011, escavados em 2012, não aparecem nesta listagem (menires do Alto da Cruz - Mora) ou os anteriormente identificados mas escavados já no século XXI, com relatórios entregues e aprovados, publicações realizadas, se encontrem com erros de localização (menir da Caeira - Arraiolos; recinto megalítico de Vale del Rei - Pavia);

7) Não se compreende como é que monumentos que já estavam classificados como MN desde 1910 possam agora aparecer mal localizados - anta Capela de Pavia (Pavia, Mora).

Em suma, existe um conjunto significativo de erros, graves, que nalguns casos abrangem todos os monumentos megalíticos de um concelho, em termos de

localização, a que se acrescentam os de classificar património já destruído (e não me estou a referir ao que está agora a ser destruído no âmbito de projetos agrícolas dos quais ainda subsistem evidências que podem permitir recuperar informação científica), ou de não inclusão de monumentos identificados mais recentemente, que me levam a solicitar que este processo seja interrompido para que todas estas situações possam ser devidamente avaliadas e corrigidas.

Por último, questiono ainda o porquê de apenas o megalitismo estar a ser classificado quando, na prática, nos mesmos campos do Alentejo existem os povoados dos construtores destes monumentos, os vestígios romanos, medievais, modernos... Significa isto que a DGPC assume, perante as gerações vindouras, que apenas o megalitismo era relevante e não devia ser destruído? que a nossa herança cultural será apenas essa? Permita-me que discorde.

Com os melhores cumprimentos,
 Leonor Rocha
 (Arqueóloga e docente universitária)”

ANEXO II

Email enviado no dia 30 de março de 2022, às 8:13h

“Ex.mo Senhor Arq. João Carlos dos Santos, Diretor Geral da DGPC
 Ex.ma Dr^a Ana Paula Amendoeira, Diretora da DRCA Alentejo

No âmbito do despacho de abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano, publicado no publicado no Diário da República, 2.^a Série, n.º 40 de 25 de fevereiro de 2022, anúncio nº 39/ 2022, e sobre o qual me pronunciei, na fase de consulta pública para V. Exa no dia 13 de março do corrente, identificando erros em vários concelhos e levantando outros problemas sobre o Património em geral. Esta avaliação resultou também dos 30 anos de projetos de investigação sobre megalitismo no Alentejo, mas, também, na experiência que adquiri desde 2014 ao integrar, como representante de Portugal e especialista em Megalitismo, a comissão de está a trabalhar na Classificação do Megalitismo da Bretanha. Trabalho que envolve a sociedade civil, o poder local, os arqueólogos, os técnicos superiores da DRAC Bretanha e a contratação de técnicos para trabalharem no terreno e em arquivo, na sistematização e revisão da informação que nos permite, Comissão, selecionar os monumentos a classificar.

Mas, para além de identificar e reportar o problema existia a preocupação com a razão da origem do erro, a esta escala. Todos sabemos que o Portal do Arqueólogo tem muitos erros, mas existiam monumentos que estavam corretos, como os já classificados, que agora ficaram mal cartografados.

Ao recebermos ontem o shapefile do concelho de Monforte, da DRCA Alentejo, para verificação percebemos a causa (ou pelo menos a mais problemática). Efetivamente, com o apoio (.../...), que é uma técnica altamente qualificada em termos de SIG, e sobrepondo a cartografia que tínhamos sobre a CMP deste concelho (cuja Carta Arqueológica será brevemente publicada), identificamos que todos os sítios desta shape estavam mal. Na verificação das propriedades, percebemos então que se estava

a trabalhar com sistemas de projeção diferentes. Ou seja, nós trabalhamos, no campo, com GPS, posteriormente convertidas para coordenadas no sistema Gauss (e verificação/utilização dos dados em cartografia digitalizada em SIG) e aqui estávamos no sistema de projeção ETRS 1989.

Os dois sistemas são incompatíveis. Não podemos simplesmente agarrar num sistema e passar diretamente para o outro.

Por isso, a verificação do conjunto do megalitismo (salvo raras exceções cujos concelhos estão sem problemas) exige um trabalho árduo de equipa (arqueólogo que conheça bem as localizações e um técnico de SIG), de verificação monumento a monumento. Técnicos qualificados, das duas áreas, que nem todas as autarquias têm.

Com os melhores cumprimentos

Leonor Rocha”

Análise da tecno-tipologia da indústria de pedra lascada da anta dos Mosteiros, Castelo de Vide (Portugal): uma primeira abordagem

Nuno FARIA⁷

Mariana DINIZ⁸

Resumo

Durante todo o seu percurso académico, foi sempre valorizada a área onde cresceu e viveu um dos autores (NF), realizando trabalhos académicos sobre os vários períodos arqueológicos e os vestígios que o concelho de Castelo de Vide possui.

Neste trajecto surge este artigo que tem como objetivo re-analisar o vasto conjunto de pedra lascada da Anta dos Mosteiros, não esquecendo os estudos já realizados, utilizando aqui os pressupostos clássicos da Arqueologia: contar, medir, pesar e classificar. Estes novos resultados são o início de um trabalho que pretende identificar a circulação de matérias-primas, protótipos e materiais acabados (endógenos ou exógenos), identificar tipologias e cronologias de uso, inserindo a Anta dos Mosteiros no Megalitismo do Alto Alentejo.

Palavras-Chave: Megalitismo; Indústria Lítica; Norte Alentejo; Castelo de Vide.

Abstract

Throughout his academic career, one of the authors (NF) has always valued the area where he grew up and lived, doing academic work on the various archaeological periods and the remains that the municipality of Castelo de Vide has.

In this way arises this article that aims to re-analyze the vast set of flaked stone tools of the Anta dos Mosteiros, not forgetting the studies already carried out, using here the classical assumptions of Archaeology: count, measure, weigh and classify. These new results are the beginning of a work that aims to identify the circulation of raw materials, prototypes and finished materials (endogenous or exogenous), identify typologies and chronologies of use, inserting the Anta dos Mosteiros in the Megalithism of Alto Alentejo.

Key words: Megalithism, Lithic Industry, Northern Alentejo, Castelo de Vide

⁷Aluno de Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (nunofaria263@gmail.com)

⁸ UNIARQ - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (m.diniz@letras.ulisboa.pt)

1. Introdução e Enquadramento

O estudo do Megalitismo alentejano desde muito cedo despertou o interesse de humanistas e religiosos, que tentaram interpretar estas estruturas como sendo divinas ou construções humanas. Desde muito cedo, que os pensadores do passado e os monumentos megalíticos despertaram em nós um interesse profundo. Com esta motivação, decidimos estudar um monumento que outrora ligou, de uma forma ou de outra, sociedades do 3º milénio e que ainda hoje nos liga emocionalmente a uma paisagem e aos seus habitantes.

O Concelho de Castelo de Vide, onde a Anta dos Mosteiros se localiza, é caracterizado por uma variabilidade morfológica, inserindo-se no parque natural da Serra de São Mamede, na zona Sul do concelho, adquirindo altitudes elevadas, com o ponto mais alto a 780m, e zonas mais planas ou com pequenas cumeadas, ou cabeços, como são conhecidos localmente, com cotas que variam entre 220m e 280m (Paroleiro, 2016: 13). Geologicamente, destaca-se a dicotomia entre os xistos mosqueados, a Norte e os granitos de grão grosseiro a Sul, e ainda a crista quartzítica onde se encontra implantada a vila de Castelo de Vide (Anexo 1, figura 2). Existem ainda algumas formações de aluvião, compostas por cascalheiras e areias perto dos principais cursos de água (Paroleiro, 2016: 14).

A Anta dos Mosteiros, localizada na freguesia de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas, concelho de Castelo de Vide, é rodeada pela ribeira do Pai Anes (Norte), Piçarra (Este) e Mosteiros (Oeste). Encontra-se implantada a uma cota de 306m (Oliveira, 1999/200, p. 241), em solos que, geologicamente, tanto apresentam xistos mosqueados como granitos de grãos grosseiros. Isto acontece porque a anta encontra-se numa zona de transição de rochas, porém, nas suas proximidades, possui filões de basalto, quartzo leitoso e quartzo hialino (Anexo 1, figura 2). É um dos monumentos megalíticos mais notáveis do concelho, contendo um dos espólios mais ricos e variados. Possui uma câmara com diâmetro de 5,80m considerada muito grande, com 8 esteios, dos quais 7 *in situ*; um corredor com 9,20m de comprimento considerado longo, com 6 esteios *in situ*, não possui esteio de cobertura e a mamoa encontra-se preservada (Anexo 1, figura 3) (Paroleiro, 2016).

2. Metodologias e Materiais

Este trabalho iniciou-se com a construção de um dos inventários dos materiais de pedra lascada da Anta dos Mosteiros. Para este inventário foram utilizados, globalmente, os critérios descritivos expostos por Catarina Costeira (2017), as bases das pontas de seta e das pontas de lança seguiram a proposta de Stašo Forenbaher (1999). A descrição das alterações segue Diniz, M. (2007), para todos os outros critérios descritivos - dimensões, inclinações, morfologia do retoque, assim como a classificação dos tipos de talões, utilizou-se a obra de Inizan, M. et al (1995). A elaboração dos desenhos foi feita segundo as normas apresentadas por F. Sousa (1999). O Adobe Illustrator foi utilizado para desenhar e digitalizar os desenhos arqueológicos. Foi usada também uma Lupa Binocular (Olympus SZ61) para a observação da matéria prima dos materiais, e uma máquina fotográfica para o registo dos respetivos materiais.

Os materiais recolhidos na Anta dos Mosteiros provêm das escavações realizadas pelo Grupo de Arqueologia do Concelho de Castelo de Vide, nos anos 80, no corredor do monumento. Provêm também das escavações, mais recentes, que incidiram na mamoa e no corredor, dirigidas pelo Professor Jorge Oliveira (1999/2000).

Os materiais recolhidos constituem um conjunto de 22 vasos cerâmicos e fragmentos, 209 contas de colar; 17 placas de xisto; 1 Ídolo polidor; 3 machados de pedra polida; 1 Zoomorfo; 21 “Outro” 1 fragmento de báculo. A Indústria de Pedra Lascada é constituída por 190 pontas de seta; 12 lamelas; 18 pequenas lâminas; 60 lâminas; 12 fragmentos de produtos alongados; 8 geométricos; e 12 elementos foliáceos. Estes últimos materiais são o foco do nosso estudo, analisados, medidos, classificados com recurso à bibliografia acima referida.

3. História e Trabalhos anteriores

Os primeiros trabalhos documentados na Anta dos Mosteiros foram realizados, como já referido, pelo Grupo de Arqueologia do Concelho de Castelo de Vide, em 1982. Dessa escavação, resultou uma grande quantidade de materiais, que foram registrados em cadernos de campo, com croquis que mostram a sua localização, no monumento.

Posteriormente, em 1994/1995 foram realizadas duas outras campanhas de escavação, sob a direção do Professor Jorge Oliveira, que contratou trabalhadoras locais, para escavarem o corredor e a mamoa. Desta escavação, resultaram alguns materiais. Esta

escavação permitiu a descoberta de um silo sob um esteio do corredor, sendo os resultados das campanhas apresentado na Revista de Marvão *Ibn Maruan*, n.º 9/10 (1999/2000).

Quanto ao estudo dos materiais resultantes destas três campanhas de escavação, foram publicados pelos menos duas teses e um artigo. Na primeira das teses, realizada pelo Professor Jorge Oliveira aquando do seu doutoramento (1997), estes materiais são apresentados no quadro do estudo de conjunto do Megalitismo no Norte Alentejano. Aqui, detalha-se, a partir dessa leitura, a observação sobre este conjunto específico. A segunda tese, realizada por Ana Paroleiro (2016), debruça-se, em particular, sobre os recipientes cerâmicos das Antas do Concelho de Castelo de Vide, sendo, contudo, apresentadas fichas de sítio e fotografia de quase todos os materiais. No artigo, da autoria de J. Oliveira (1999/2000), são, na forma de relatório, apresentados os resultados das escavações realizadas em 1994/1995, na Anta dos Mosteiros.

4. Estudo da Tecno-tipologia

O conjunto dos materiais líticos aqui estudado foi dividido nas categorias tipológicas seguintes: lamelas, pequenas lâminas, grandes lâminas, geométricos, pontas de seta, foliáceos, outros e observados os parâmetros: estado de conservação, características tecno-tipológicas e tratamento térmico. Na classificação das matérias-primas, ainda em fase preliminar, foram identificadas as principais categorias litológicas presentes no conjunto.

4.1. Lamelas

No caso das lamelas, estas constituem uma pequena percentagem no conjunto de pedra lascada, cerca de 12 exemplares (fig. 4), e neste capítulo iremos abordar o estado de conservação das lamelas, principais características tecno-tipológicas e tratamento térmico.

4.1.1. Estado de Conservação

Quanto ao estado de conservação, prevalecem, no conjunto as lamelas mesiais, fraturadas por flexão, à semelhança das lâminas, com 41,1% correspondendo a cerca de 8 exemplares; seguindo-se as lamelas distais e mesiais, com 23,5% cerca de 4 lamelas, a seguir, as lâminas distais, com 17,6%, e por fim, as lamelas proximais, com 11,8% (2 lamelas), (gráfico 1). As lamelas apresentam pouca expressão no conjunto em análise, apresentando, porém, as mesmas características, quanto ao estado de conservação,

que as lâminas. também estas em maior percentagem em estado mesial e mesial/distal, do que proximal.

4.1.2. Características tecno-tipológicas das lamelas

Quanto às características tecno-tipológicas das lamelas, estas apresentam um comprimento entre 3,4 cm e 0,9 cm; e uma largura entre 0,6 e os 1,3 cm (gráfico 2). Quanto aos talões presentes nos dois fragmentos com parte proximal, estes correspondem a um talão liso presente na peça N° TM 51 e um talão do chapéu de Gendarme da peça N° TM 52 (fig. 4). Este último talão, comum em ambientes calcolíticos, é semelhante ao encontrado nas lâminas de grandes dimensões. No caso dos retoques, estes apresentam uma inclinação abrupta ou semi-abrupta, e alguns exemplares uma inclinação rasante, quase sempre com uma extensão marginal ou invasora. É de notar o grande número de lamelas sem qualquer tipo de retoque. Quanto às seções, são maioritariamente triangulares ou trapezoidais, e os bordos paralelos ou convergentes.

4.1.3. Tratamento Térmico das Lamelas

As lamelas, a nível do tratamento térmico, apresentam um tratamento muito controlado, sem grandes sinais de estalamento ou perda de massa. Destaca-se a falta de tratamento térmico de 4 das lamelas e uma com perda de massa suave, sendo apenas visível uma pequena cratera, tipo potlid (gráfico 3).

4.2. Pequenas Lâminas

Consideram-se pequenas lâminas, as peças com uma largura entre 1,2 e 1,5 cm, correspondentes a 18 exemplares, abaixo descritos (fig. 5).

4.2.1. Estado de Conservação

As pequenas lâminas apresentam semelhanças nítidas com as lamelas, quanto ao estado de conservação e processos de fracturação. São quase todas fragmentos da zona mesial, totalizando sete/cerca de metade dos exemplares, seguidas dos fragmentos da zona distal, com três, e pelas zonas proximal e proximal/mesial (Gráfico 4). Estas fracturas, assim como as das lamelas, são causadas por flexão, sendo possível visualizar os negativos/positivos deste processo.

4.2.2. Características tecno-tipológicas das pequenas lâminas

As pequenas lâminas apresentam comprimentos conservados balizadas entre 1 e 4 cm, havendo uma com 6 cm. As larguras encontram-se entre os 1,2 e 1,5 cm, (gráfico 5). Estas medidas estão, portanto, muito padronizadas.

Os retoques presentes nas pequenas lâminas são marginais abruptos, invasores semi-abruptos e, a grande maioria, não apresenta retoque. Os perfis dos fragmentos mesiais são direitos e nos fragmentos distais são curvos ou direitos, os bordos são paralelos, regulares, irregulares ou convergentes. Os três fragmentos proximais apresentam um talão liso, facetado e “chapéu de gendarme”.

4.2.3. Tratamento Térmico

As pequenas lâminas apresentam um tratamento térmico controlado, em nove exemplares; mais da metade do número restante é composta por peças com perda de massa suave e média ou com sinais de estalamento. Abaixo, no gráfico 6, estão registados os números deste tratamento térmico descontrolado, visível nas pequenas e nas grandes lâminas.

4.3. As Grandes Lâminas

As 60 grandes lâminas, que apresentam mais de 1,5 cm de largura, correspondem ao segundo maior grupo tipológico - depois das pontas de seta - recuperado na Anta dos Mosteiros (Anexo 4), e são abaixo descritas.

4.3.1. Estado de Conservação

Como já foi referido, integram-se nas grandes lâminas, à semelhança das lamelas e das pequenas lâminas, fragmentos mesiais, maioritariamente fracturadas por flexão, cerca de 52,4%, apresentando ainda os estigmas negativos, ou positivos, dessa fracturação intencional. Destacam-se também as zonas distais/mesiais e mesiais/proximais, com 20,6% e 14,3%, respectivamente. Os fragmentos proximais e distais apresentam pouca relevância, sendo 7,9% do conjunto. Existe apenas uma lâmina inteira, (gráfico 7). Estas lâminas, apesar de abundantes e muito fraturadas, não apresentam colagens diretas, como já notado por J. Oliveira (1997: 529).

4.3.2. Características tecno-tipológicas das grandes lâminas

O conjunto das grandes lâminas apresenta uma padronização nas medidas, tanto na largura como no comprimento conservado, destacando-se fundamentalmente a largura de alguns destes exemplares, em torno e superiores, a 2cm (gráfico 8). À semelhança do que aconteceu com as lamelas e as pequenas lâminas, refira-se a

acentuada padronização das medidas das grandes lâminas, tópico a discutir noutra ocasião.

Os perfis das zonas mesiais das grandes lâminas são maioritariamente direitos. No caso dos perfis das zonas distais, estes são direitos ou curvos. Os talões dos 12 fragmentos proximais correspondem a um talão cortical; seis diedros; três “chapéu de gendarme”; dois lisos e um talão de asa de pássaro. Destes, foram desenhadas três peças com talão “chapéu de gendarme” (TM 106; 74; 93), um talão diedro (TM 72), e um de asa de pássaro (TM 75). O talhe destas grandes lâminas parece ser realizado em suportes já descorticados, contudo duas das peças apresentam córtex (TM 15 e 566). No conjunto, estão também registados acidentes de talhe, nomeadamente, ultrapassagens (fig. 6).

A nível dos retoques, apresentam uma tendência marginal abrupta ou semi-abrupta, seguida de bifaciais abruptas e bifaciais marginais e cobridoras. Os restantes retoques apresentam menos expressão, (gráfico 9). É importante destacar que cerca de 32 das 60 lâminas do conjunto não apresentam retoques. Existem lâminas com reavivamento dos gumes, que poderão estar associados a traços de utilização, que só estudos traceológicos poderão confirmar, porém estes reavivamentos dos gumes são visíveis nas peças TM 507 e 568.

4.3.3. Tratamento Térmico

O tratamento térmico das grandes lâminas, ao contrário das lamelas, é maioritariamente descontrolado, destacando-se o estalamento das peças ou a perda de massa suave, média e por vezes intensa. Não obstante, 15 das 60 lâminas não apresenta qualquer tipo de tratamento térmico e 13 destas apresentam um tratamento térmico controlado (gráfico 10).

Como veremos mais adiante, este calor intenso desigual que se verifica na grande maioria das lâminas e dos elementos foliáceos, poderá estar relacionado com o calor a que estas estiveram sujeitas em momentos distintos da sua vida, mas também com a maior ou menor exposição das peças a este calor intenso, e algumas peças que apresentam vitrificação também na zona da fractura apontam nesse sentido (peças nº 16; 18; 32; 43; 74; 84; 86; 105 e 573).

4.4. Geométricos

Os geométricos (fig. 7), constituem apenas uma pequena parte da indústria de pedra lascada. Neste caso, como é possível observar no gráfico 11, foram identificados 8

geométricos, os quais apresentam medidas muito semelhantes e padronizadas, destacando-se a existência de um geométrico de dimensões microlíticas. Lamelas e pequenas lâminas foram utilizadas no fabrico dos geométricos, e em alguns exemplares ainda é visível a fracturação por flexão. Por regra, apresentam a truncatura superior retocada. Quanto às bases, estas são maioritariamente planas ou côncavas, havendo um de base oblíqua. Os geométricos, como acontece em outros monumentos megalíticos onde estão presentes, constituem um grupo de muito pequena dimensão, quando comparado com o das pontas de seta.

4.5. Pontas de Seta

As pontas de seta, conjunto constituído por 190 exemplares, correspondem a grande parte do conjunto lítico recuperado na Anta dos Mosteiros. Apresentam-se de seguida o seu estado de conservação, a tipologia das bases, dos retoques e as suas medidas (fig. 8).

4.5.1. Estado de Conservação

Quanto ao estado de conservação das pontas de seta, as pontas inteiras representam 135 pontas de seta (71,8%), seguindo-se as pontas de seta que apenas apresentam a zona distal e mesial, com 16 pontas (8,5%). Com números muito semelhantes, destacam-se as pontas com a zona mesial e proximal preservadas com 9 pontas de seta (4,8%). As que apenas apresentam a zona mesial, representam cerca de 8 pontas de seta (4,3%). Os fragmentos são, neste conjunto, muito raros. (Gráfico 12).

4.5.2. Características tecno-tipológicas das Pontas de Seta

Relativamente à tipologia das bases das pontas de seta, temos uma prevalência das pontas com bases planas com 29 pontas de seta, seguidas da bases com dupla chanfradura e espigão com 23 exemplares; depois as pontas com bases triangulares; bases triangulares com aletas e foliáceas com 21 pontas; a seguir as pontas com bases côncavas com 17 e as pontas com bases convexas com 15. As restantes bases apresentam pouca expressão, sendo as bases convexas com aletas, convexas com aletas, indeterminadas, planas com aletas e irregulares (Gráfico 13). Estas bases das pontas de seta são todas tipologias dos contextos Neolítico Final/Calcolítico, e típicas dos monumentos megalíticos.

As medidas das 190 pontas de seta, apresentadas no Gráfico 14, permite-nos constatar que existe uma relativa padronização quanto ao comprimento e a largura das pontas,

mas também em alguns casos uma miniaturização das mesmas, sendo que as pontas com maior dimensão possuem entre 4 e 5 cm de comprimento e são apenas nove exemplares de 190. A grande maioria das pontas de seta apresenta dimensões balizadas entre os 2 - 3 cm de comprimento, o que demonstra a preferência por exemplares de pequena dimensão. No campo da espessura regista-se uma grande percentagem de pontas com uma espessura considerável entre 0,3 e 0,4 cm, o que demonstra pouco investimento no retoque e desbaste do suporte na criação das pontas. Isto é sobretudo visível nos exemplares em que ainda é possível visualizar o suporte sobre lâmina, base da ponta de seta.

A tipologia dos retoques das pontas de seta é de suma importância, pois permite observar o tempo investido no "desbaste" das peças, para atingirem uma espessura e uma funcionalidade específicas. Como é visível, no gráfico 15, os retoques são fundamentalmente marginais ou invasores e marginais bifaciais, permitindo-nos concluir que grande parte das pontas de seta apresentam um retoque só nas extremidades, ou atingindo menos de metade da superfície da peça, quase como um esboço, uma ideia de ponta de seta, mais do que um utensílio plenamente finalizado.

4.5.3. Tratamento Térmico das pontas de seta

A nível do tratamento térmico, as pontas de seta apresentam um tratamento térmico controlado apresentando o brilho característico, ao contrário do que acontece com as lâminas, que apresentam um tratamento térmico não controlado, mostrando marcas de estaleamento perda de massa, temática anteriormente abordada.

4.6. Foliáceos

Os elementos foliáceos presentes na Anta dos Mosteiros correspondem a fragmentos inclassificáveis que devem pertencer a alabardas e punhais. Ao elevado grau de fragmentação destas peças, que impossibilita uma classificação/descrição mais exacta, acresce-se o aquecimento descontrolado que sofreram, responsável pela perda de massa e estalamento da superfície que apresentam. Contudo, é possível verificar a existência de um fragmento proximal e distal de uma alabarda que foi reconstituída. Os elementos foram inclusivamente fotografados e medidos (gráfico 16 e fig. 9).

4.7. Outros

Nesta categoria, englobamos os materiais líticos não talhados, fragmentos, manuportes de óxido de ferro, esboços em contrução, entre os quais se destacam os cristais de

quartzo hialino, recolhidos no seu estado natural e colocados no interior do monumento megalítico, com um possível papel simbólico, de difícil definição (fig. 10).

5. Matéria-prima - classificação preliminar

Alguns dos materiais foram analisados sob lupa binocular (Olympus SZ61) pela investigadora Patrícia Jordão, que classificou as principais matérias-primas usadas no talhe dos materiais de pedra lascada da Anta dos Mosteiros. Entre as matérias-primas presentes destaca-se a existência de sílex, chert, xisto jaspóide, arenitos de grão grosseiro e grão fino, lidito (fig. 11). Ainda em fase preliminar, esta classificação permite identificar a existência de rede de trocas a nível regional/local, mas também de longo curso entre a Estremadura Portuguesa e o Alentejo, (Odriozola *et al.*, 2015), a precisar no futuro.

6. Leitura do Conjunto de Pedra Lascada

O conjunto da Anta dos Mosteiros caracteriza-se por uma abundância de pontas de seta de bases triangulares ou de dupla chanfradura e espigão, com um tratamento térmico controlado e um retoque marginal ou invasor abrupto ou semi abrupto, sendo em muitos dos casos visível o suporte sobre lâmina onde foram talhadas. Muitas destas pontas parecem ter sido apenas retocadas com o objetivo de dar a forma de uma ponta de seta, mais simbólico que utilitário. A questão da miniaturização das pontas de seta parece também reforçar esta ideia mais simbólica.

Existe uma escassez de geométricos sobre lâmina, sendo estes sobre lamela ou pequena lâmina. No conjunto, destacam-se as grandes lâminas, com mais de 1,5cm de largura. Estas apresentam-se fracturadas, propositadamente?, sendo visível em muitos dos casos os negativos ou os positivos dessa flexão. Estas lâminas, na sua maioria, não apresentam colagens entre si, nem retoque, e, quando o possuem, são retoques marginais abruptos ou invasores semi-abruptos, por vezes bifaciais. Estas apresentam um tratamento térmico, na sua maioria descontrolado, sendo visível, em quase todas as peças, sinais de perda de massa e estalamento, que poderá estar associado a uma maior ou menor exposição ao calor intenso das lâminas em várias fases da sua vida.

As lamelas e as pequenas lâminas são escassas, assim como os geométricos, apresentando poucos sinais de calor intenso, mas apresentando o mesmo tipo de retoques das grandes lâminas, estas também partidas intencionalmente por flexão.

Os elementos foliáceos apresentam-se muito fraturados. As fraturas foram causadas por um aquecimento descontrolado, fazendo com que as peças perdessem muita massa ou estalassem. Estes elementos são, por isso, impossíveis de classificar. Os outros, são objetos que resultam desses estalamentos, sendo fragmento de algo. Contudo, existem objetos recolhidos na natureza, como um seixo de rio e cristais de quartzo hialino, que representam para as comunidades um papel meramente simbólico e que eram colocados no monumento megalítico.

O conjunto dos materiais de pedra lascada da Anta dos Mosteiros dificilmente permite atingir o número mínimo de indivíduos aí colocados. A ausência de dados sobre a câmara funerária não permite também leituras finais do conjunto. Nesta fase, ainda preliminar da investigação, o espólio de pedra lascada, em parte talhado em rochas não-regionais, integra este monumento, ou uma fase do seu uso, no Megalitismo pleno, da transição Neolítico final - Calcolítico. As grandes lâminas, as pontas de seta funcionam aqui como fósseis-directores, numa geografia, onde o ritual funerário parece ter nos materiais de pedra lascada o seu elemento central. Hipótese a desenvolver, em trabalhos futuros.

7. Agradecimentos

Agradecemos à Câmara Municipal de Castelo de Vide, em particular ao Presidente da Câmara António Pita, todo o apoio a este projecto e ao Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide, na pessoa do senhor João Magusto, todo o auxílio prestado durante o inventário, realizado no verão de 2021.

Agradecemos a Patrícia Jordão pela disponibilidade e pela classificação petrográfica dos materiais. A César Neves o apoio com o desenho e ilustração dos materiais líticos. A Leonor Gomes e Samuel Soares, a revisão do texto.

8. Bibliografia

COSTEIRA, C. (2017) - *No 3º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio*. v.2. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. (tese de doutoramento)

- DINIZ, M. (2007) – O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. 48. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- FORENBAHER, S. (1999) - *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts During the Portuguese Chalcolithic*. Archaeopress: Oxford.
- INIZAN, M. REDURON, M. et al. (1995) - *Technologie de la pierre taillée, in Préhistoire de la Pierre Taillée, França*. Círculo de Pesquisa e Estudos Pré-históricos C.N.R.S., tomo 4.
- ODRIOZOLA, C. SOUSA, A. C. VILLALOBOS, R. OLIVEIRA, J. (2015) - *Presenças e ausências de minerais verdes no Megalitismo do Alto Alentejo: estudo analítico dos núcleos de Alter do Chão, Mitra, Castelo de Vide e Marvão*. In XI Congresso Ibérico de Arqueometria, 14-16 Outubro 2015. Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, J. (1997) - *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Tomo I. Edição Especial Ibn-Maruan. Marvão: Colibri/Câmara Municipal. Depósito Legal n.º 119125/97.
- OLIVEIRA, J. de (1999-2000) - A anta da Tapada de Matos – Castelo de Vide: intervenção arqueológica no corredor. *IBN Maruán*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão. N.º 9-10, p.239-260.
- PAROLEIRO, A. (2016) - *Estudo dos Recipientes Cerâmicos dos Monumentos Megalíticos do Concelho de Castelo de Vide*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Pré-história.)
- SOUSA, F. (1999) - *Introdução ao Desenho Arqueológico*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Museu. Núcleo de Arqueologia e História.

GRÁFICOS E FIGURAS

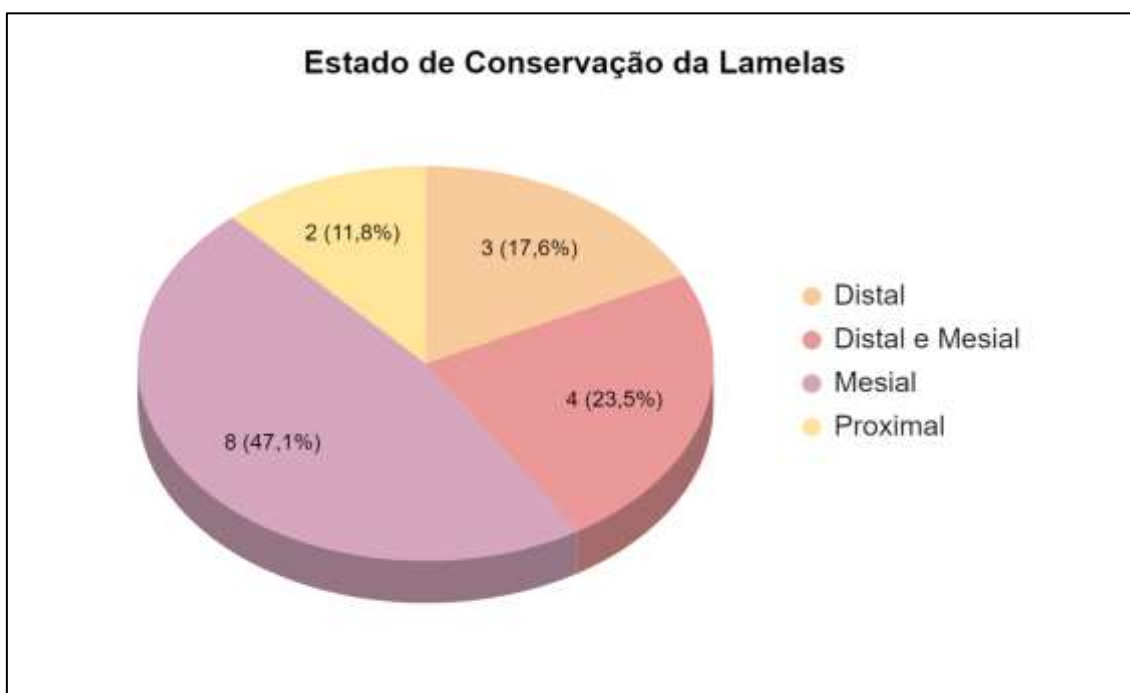


Gráfico 1. Gráfico com o Estado de Conservação das Lamelas da Anta dos Mosteiros.

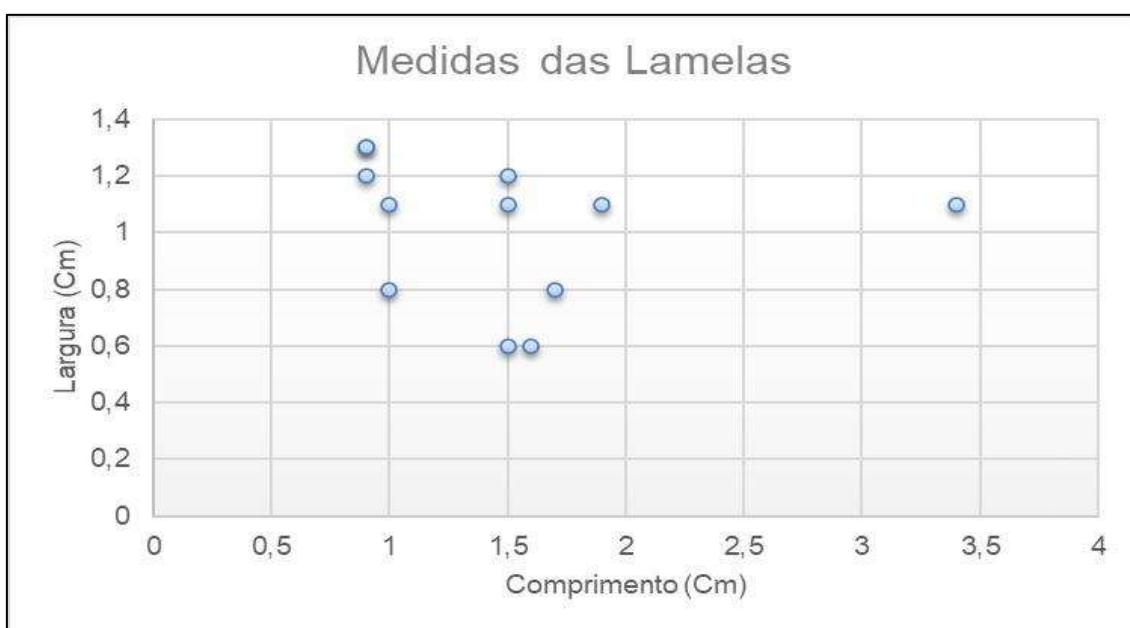


Gráfico 2. Gráfico com as medidas (Comprimento e Largura) das Lamelas da Anta dos Mosteiros.

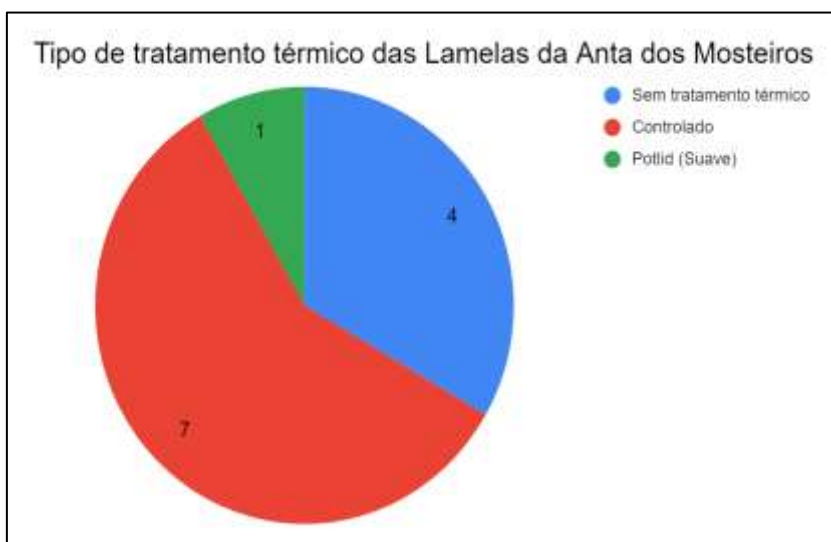


Gráfico 3. Gráfico com o tipo de tratamento térmicos das Lamelas da Anta dos Mosteiros.

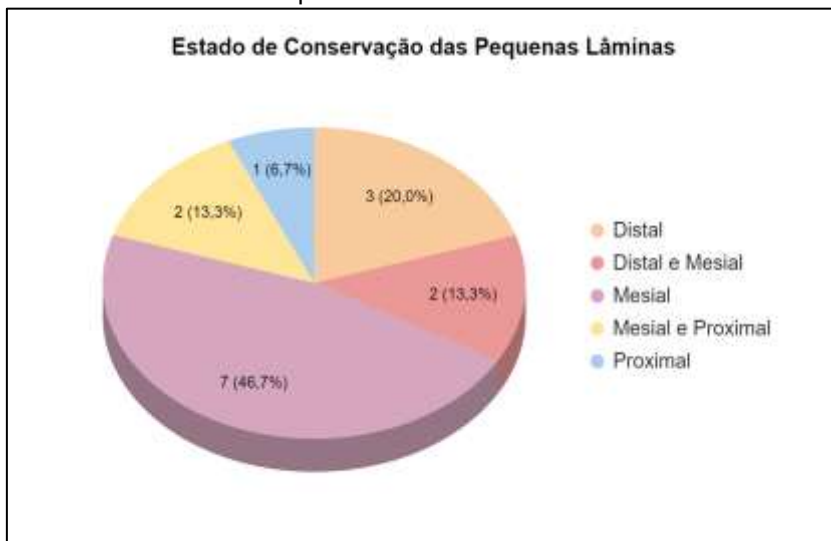


Gráfico 4. Gráfico com o Estado de Conservação das pequenas Lâminas da Anta dos Mosteiros.

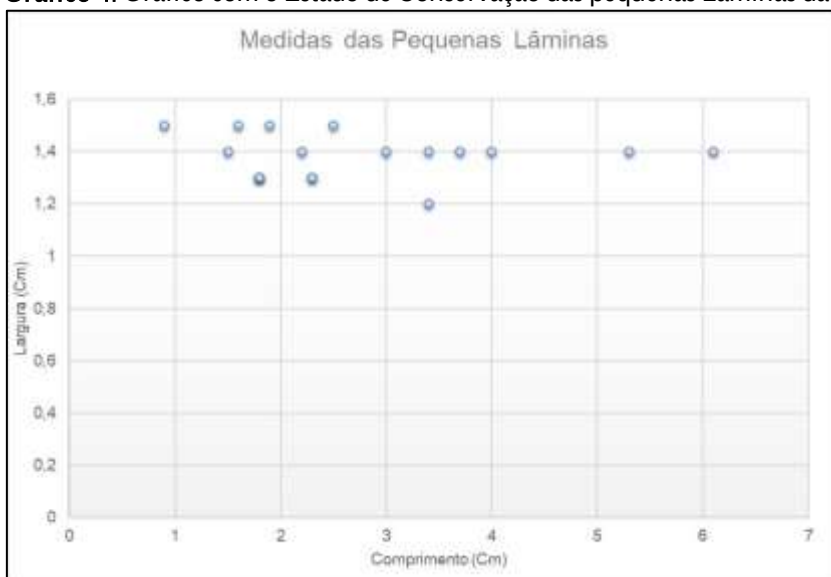


Gráfico 5. Gráfico com as medidas (Comprimento e Largura) das pequenas Lâminas da Anta dos Mosteiros.



Gráfico 6. Gráfico com o tipo de tratamento térmico das pequenas Lâminas da Anta dos Mosteiros.

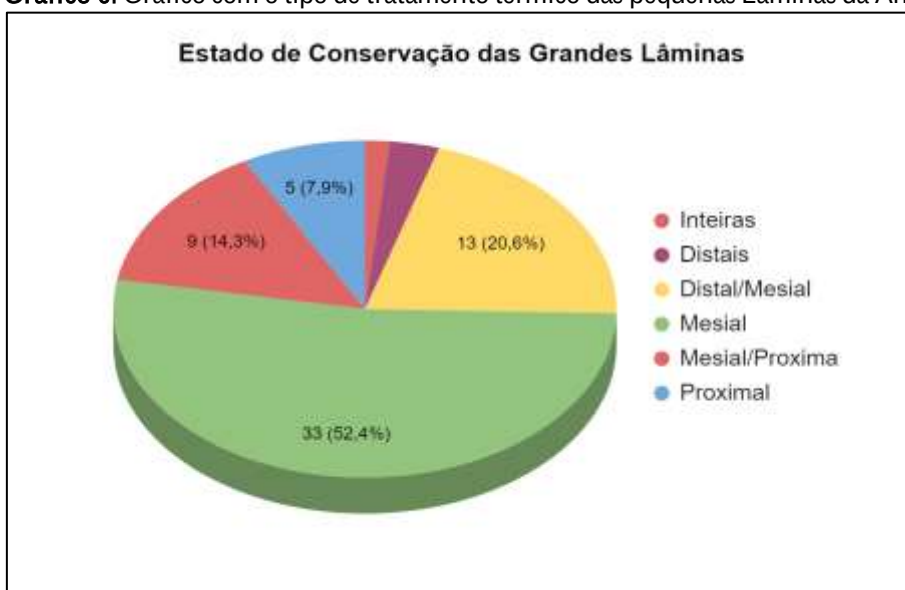


Gráfico 7. Gráfico com o Estado de Conservação das grandes Lâminas da Anta dos Mosteiros.

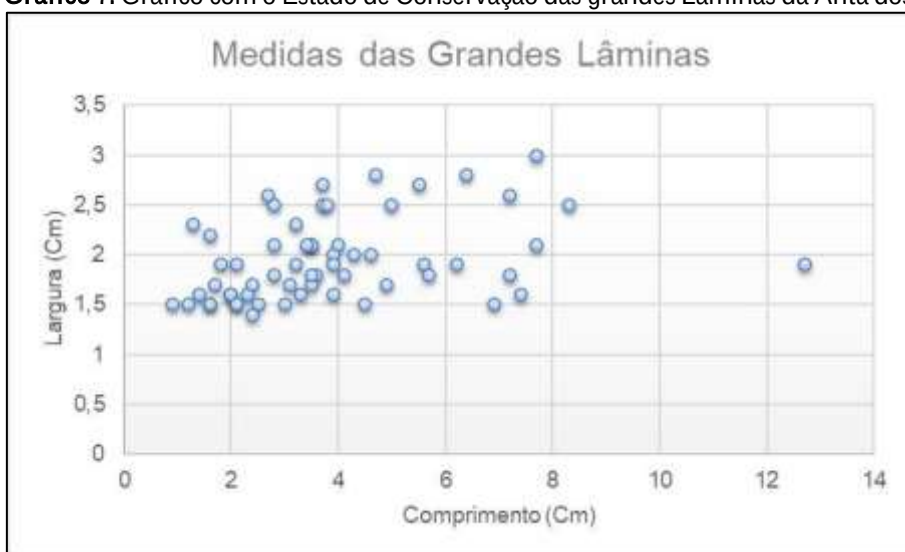


Gráfico 8. Gráfico com as medidas (Comprimento e Largura) das grandes Lâminas da Anta dos Mosteiros

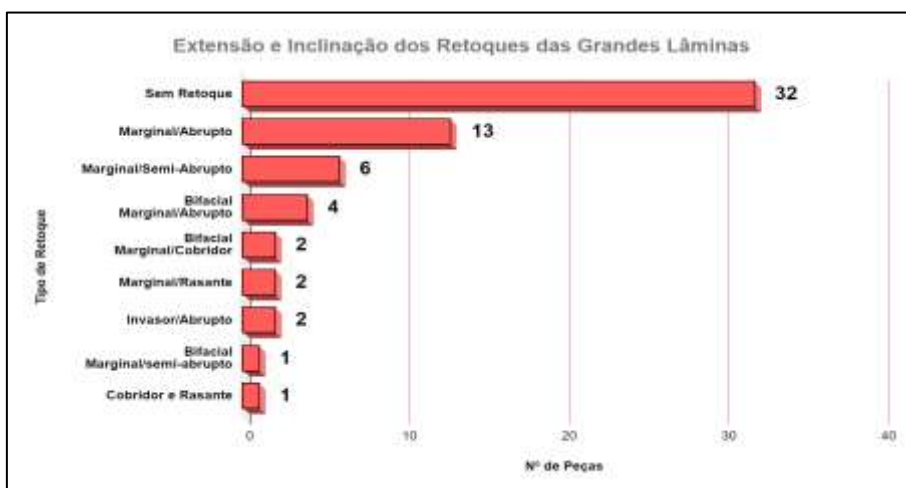


Gráfico 9. Gráfico com a extensão e inclinação dos retoques das grandes Lâminas da Anta dos Mosteiros.

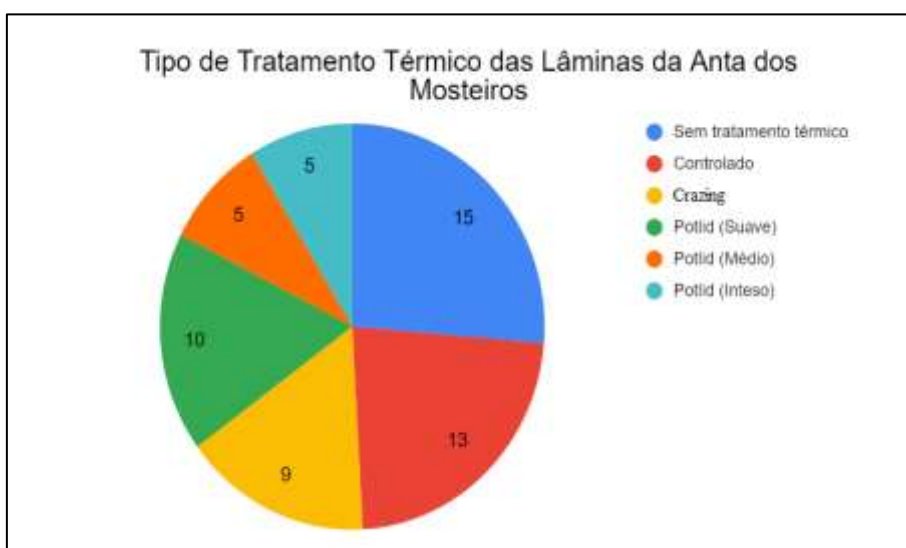


Gráfico 10. Gráfico com o tipo de tratamento térmico das grandes Lâminas da Anta dos Mosteiros.

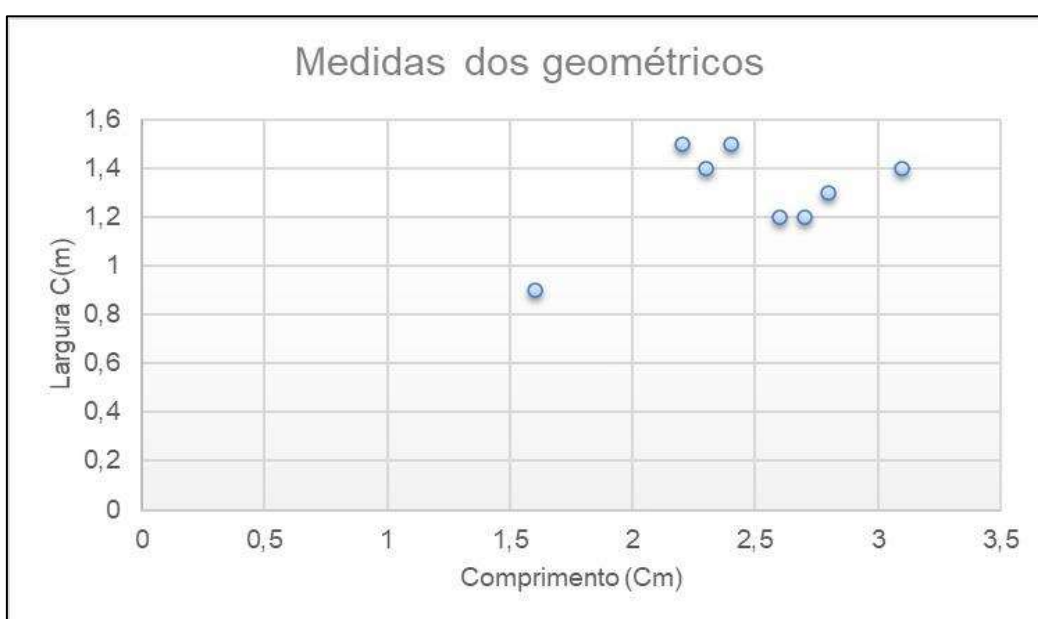


Gráfico 11. Gráfico com as medidas (Comprimento e Largura) dos Geométricos da Anta dos Mosteiros.



Gráfico 12. Gráfico com o Estado de conservação das pontas de seta.



Gráfico 13. Gráfico com a tipologia das bases das pontas de seta da Anta do Mosteiros.

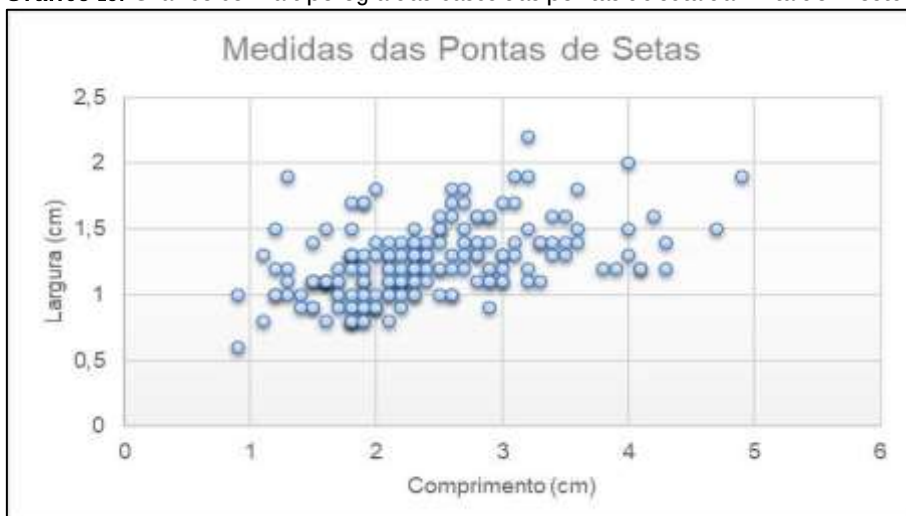


Gráfico 14. Gráfico com as medidas (Comprimento e Largura) das bases das pontas de seta da Anta do Mosteiros.

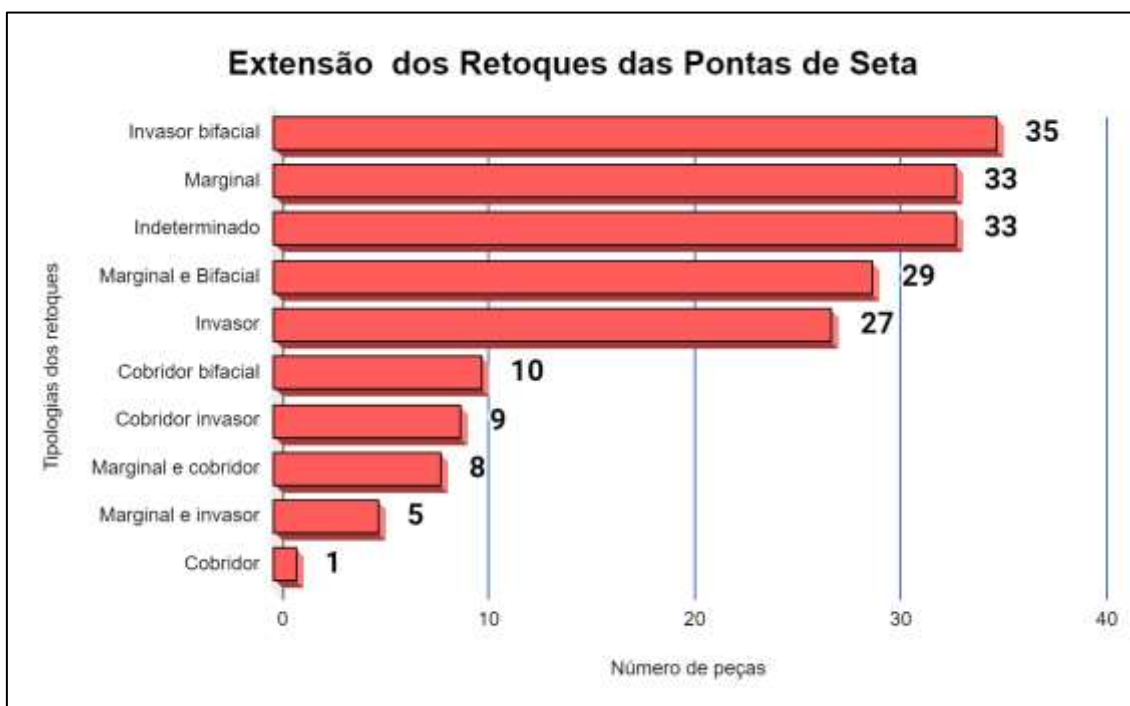


Gráfico 15. Gráfico a extensão dos retoques das pontas de seta da Anta do Mosteiros.

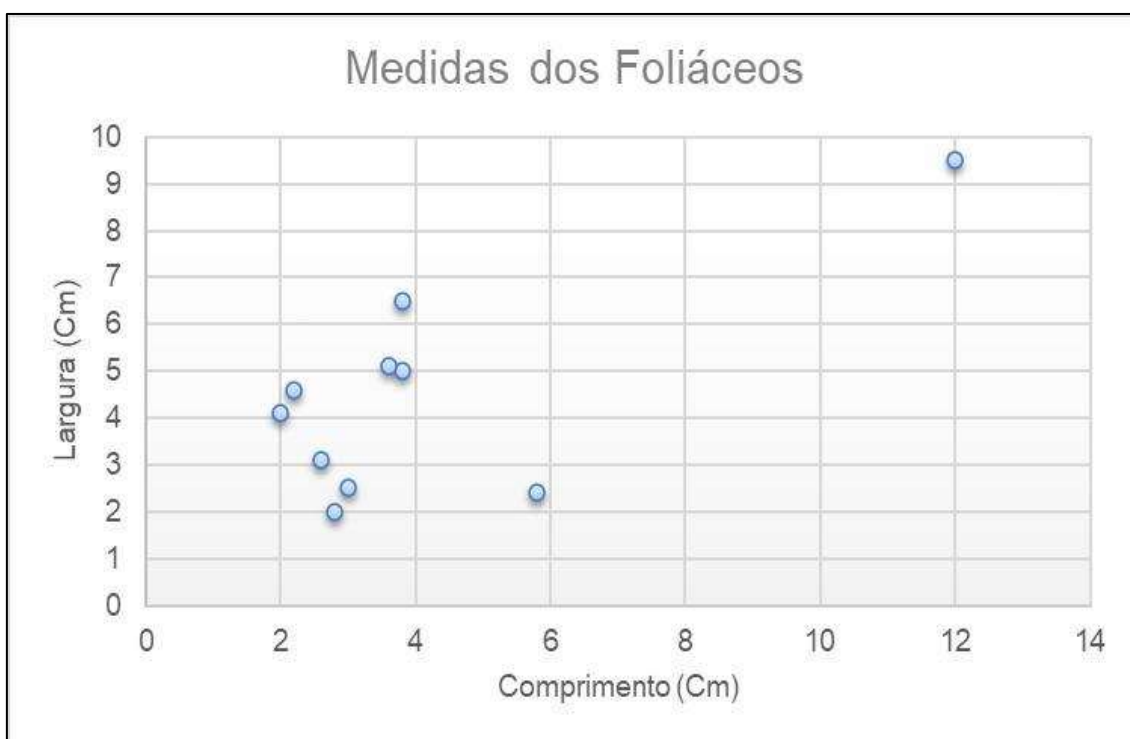


Gráfico 16. Gráfico com as medidas (Comprimento e Largura) dos Foliáceos da Anta dos Mosteiros.

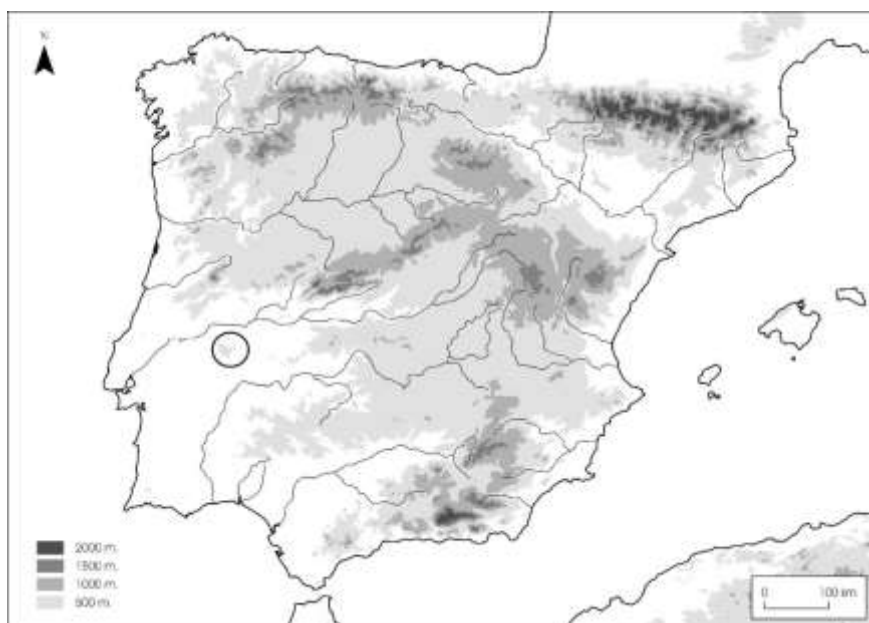


Figura 1. Localização do Concelho de Castelo de Vide na Península Ibérica.



Figura 2. Mapa Geológico com a delimitação do Concelho de Castelo de Vide. (Paroleiro, 2016, 14).

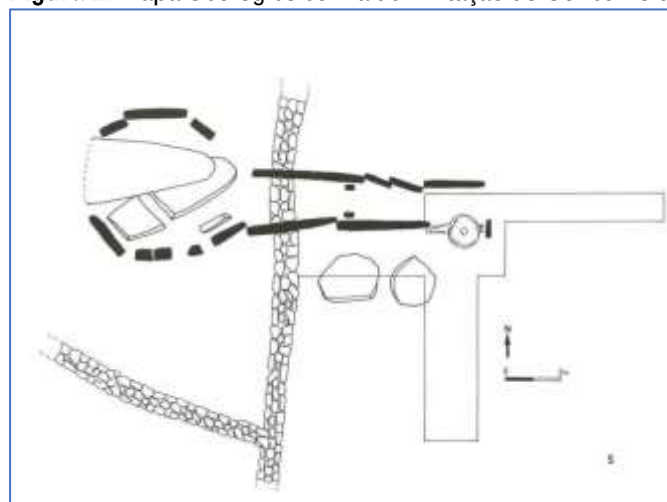


Figura 3: Planta da Anta dos Mosteiros. (Oliveira, 1999/2000, 248)

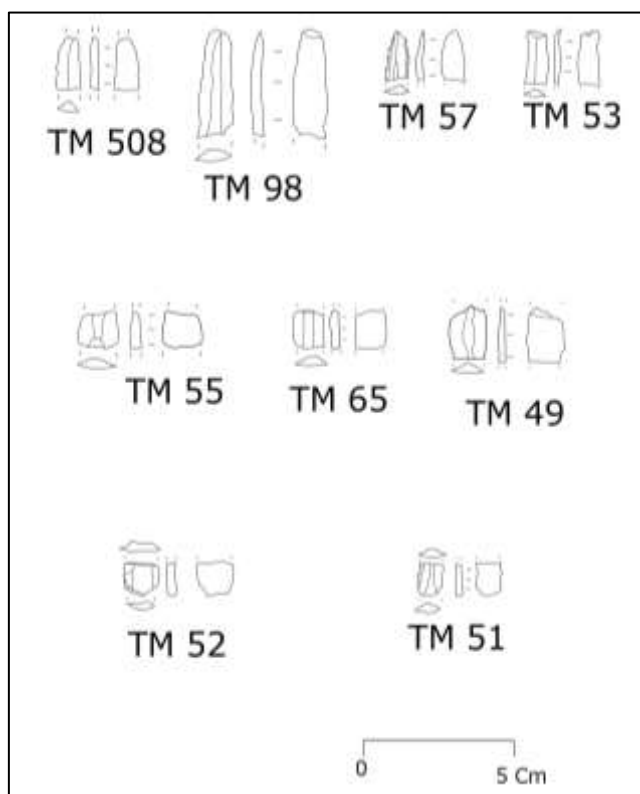


Figura 4. Lamelas da Anta dos Mosteiros - corredor

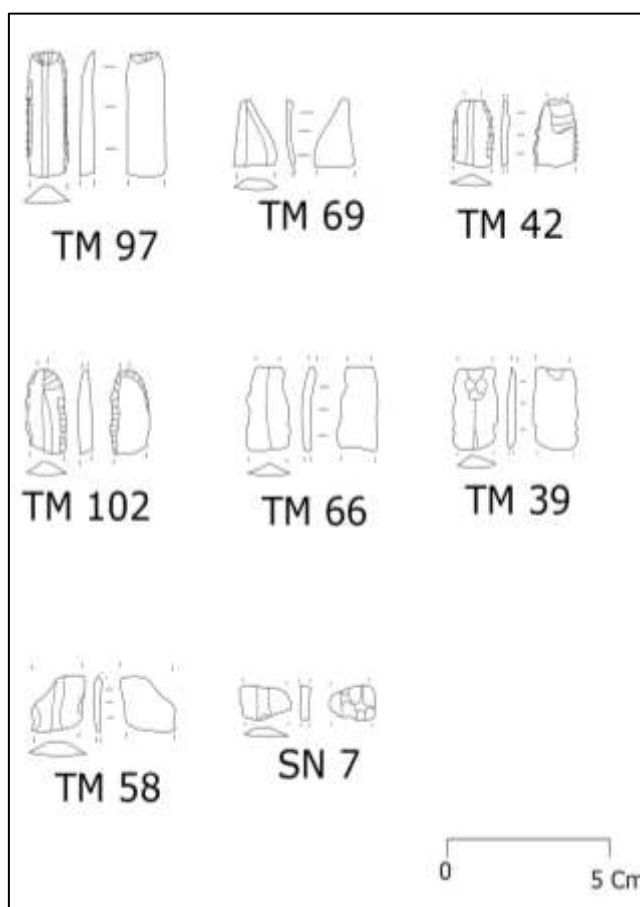


Figura 5. Pequenas Lâminas da Anta dos Mosteiros - Corredor

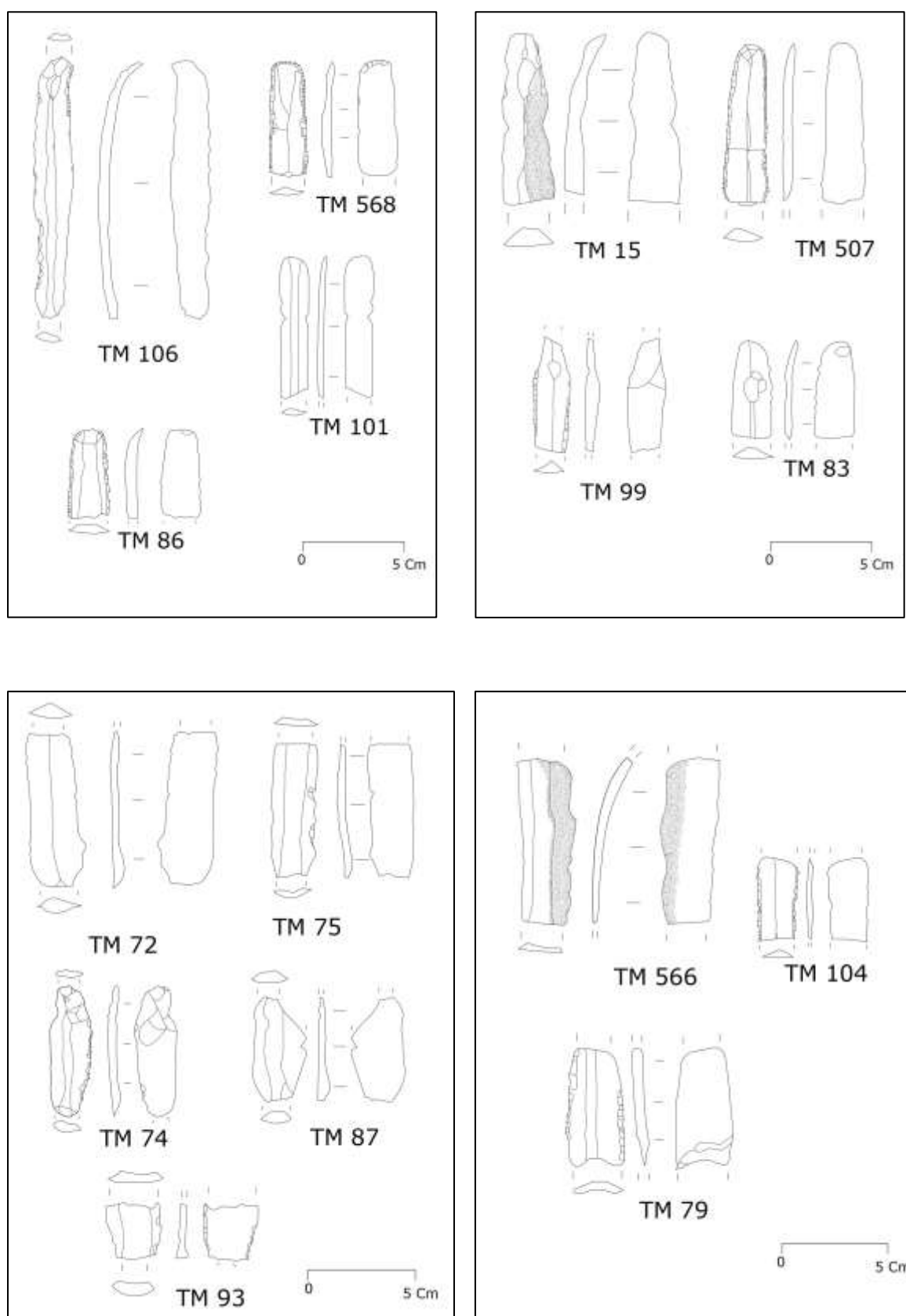


Figura 6. Grandes Lâminas da Anta dos Mosteiros – corredor.

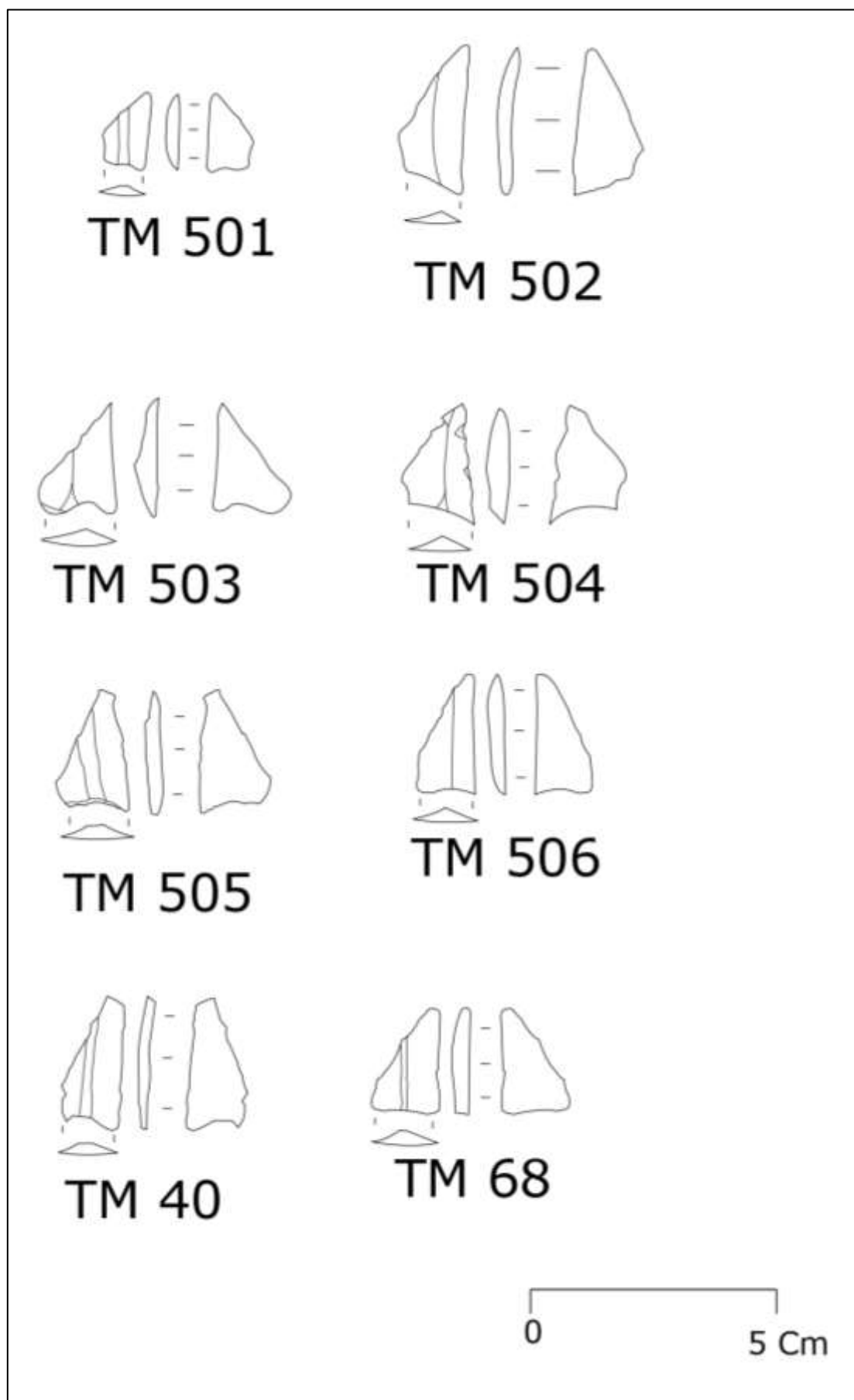


Figura 7. Geométricos da Anta dos Mosteiros – corredor.

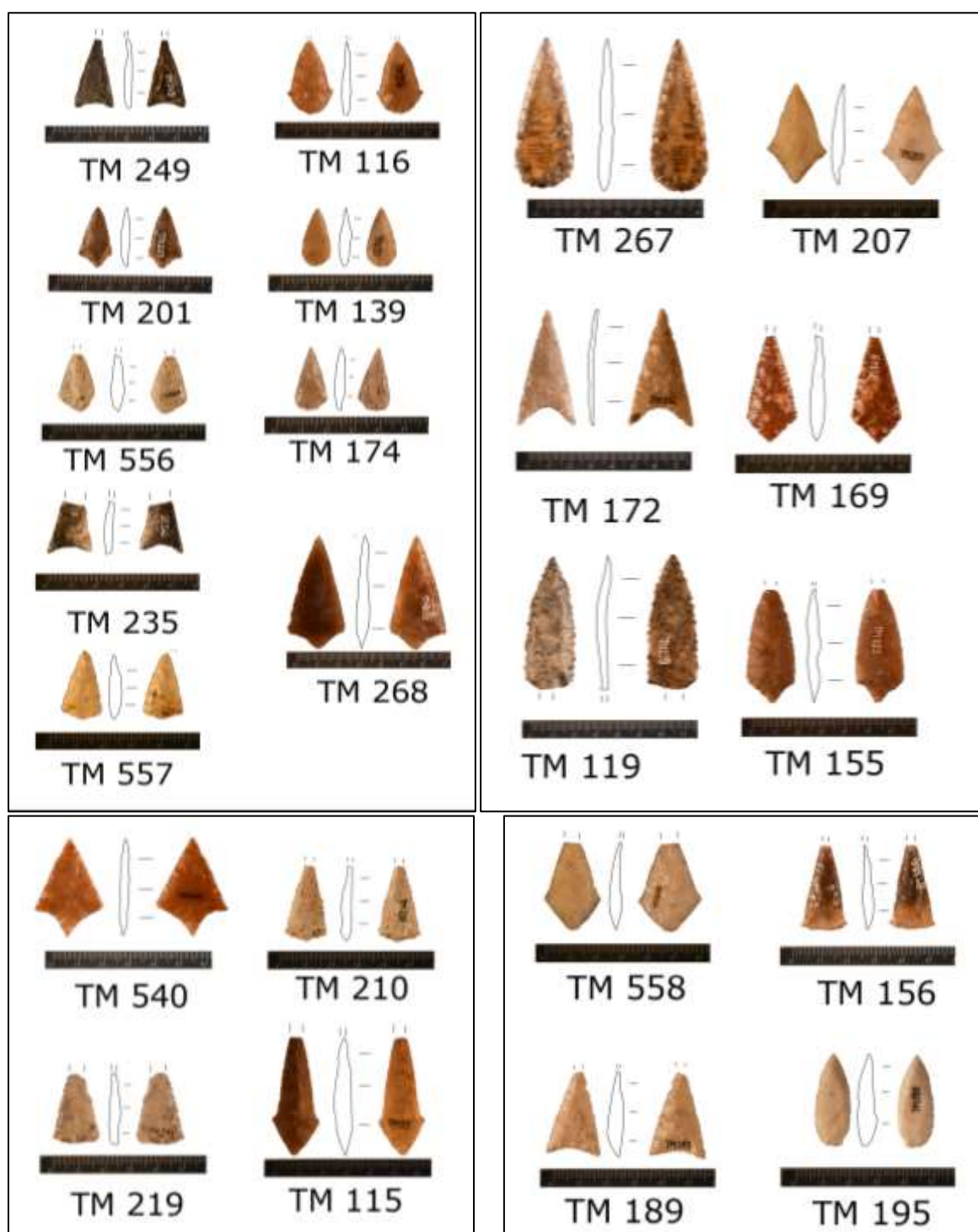


Figura 8. Pontas de Seta da Anta dos Mosteiros - corredor.



Figura 9. Fotografias dos foliáceos



Figura 10. Fotografias dos “Outros”

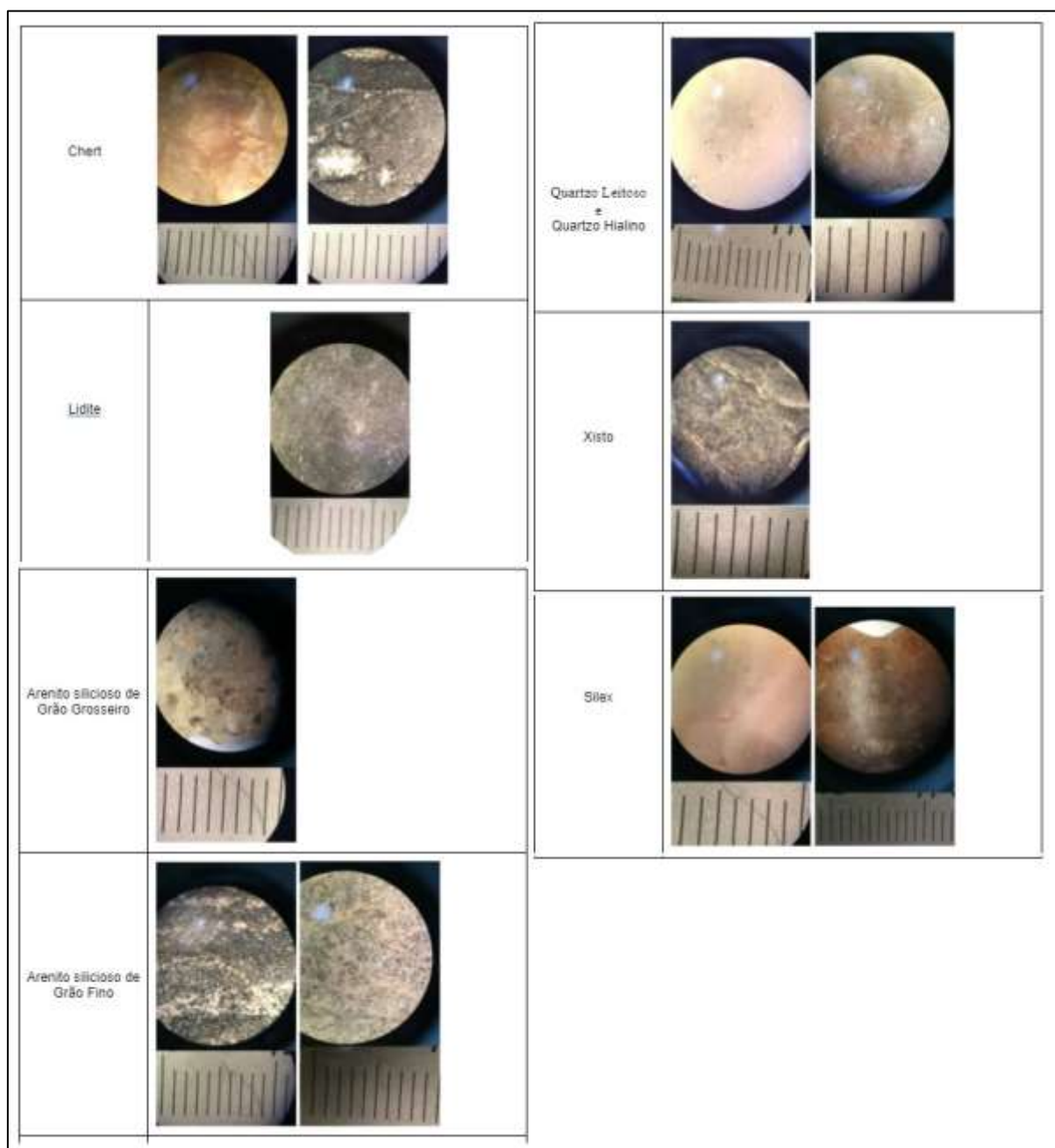


Figura 11. Fotografias das matérias primas, observadas na Lupa Binocular (Olympus SZ61).

A Antropização das paisagens alentejanas na Pré-história Recente e Proto-história: entre o selvagem e o antrópico

Inês RIBEIRO⁹

António DINIZ¹⁰

Leonor ROCHA¹¹

Resumo

A região Alentejo é a maior região do país balizada a Norte, pelo rio Tejo, a Sul pela região do Algarve, a Este por Espanha e, a Oeste, pelo oceano Atlântico. Trata-se assim de uma vasta área que atualmente apresenta diferentes concentrações de povoamento e, em termos geomorfológicos, bastante diversificada.

Este espaço natural foi, entre o 5º e o 1º milénio a.C., vivido e percecionado de diferentes formas por estas populações antigas que, em função dos seus próprios condicionalismos e/ou preferências sociais, o ocuparam de forma distinta, privilegiando em algumas fases planimetrias mais baixas, noutras, as mais elevadas. Neste trabalho procuramos compreender e cartografar esta dinâmica evolutiva e a sua relação, entre o antrópico e o natural, tentando percecionar espaços preferenciais em função das cronologias.

Palavras-chave: Alentejo; Povoamento; Natureza; Pré-história Recente; Proto-história

Abstract

The Alentejo region is the largest region of the country bordered to the north by the river Tagus, to the south by the Algarve region, to the east by Spain and to the west by the Atlantic Ocean. It is therefore a vast area which currently presents different concentrations of population and, in geomorphologic terms, quite diversified.

This natural space was, between the 5th and 1st millennium BC, lived and perceived in different ways by these ancient populations who, depending on their own constraints and/or social preferences, occupied it in different ways, favouring, in some phases,

⁹ Mestranda de Arqueologia /Universidade de Évora

¹⁰ Mestrando de Arqueologia /Universidade de Évora

¹¹ Docente Universidade de Évora/ Departamento de História. Investigadora CEAACP/ UALg - UIBD/ ARQ/ 0281/ 2020 – FCT. Orcid: 0000-0003-0555-0960

lower plateaus and, in others, higher ones. In this work we try to understand and to map this evolutionary dynamic and its relation between the anthropic and the natural, trying to perceive preferential spaces according to chronologies.

Keywords: Alentejo; Towns; Nature; Recent Prehistory; Protohistory

I. Introdução

A investigação arqueológica especificamente dedicada ao povoamento, entre o 5º e o 1º milénio a.C., no Alentejo, pouco tem evoluído nas últimas décadas devido, sobretudo à escassa representatividade de, por um lado, número de sítios intervencionados e, por outro, dentro destes, as áreas escavadas (m²). No entanto, a análise global dos dados conhecidos com base nas realidades e avaliações obtidas em prospeções, permite-nos, sem dúvida, perceber que, razões de ordem natural, paisagística ou de recursos, este espaço foi vivido e percecionado de diferentes formas por estas populações antigas que, em função dos seus próprios condicionalismos e/ou preferências sociais, o ocuparam de forma distinta, privilegiando em algumas fases planimetrias mais baixas, noutras, as mais elevadas.

Neste trabalho procuramos compreender e cartografar esta dinâmica evolutiva, tentando percecionar espaços preferenciais, em função das cronologias. Mas, na verdade, quando tentamos analisar dados a uma escala macro, temos os problemas associados às micro-escalas, ou seja, “o diabo está nos detalhes” pois, como referimos, em termos percentuais temos poucos sítios com dados estratigráficos, seguros e, os que foram superficialmente identificados e catalogados, que constam na base de dados nacional (Endovélico/ Portal do Arqueólogo) apresentam inúmeros problemas devido às variáveis existentes em torno sobretudo das categorias **Tipo** e **Cronologia**.

Assim, neste estudo, tivemos de considerar que dentro do grupo que genericamente abrangesse locais de permanência de um grupo, se incluía o que estava classificado como povoados, núcleos de povoamento, *habitats*, abrigos, casais, *villae* e *viccus* - estes últimos, apesar da sua cronologia se enquadrar já no período romano, quando analisados, revelaram vestígios enquadráveis à nossa época de estudo.

II. O povoamento na Pré-história Recente



Figura 1. Mapa 1: Definição da área de estudo

O povoamento enquadrado entre o Neolítico e Calcolítico é, na região considerada, bastante díspar. Efetivamente, a única linha que parece ser tendencialmente sempre comum é a proximidade à água, enquanto que, a planimetria parece ser a mais variável ao longo deste período que se inicia com sítios sem qualquer defensabilidade natural ou artificial e termina na situação oposta.

Temos, assim, entre o 5º e o 3º milénio a.C. uma grande diversidade de formas de povoamento no Alentejo, que vão desde, i) povoados abertos, sem defensabilidade natural, como é o caso da Barroca e Chaminé, em Mora, (Alvim, 2012; Calado, 2012), do Patalim e a Valada do Mato, em Évora (Diniz, 2003, 2007) ou de Vale Pinvel I, Samouqueira, em Sines (Silva e Soareas, 1977, 1981); ii) aos localizados em áreas abertas e aplanadas, mas com estruturas defensivas, como é o caso de Monte Novo dos Albardeiros, em Reguengos de Monsaraz (Gonçalves e Sousa, 2003);, iii) aos povoados situados em locais com excelente defensabilidade natural, por vezes em curvas de rios, a que se adicionam estruturas defensivas artificiais (muralhas, torreões), como o Castelo de Pavia, em Mora (Rocha, 2001) ou o Castelo Velho, no Alandroal (Calado, 1993); iv) e, os recintos de fossos, como Porto Torrão, em Ferreira do Alentejo (Valera e

Filipe, 2004), Águas Frias e Juromenha 1, no Alandroal (Calado, 2002: Calado *et al*, 2007).

Para uma melhor caracterização destes diferentes padrões de assentamento, procurou-se observar a implantação dos povoados/habitats abertos a nível da geologia, da qualidade de solos e do relevo.

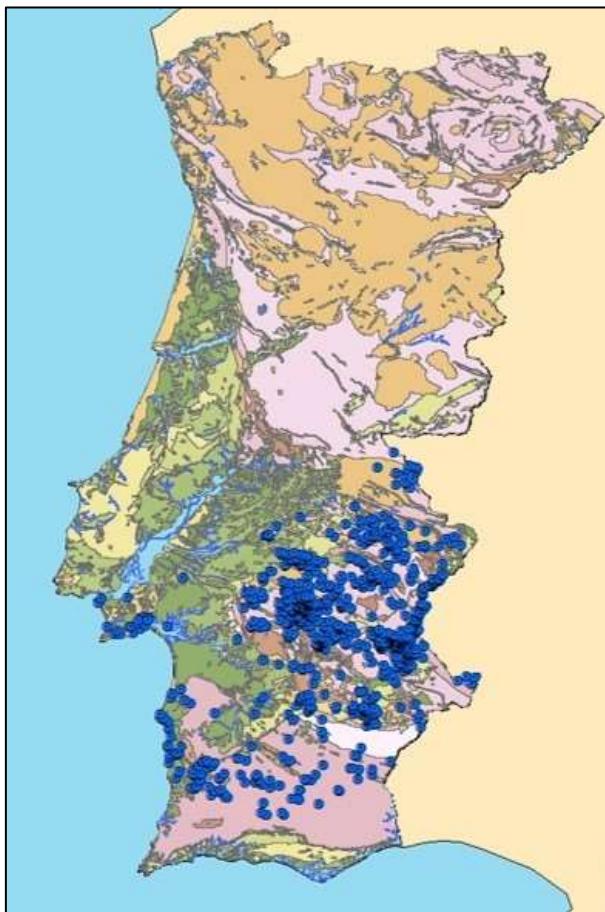


Figura 2. Relação povoamento aberto/ geologia

Em termos geológicos, todos os tipos de povoados se implantam essencialmente em zonas de rochas duras, como xistos e granitos, excluindo os que se encontram nas zonas sedimentares, correspondentes às Bacias do Tejo e Sado (a verde na fig.2).

Em relação à qualidade dos solos, a situação revela-se semelhante, sobretudo, na escala de análise apresentada, continuando óbvio a exclusão de sítios nas áreas das Bacias Hidrográficas (ver fig.3) e uma grande representação no Alentejo Central e Norte.

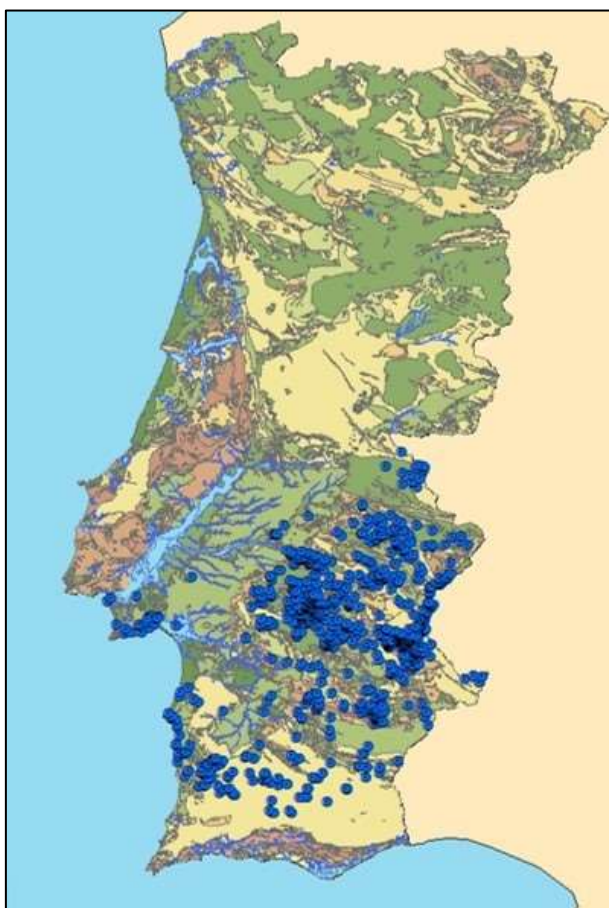


Figura 3. Relação povoamento aberto/ solos

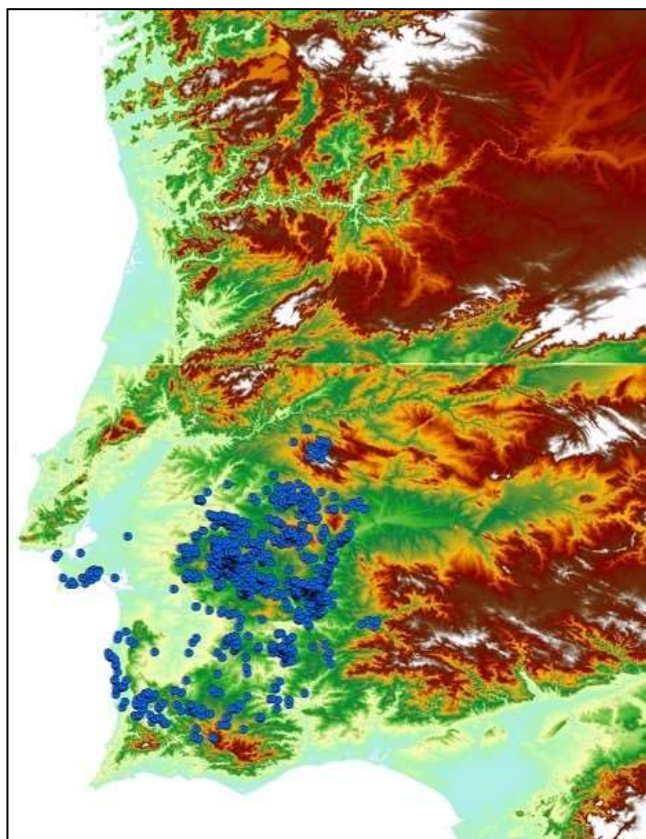


Figura 4. Relação povoamento aberto/ relevo

No que diz respeito aos sítios fortificados/amuralhados, de arquiteturas positivas ou qualquer outra terminologia que se queira empregar, consideram-se neste trabalho todos os sítios que incorporam estruturas de funções defensivas ou de vigilância. À partida é possível notar um claro decréscimo da sua presença, comparativamente com os povoados abertos/*habitats* (ver fig.5), mas revelando um sistema de implantação bastante semelhante, também em cotas mais baixas e associados a linhas de água, localizados nas áreas de rochas mais duras.

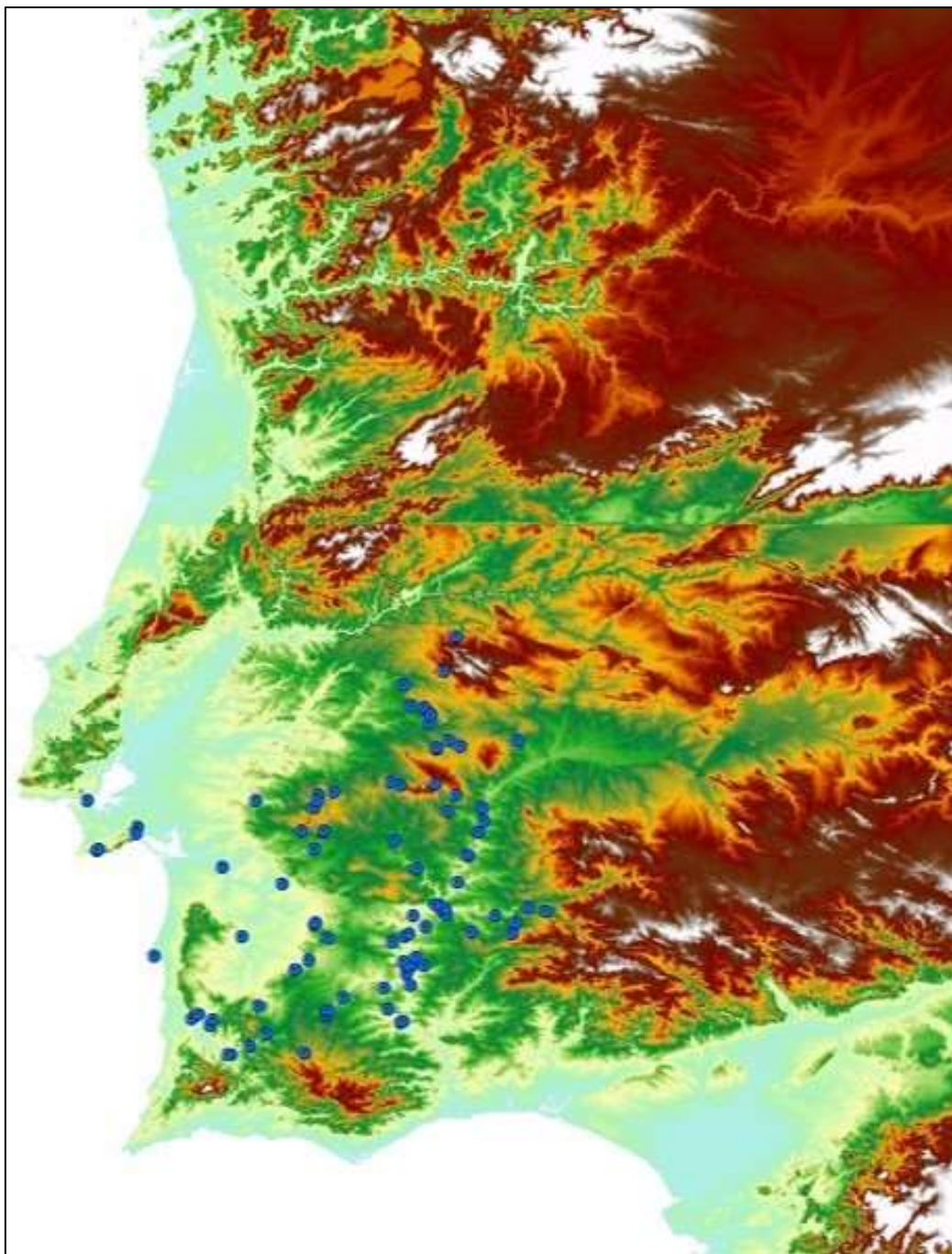


Figura 5. Relação povoamento amuralhado/ relevo

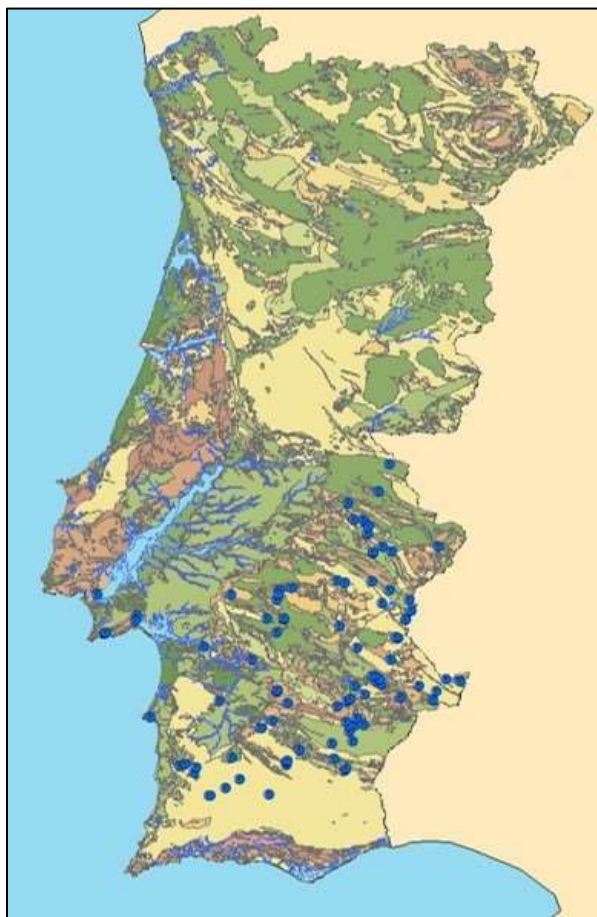


Figura 6. Relação povoamento amuralhado/ solos

Em relação à qualidade de solos, verifica-se uma clara preferência pela proximidade a solos com maior aptidão agrícola (ver fig.6).

Por último, dentro deste período temos a considerar ainda os recintos de fossos. Independentemente das diferentes funções que se pretendem atribuir a estes sítios, três factos são, no atual estado dos nossos conhecimentos, inquestionáveis: 1) as datações existentes já nos permitem perceber que estes coexistem no mesmo espaço que os povoados abertos/ fortificados/ amuralhados; 2) apresentam um conjunto artefactual similar – um fundo comum; 3) o seu número, cada vez mais elevado e a contiguidade entre alguns, já não nos pode continuar a manter a ideia que eram locais apenas de culto.

Assim, quando analisados em termos gerais, verificamos que se localizam em cotas tendencialmente mais baixas, com boa visibilidade sobre a área envolvente, abertos, em torno de linhas de água (ver fig.7) e nas proximidades de solos com boa aptidão agrícola (ver fig.8).

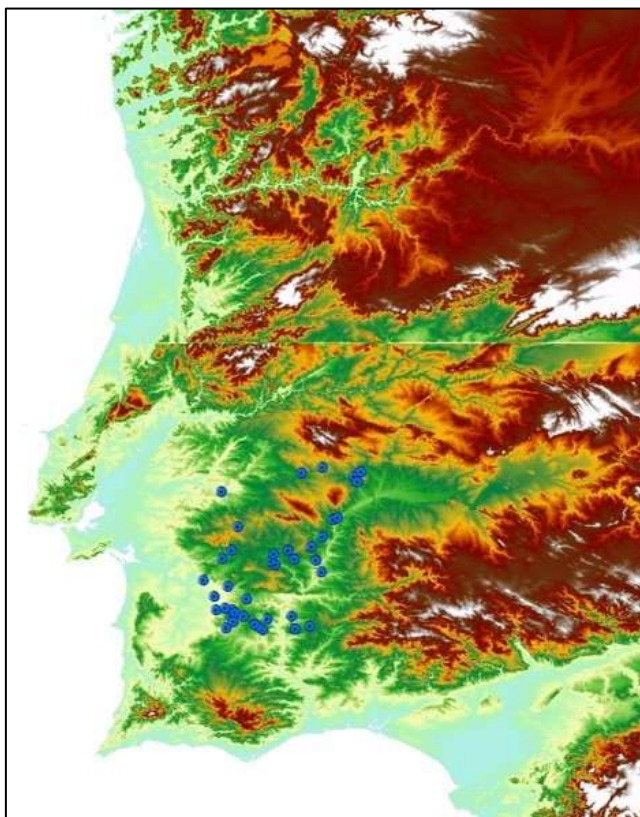


Figura 7. Relação recintos/ relevo

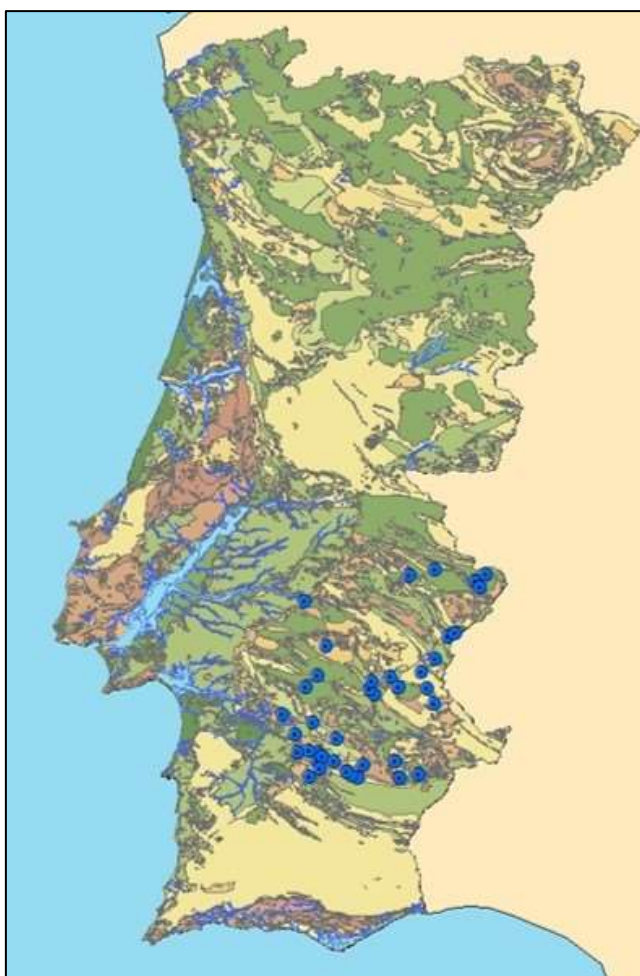


Figura 8. Relação recintos/ solos

A grande diferença entre sítios com arquiteturas positivas (amuralhados) e arquiteturas negativas (fossos) é, sem dúvida, a nível da geologia pois, naturalmente, nem todos os substratos geológicos eram susceptíveis de serem escavados com a tecnologia existente. Existem condicionantes geológicas, regionais, que não permitem que se encontrem recintos de fossos em todo o Alentejo, por mais que alguns autores se queiram afastar desse determinismo ou linha de pensamento.

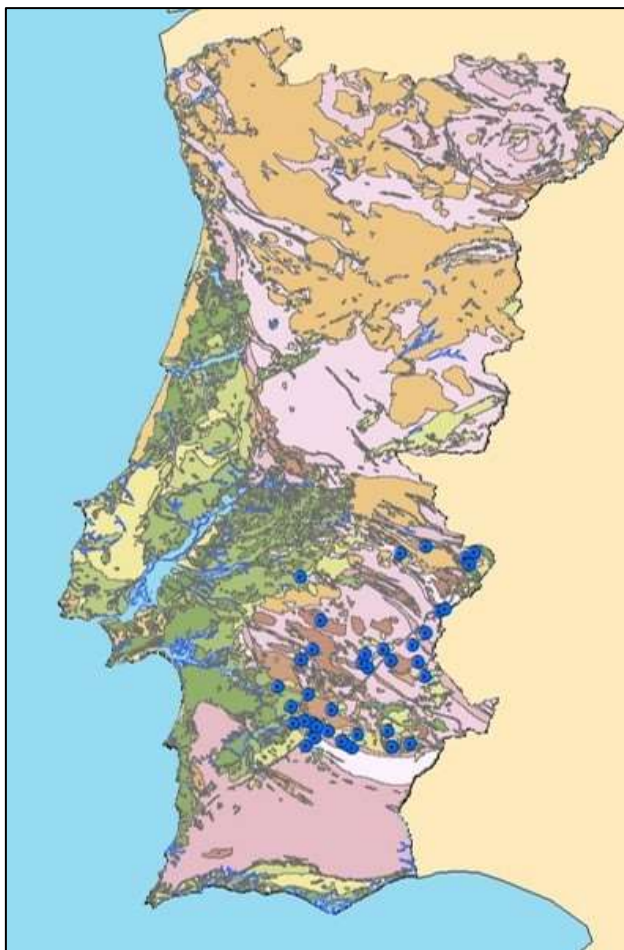


Figura 9. Relação recintos/ geologia

Recintos de fossos, quando analisados sob o ponto de vista geológico, encontram-se em áreas onde existem rochas mais brandas (ver fig.9) , como é o caso de gabrodioritos, tendo como exemplo o Complexo Arqueológico dos Perdigões (Valera, 2018), ou de xistos brandos e margas, presentes nos recintos identificados no distrito de Beja.

É notório assim distintas estratégias de implementação que procuram responder às mesmas necessidades: a facilidade de acesso à água e solos com boa aptidão agrícola. Contudo, e apesar destas semelhanças existe um longo caminho a percorrer, nomeadamente a compreensão do que motiva estas diferenças estruturais no modo de

vida destas populações? Quem são efetivamente estas pessoas que habitaram o Alentejo entre o V e o III milénio a.C.? Têm todas as mesmas origens? O que justifica esta dualidade de formas de implantação?

Mas, como veremos, estes problemas não são específicos da Pré-história Recente uma vez que, continuam a ocorrer, de forma igual ou até superior, nos locais identificados com ocupações da Proto-história.

III. O povoamento da Proto-história

No que à proto-história (II e I milénio a.C.) diz respeito, tratamos de uma baliza cronológica que se constitui como uma verdadeira manta de retalhos, repleta de diferentes culturas, gentes e influências, cada qual aparentemente com formas distintas de ocupar e gerir o território de modo a aproveitar todos os recursos.

Comprovamos através dos dados e da dispersão dos sítios arqueológicos (ver fig.10) que a ocupação do território e da paisagem durante a proto-história foi bastante díspar, incluindo distintos tipos de povoamento, onde assistimos a um constante subir e descer do povoamento em relação ao relevo.

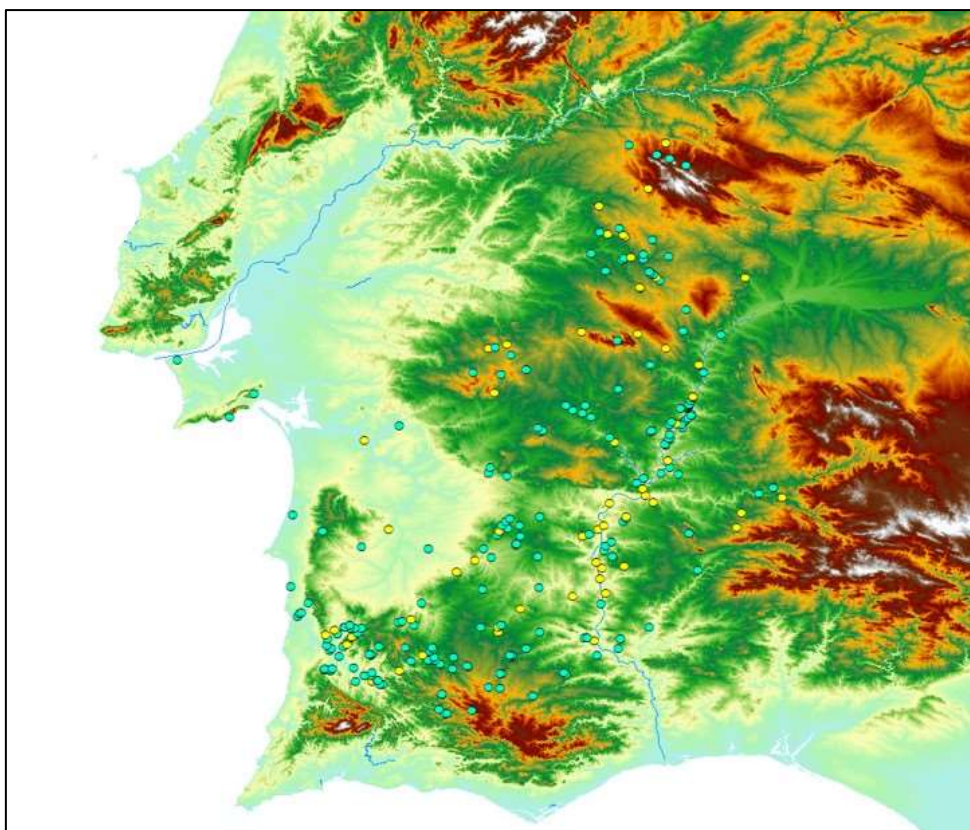


Figura 10. Relação povoamento/relevo (amarelo: fortificados; azul: povoados)

Mais uma vez registamos, para esta fase, os problemas de análise já referidos para o período antecedente. Efetivamente, em termos de bases de dados nacional (Endovélico/ Portal do Arqueólogo) é muito difícil tratar a informação devido, por um lado à escassez (e ambiguidade) de informação registada e, por outro, à multiplicidade de categorias que foram criadas em relação à tipologia e cronologia. Assim, para este trabalho, acabámos por reunir em:

- para o **Tipo**: Povoados Fortificados e Povoados (nesta engloba-se todos os tipos existentes);
- para a **Cronologia**: face à ambiguidade existente nas classificações, consideraram-se todos os sítios com cronologias dentro da Idade do Bronze e Idade do Ferro.

Em relação à Idade do Bronze registamos um misto entre povoados em altura e povoados abertos, com pouca defensibilidade natural. Estes últimos, com base nos escassos sítios intervencionados deste período, apresentam estruturas semi-retangulares ou retangulares, feitas de pedra, madeira e barro, lajeadas a pedra, como é possível de observar na área de Sines, nos povoados do Pessegueiro ou o da Quitéria, em Sines (Soares e Silva, 2016). Em termos gerais, os dados de superfície apontam para a existência destes dois tipos de sítios em toda área considerada (AAVV, 2014; Calado, 1993, 2002; Calado *et al*, 2007; Calado *et al* 2012; Calado e Mataloto, 2001; Calado e Rocha, 1996/1997; Carneiro, 2005; Costa e Liberato, 2007; Marques *et al*, 2013; Melro e Albergaria, 2013; Oliveira *et al*, 2007; Porfírio, 2014; Rocha, 2016; Rocha *et al*, 2013; Rodrigues, 1975; Serra e Porfírio, 2020).

Este tipo de povoamento, mais aberto, menos resguardado, é caracterizado por estruturas habitacionais, sem ou com linhas defensivas muito reduzidas, resumindo-se a cabanas retangulares. Destas construções restam apenas alguns indícios ténues da sua existência, devido ao facto de, por um lado poderem estar muito degradadas pela erosão natural ou bioturbações e, por outro, pela própria natureza dos materiais de construção utilizados. Efetivamente, tratando-se de cabanas feitas em materiais perecíveis, sobrevivem somente os indícios, como buracos de postes, pequenos pisos lajeados, ocasionalmente lareiras e alguns muros e muretes em blocos de pedra (que seriam também eles revestidos) e as paredes de argilas, barros e taipas. Muitos destes sítios também revelam quase uma sobreposição, uma coincidência com as necrópoles, coexistindo o mundo dos vivos com o dos mortos. De salientar ainda que este

povoamento, tendo em consideração o seu carácter mais perecível e menos impressionante na paisagem, torna-se mais difícil de identificar.

Em contraste, o povoamento em altura manifesta-se, dispersamente, um pouco por todo o Alentejo, aproveitando elevações, como é o caso, dos povoados fortificados de Évora Monte, em Estremoz, São Gens, no Redondo, Castelo Velho, em Terena, o Castelo do Giraldo, em Évora, Outeiro do Circo, em Beja, Pedras da Careira, em Monforte, entre outros sítios (cf. bibliografia).

Esta diferença no tipo de povoamento pode estar relacionada com a existência de conflitos na Idade do Bronze, levando as populações a abandonarem as planícies e os vales, para se resguardarem em zonas menos férteis, em altura (colinas, cerros, planaltos ou cristas mais elevadas), com boa visibilidade a área envolvente. Este modelo é bem evidente nos povoados com linhas defensivas, deste período. Contudo, também aqui, se podem evidenciar algumas diferenças que podem ser oportunísticas ou, pelo contrário, serem o resultado de uma opção assumida por estas populações que pode também estar ligada à exploração de recursos mineiros:

- 1) Alguns sítios aproveitam características naturais de defensibilidade como o relevo, a geomorfologia do terreno ou o uso de linhas de água. Exemplos destes tipos encontram-se, por exemplo, no Castelo do Giraldo (Évora) e no Castelo Velho (Terena).
- 2) Outros recorrem à construção de povoados fortificados em cristas e morros isolados nas planícies, com a possibilidade de controlar o território até onde a vista alcança, como é o caso de Outeiro do Circo (Beja), S. Gens Borba) ou Evoramonte (Estremoz).

Com o fim da Idade do Bronze e o começo da metalurgia puramente “férica”, assistimos a um novo conjunto de tendências do ponto de vista ocupacional do território. Deparamo-nos com um grande elenco de influências exógenas ao nosso território, quer na I Idade do Ferro, com influências mais orientalizantes, quer mais tarde, na II Idade do Ferro, com uma onda de chegada de novos povos.

É clara uma inicial descida parcial dos montes e povoados fortificados em altura, mesmo que não generalizado, na I Idade do Ferro. Por um lado, temos entrepostos comerciais de comunidades de matriz orientalizante a estabelecerem-se nas áreas envolventes de três principais linhas de água – o Tejo, o Sado e o Guadiana – levando as materialidades destes povos às regiões mais interiores, como é o caso do conjunto

de Neves Corvo, ou influenciando a cultura dos povos locais, como no caso de Alcácer do Sal (Arruda, 2001). O caso particular de Alcácer do Sal demonstra a troca de influências entre as comunidades locais e os fenícios, que se implantam numa área cercana com a feitoria de Abdul.

Esta relação entre povos vai toldar a forma como se vive na “cidade” e a própria cultura, trazendo novas divindades inclusive de matriz orientalizante. No caso de Neves Corvo, a materialidade do conjunto de sítios sugere essa mesma troca de culturas, mantendo-se um fundo autóctone – como as figuras zoomorfas - mas inserindo peças como os escaravelhos, provenientes do outro lado do Mediterrâneo. Em termos de estruturas tratar-se-iam de cabanas em pedra, completadas por taipa, em formato retangular. Este tipo de povoamento ou habitat é evidente, mais uma vez, no complexo pertencente a Ourique, nos sítios de Neves II, Corvo I e Fernão Vaz (Arruda, 2001,) ou no conjunto de sítios intervencionados no âmbito do projeto do Alqueva (AAVV, 2014; Calado, 2002; Calado *et al*, 2007; Marques *et al*, 2013; Melro e Albergaria, 2013)

Com a II Idade do Ferro, voltamos a assistir uma ascensão das comunidades às zonas mais altas, bem como à chegada de uma nova vaga de povos. Novamente, são movimentos não generalizados. Em alguns casos, há uma reocupação de povoados localizados em sítios estratégicos, abandonados, de outros períodos anteriores – como do Calcolítico ou da Idade do Bronze – reaproveitando -se muros e muretes e reforçando-se as muralhas, que perduraram no tempo. Dentro destes, temos, por exemplo, o Castro de Chibanes (Palmela), o Castelo Velho (Terena) ou o Cabeço de Vaiamonte (Monforte), todos localizados em topos, com boa visibilidade do território, onde o primeiro assume um ponto de controlo do Rio Tejo, o segundo sobre a ribeira do Lucefecit e, o terceiro, as planícies alentejanas, num cerro isolado. No caso de Chibanes, há uma clara necessidade de fortificar o morro, apresentando uma linha de muralhas, reforçadas com duas torres circulares, com estruturas habitacionais de planta retangular ou quadrangular adjacentes. (Calado, 1993; Silva e Soares, 2014)

IV. Em suma...

No estado actual dos nossos conhecimentos, baseado em dados resultantes de escavações (ainda que muitas sejam parciais), novas técnicas e metodologias de análise, permitiu-nos perceber que as teorias tradicionais apresentavam análises demasiado simplistas da realidade uma vez que, na verdade, existe uma grande diversidade de

estratégias de povoamento e de soluções arquitetónicas presentes nos sítios entre o V e o II milénio a.C. as quais, apesar dos avanços já obtidos nas últimas duas décadas, ainda não permitem compreender cabalmente.

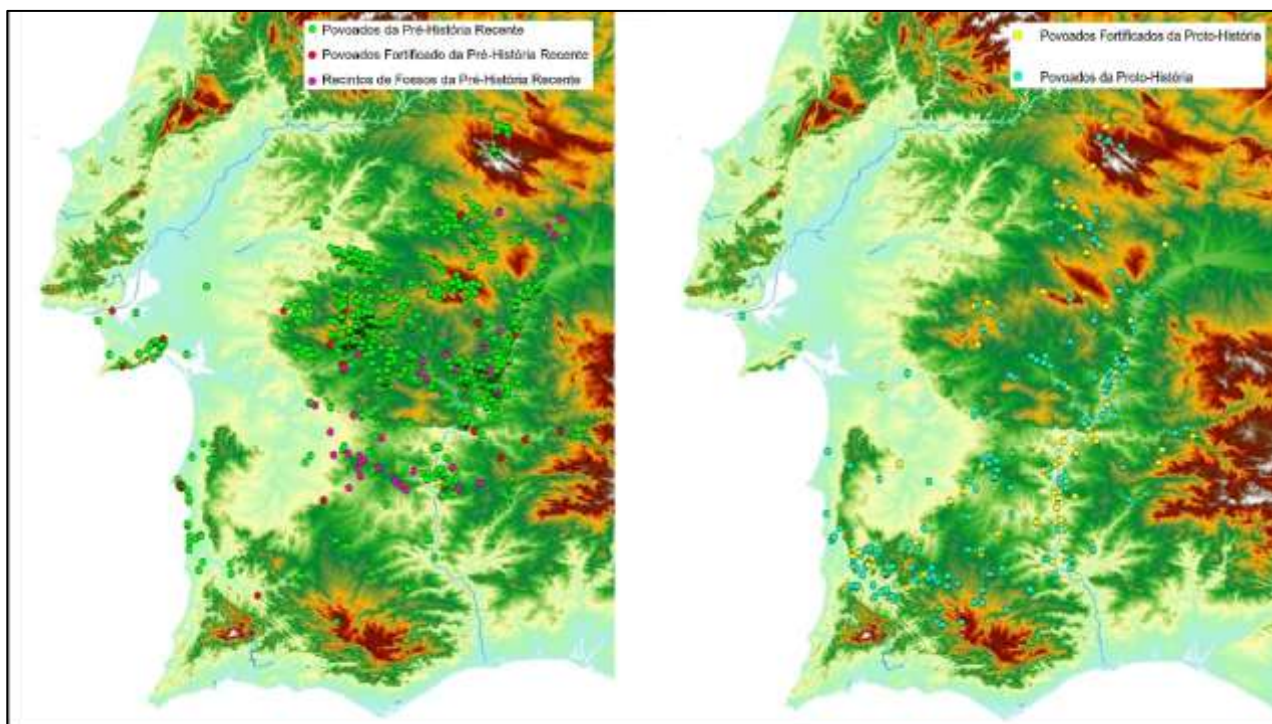


Figura 11. Relação povoamento Pré-história Recente/ Proto-história em termos de relevo

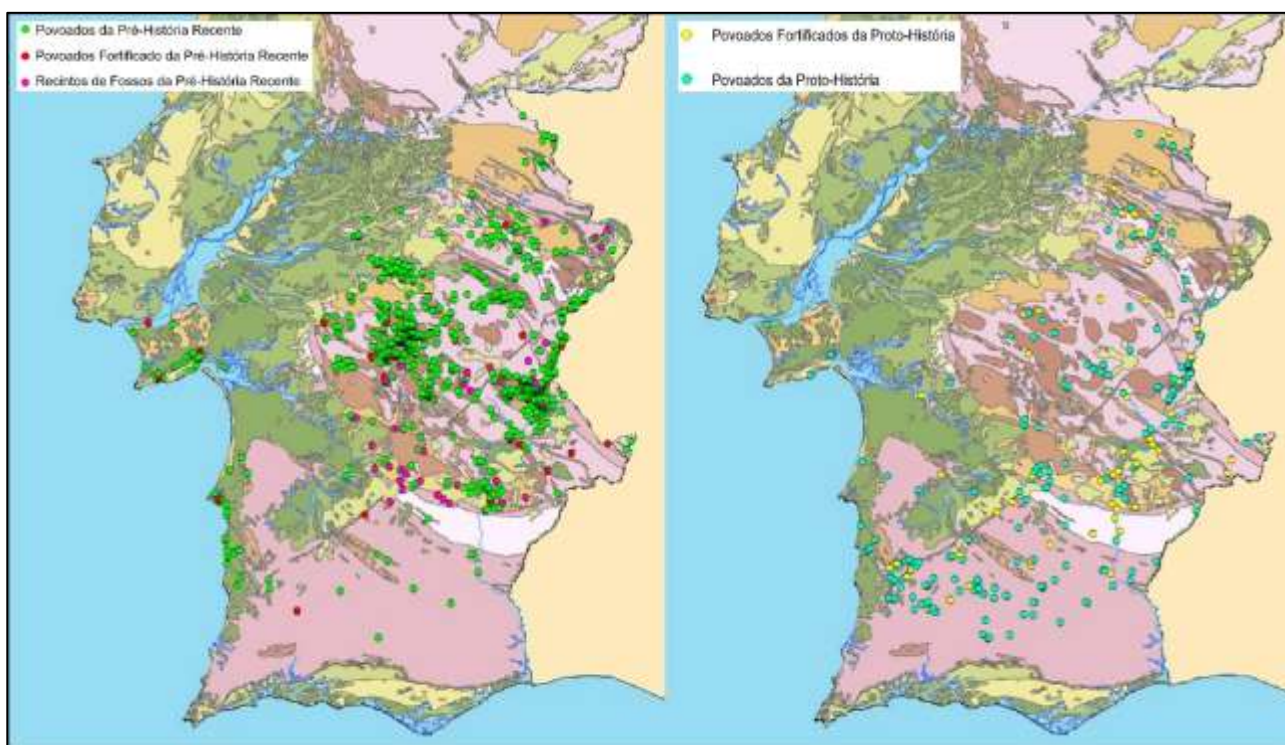


Figura 12. Relação povoamento Pré-história Recente/ Proto-história em termos de geologia

A análise comparativa dos mapas de povoamento, permitem-nos visualizar algumas diferenças, quer elas sejam efetivamente reais, ou sejam apenas fruto do estado da investigação, nesta data, mas:

- 1) A primeira, é que (continua) a existir uma clara retração do povoamento, neste território, entre a Pré-história Recente e a Proto-História (fig.11);
- 2) Dentro da Pré-história Recente, temos os recintos de fossos a aparecer um pouco dispersos por toda a área, mas com nítidas concentrações em função do substrato geológico (fig.12);
- 3) Esta situação é similar no que concerne ao povoamento Proto-histórico que apresenta maior concentração a Sul, em área anteriormente pouco ocupadas (fig.12);
- 4) Para todo o período considerado é também evidente que existe uma nítida preferência pelas margens do rio Guadiana e, em sentido inverso, um vazio nas áreas que correspondem aos terrenos do terciário (areias) (fig.12);
- 5) Por último, a questão da exploração dos recursos naturais que, em termos de Proto-história se evidencia com a concentração do povoamento em torno das áreas mineiras, mais a sul (fig.12).

Esta nova avaliação só foi possível devido ao aparecimento da obrigatoriedade de realização de estudos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) que na região em análise, mais especificamente nos distritos de Beja e de Évora, se tem traduzido em centenas de trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, de construção de novas redes viárias, da remodelação das práticas agrícolas mais tradicionais (com introdução de culturas extensivas de oliveiras e amendoeiras) os quais permitiram identificar uma grande multiplicidade de estratégias e de estruturas associadas a estas populações.

Mas, a par disto, existe ainda um longo a caminho a percorrer no que diz respeito ao acesso à informação, quer seja através de publicações, relatórios ou à informação inserida no Portal do Arqueólogo. Com isto realçar, alguns dos desafios que ocorreram para a elaboração deste pequeno estudo:

- i) Como referimos, o Portal do Arqueólogo, que foi a ferramenta base deste trabalho, apresentou inúmeros problemas, nomeadamente na localização e na própria caracterização dos sítios – o que levanta dúvidas quanto à tipologia e cronologia;

- ii) A forma como os dados existentes foram recolhidos, se através de escavações ou prospeções, nem sempre é explícita;
- iii) No caso dos sítios intervencionados, a informação sobre a percentagem de área escavada em relação ao total e a localização dentro sítio é, também, muito escassa;
- iv) Acesso à informação. Neste caso, apesar de existir a obrigatoriedade de entrega dos Relatórios Técnico-científicos à tutela, estes não se encontram disponíveis on-line pelo que a acessibilidade aos dados fica restrita a um conjunto restrito de pessoas que podem deslocar-se aos Arquivos da DGPC, em Lisboa.
- v) Por último... as publicações. Não obstante o elevado número de sítios intervencionados, temos muito pouco retorno social dos seus resultados, ou por nunca terem sido publicados ou por se encontrarem em locais (revistas, livros) de difícil acesso/localização. Acresce ainda o conteúdo, ou seja, a informação que é efetivamente publicada. Muitas vezes, são estudos parcelares, sobre determinado tipo de realidades, quer sejam estruturas, quer sejam espólios, ficando de fora os elementos mais comuns (p.e. das cerâmicas), que nos permitiriam realizar comparações entre os diferentes tipos de sítios analisados neste trabalho.

Bibliografia

- AAVV (2014) - 4.º Colóquio de arqueologia do Alqueva : o plano de rega (2002 - 2010). Beja : EDIA/DRCALEN.
- ALVIM, P. (2012) – Chaminé: o povoamento neolítico na curva do rio. M. Calado, L. Rocha e P. Alvim (coord). In *O Tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora, p. 112-113.
- ARRUDA, A. M. (2001) - A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4, n.2. Lisboa, p.207-291.
- CALADO, M. (1993) – *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. (2002) – Povoamento Pré e Proto-Histórico da margem direita do Guadiana. Blocos 2 e 8. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2ª série, 2, p. 122-127.
- CALADO, M. (2012) – Barroca: Neolítico e/ou Mesolítico. M. Calado, L. Rocha e P. Alvim (coord). In *O Tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora, p. 110-111.

- CALADO, M. (2017) – No caminho das Pedras: o povoado «megalítico» das Murteiras (Évora). *Terra e Água. Escolher Sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. SOUSA, A.C; CARVALHO, A; VIEGAS, C. (eds). Estudos & Memórias. 9. Lisboa, p. 91-101.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica do Concelho do Redondo*. Redondo: Câmara Municipal de Redondo.
- CALADO, M.; MATALOTO, R.; ROCHA, A. (2007) – Povoamento proto-histórico na margem direita do Regolfo de Alqueva (Alentejo – Portugal). *Arqueologia de la tierra. Paisajes rurales de la Protohistoria Peninsular*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 129-179.
- CALADO, M; ROCHA, L. (1997) – Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. 1. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, p. 99-130. [ISSN 0873-9277].
- CALADO, M; ROCHA, L. (1996-1997) – Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central. *A Cidade de Évora*. Évora: CME, p.35-55.
- CALADO, M; ROCHA, L. (2007) – As primeiras sociedades campesinas no Alentejo Central: a evolução do povoamento. *Memórias*. 6. Junta da Extremadura/ Consejería de Cultura y Turismo: Museo de Cáceres, p.29-46.
- CALADO, M; ROCHA, L; ALVIM, P. (2012) - *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.
- CARNEIRO, A. (2005) - *Carta arqueológica do concelho de Fronteira*. Lisboa: Colibri.
- COSTA, T.; LIBERATO, M. (2007) - Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte. Síntese dos resultados. *Vipasca, Arqueologia e História*. 2, vol. 2, p. 632-642.
- DINIZ, M. (2003) - O Neolítico antigo do interior alentejano: leituras a partir do sítio da Valada do Mato (Évora). *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo (dir. GONÇALVES, V. S.). Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 25, p. 57-80.
- DINIZ, M. (2007) – O Sítio de Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/ Sul de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. 48. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- FABIÃO, C. (1996)- O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade*. 11. Lisboa: Edições Colibri, p. 35-84.
- GONÇALVES V.S; SOUSA, A.C. (2003) - Novos dados sobre o grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: o limite oriental. In V. S. Gonçalves (Ed.). *Muita Gente, Poucas Antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português de Arqueologia, p. 198-226.
- GONÇALVES V.S; SOUSA, A.C; MARCHAND, G. (2013) - Na margem do grande rio. Os últimos grupos de caçadores-recoletores e as primeiras sociedades camponesas no

- Guadiana Médio. *Memórias D´Oadiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva*. 12. Évora: EDIA/DRCALLEN.
- MARQUES, J. A; GÓMEZ MARTÍNEZ, S; GRILO, C; BATATA, C. (2013) – Povoamento rural no troço Médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e Períodos Medieval e Moderno). Bloco 14 – Intervenções e Estudos no Alqueva. *Memórias D´Oadiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva*. 13. Évora: EDIA/DRCALLEN.
- MATALOTO, R. (2013) - Do Vale à Montanha, da Montanha ao Monte: a ocupação do final da Idade do Bronze no Alentejo Central. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p.221-272.
- MATALOTO, R. (2004) - Meio Mundo: o início da Idade do Ferro no cume da Serra d'Ossa (Redondo, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7. 4. Lisboa: IPA, p. 139-173.
- MELRO, S; ALBERGARIA, J. (2013) - Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana. *Memórias D´Oadiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva*. 7. Évora: EDIA/DRCALLEN.
- OLIVEIRA, J; PEREIRA, S; PARREIRA, J. (2007) - Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. *Revista Ibn-Maruan*. 14.
- PEREIRA, T. R. (2013) - As armas na romanização: o exemplo de Cabeça de Vaíamonte (Monforte, Portugal). *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p. 1328-1360.
- PORFÍRIO, E. (2014) - O povoamento aberto no Bronze Pleno no Sudoeste. Algumas reflexões a partir do sítio de Torre Velha 3 (Serpa). in R. VILAÇA e M. SERRA, (coord) *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 25-49.
- ROCHA, L. (2001) - Povoamento pré-histórico da área de Pavia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4. Lisboa: IPA, p.17-43.
- ROCHA, L. (2016) - As dinâmicas dos territórios no contexto da pré e proto-história do Alentejo (Portugal). *O Pelourinho. Boletín de Relaciones Transfronterizas*. 20 (2ª época). Badajoz: Diputación de Badajoz, p. 129-144.
- ROCHA, L. (2019) - Neolítico, datar para creer ... ¿Un problema a resolver o de imposible resolución? In Romero L. & Monchet K. (Eds.). *Arqueología, historia y medio ambiente. Visiones cruzadas*. Madrid: Dykinson, S.L., p. 55-76
- ROCHA, L; SANTOS, I; BRANCO, G. (2013) – *Património(s) de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.
- RODRIGUES, M.C. (1975) - *Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Vide*. Lisboa: [s.n.].
- SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2020) - Dez anos do projeto Outeiro do Circo 2008-2018 (Beja, Portugal: Um imenso povoado fortificado da Idade do Bronze. *AlkalathemDOS*, p.40-49.

- SILVA, C. T. (1989) – Novos dados sobre o Neolítico antigo do Sul de Portugal. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 20, p. 24-32.
- SILVA, C. T.; FERREIRA, C. J.; LOURENÇO, F. S.; SOUSA, P. (1993) – *O património arqueológico de Setúbal: subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal: Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1977) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, 2-3, p.179-272.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) – *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (2014) - O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura. *Setúbal Arqueológica*. 15. Setúbal, p. 105-172.
- SOARES, J. (2013) – Transformações sociais durante o III milénio a.C. no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas. *Memórias D´Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva*. 5. Évora: EDIA/DRCALEN.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (2016) - Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de Complexidade Social. in A.C. SOUSA; A. CARVALHO e C. Viegas (ed) *Terra e Água Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 359-384.
- VALERA, A.C. (2013) – As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2ª metade do IV aos inícios do II milénio a.C. Intervenções e Estudos no Alqueva. *Memórias D´Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva*. 6. Évora: EDIA/DRCALEN.
- VALERA, A.C (ed) (2018) - *Os Perdigões Neolíticos: Génese e Desenvolvimento (De meados do 4º aos inícios do 3º milénio a..C.)*. 1. Lisboa: NIA/ Núcleo de Investigação Arqueológica (NIA).
- VALERA, A. C.; FILIPE, I. (2004) - O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). Novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era. Arqueologia*. 7. Lisboa, p. 23-32.

O Povoado Pré-Histórico do Veloso (Carreiras, Portalegre) - notícia da sua descoberta e da breve sondagem

Jorge de OLIVEIRA¹²

Resumo

Noticia-se nesta comunicação a identificação e a breve sondagem aberta no Povoado do Veloso, atribuível ao Neolítico antigo, situado nas imediações das Carreiras, no Concelho de Portalegre.

Palavras-Chave: Povoado do Veloso, neolítico antigo, mó com covinhas.

Abstract

This text reports the identification and brief open survey in Povoado do Veloso, attributable to the early Neolithic, located in the vicinity of Carreiras, in the Municipality of Portalegre.

Keywords: Povoado of Veloso, early Neolithic, millstone with dimples.

1. A identificação do povoado

No Natal de 1984 fomos informados por um motorista da Rodoviária Nacional que todos os dias, por quatro vezes, fazia o percurso entre a aldeia das Carreiras e Portalegre, que a cerca de 2kms para sul desta aldeia para o lado poente se viam várias mós manuais em cima do muro de limite de propriedade, no local do Monte do Veloso onde, por norma, recolhia e deixava passageiros. Na Primavera de 1985 visitámos o local e confirmámos que por entre velhos carvalhos e afloramentos graníticos e sob o muro de divisão de propriedade existia mais de uma dezena de grandes dormentes em granito, de forma oval. Entre elas identificámos uma que no seu dorso apresentava várias covinhas. Neste contexto registámos, igualmente vários percutores esferoides de quartzo, um machado de anfibolito de secção oval, alguns moventes de granito e fragmentos de recipientes em cerâmica muito rolados.

¹² Docente Universidade de Évora/ Departamento de História. Investigador CHAIA/ Universidade de Évora.

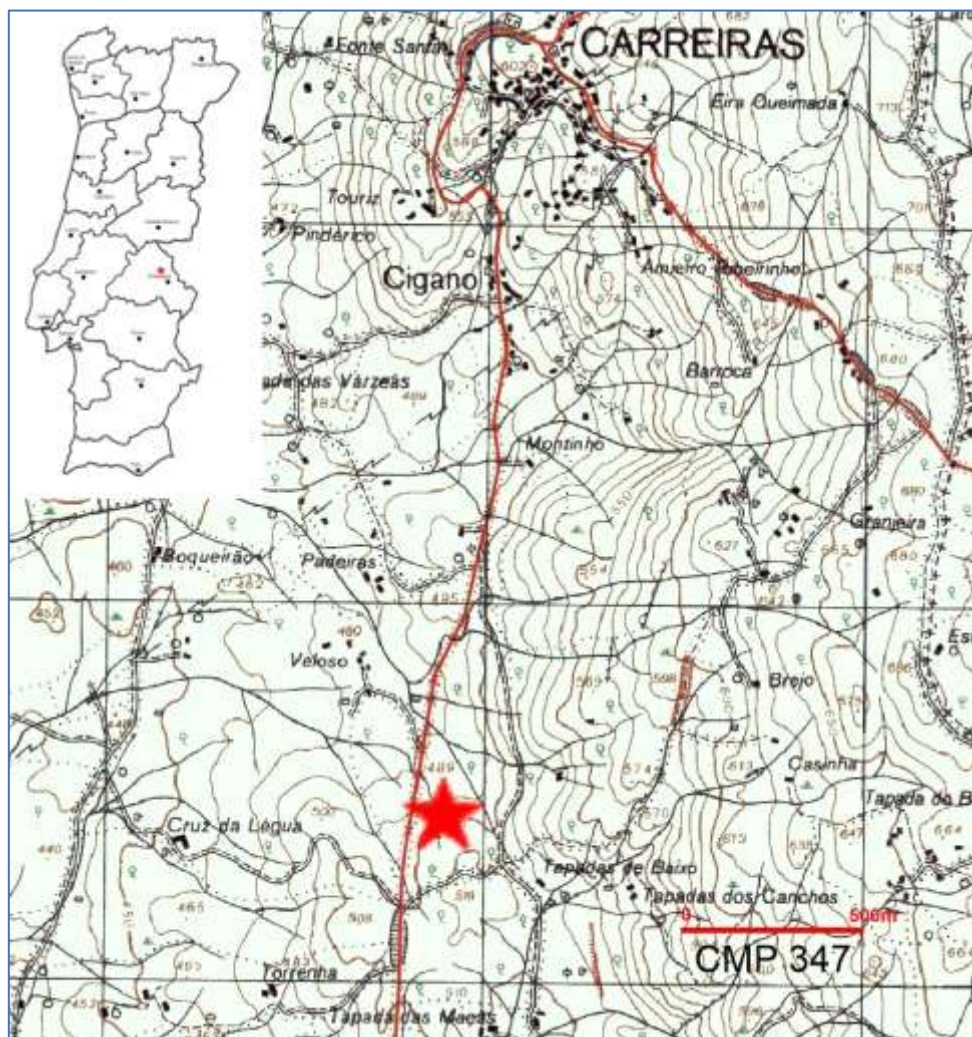


Figura 1. Localização do povoado do Veloso na CMP 1: 25 000, FI. 347.



Figura 2. Localização do povoado do Veloso no Google Earth.

2. Os trabalhos arqueológicos

Desta ocorrência informámos o saudoso Doutor Caetano Beirão, Diretor do Serviço Regional de Arqueologia do Sul, que nos instigou a abrirmos uma sondagem no local e a recolher os materiais de superfície. Assim, em Agosto desse ano e depois de devidamente autorizados pelo IPPC e paralelamente à escavação que dirigíamos na Praça d'Armas de Castelo de Vide, e suportados por um subsídio de 30000\$00 = 150 € (10000\$00 atribuídos pela Universidade de Évora e 20000\$00 atribuídos pela Câmara Municipal de Portalegre) montámos um campo de trabalho no local, mas bem delimitado pelo proprietário do terreno que nos autorizou somente a sondar entre os afloramentos e não no terreno mais plano para não destruímos a pouca pastagem que nesse quentíssimo verão ainda conseguia alimentar a meia dúzia de cabras que aí estanciavam.



Figura 3. Vista geral do povoado do Veloso.

O sítio arqueológico, cuja zona mais proeminente possui as seguintes coordenadas: 39°21'11" N / 7° 26'10" W, localiza-se a 2kms para sul da aldeia das Carreiras (Concelho de Portalegre), do lado esquerda da estrada para quem se dirige a Portalegre (fig.1 e 2). À superfície não eram visíveis quaisquer vestígios de estruturas (fig.3), tão só os materiais acima descritos. A maior concentração de materiais ocorria imediatamente junto ao muro que confina com a estrada, numa suave encosta virada noroeste, não

muito distante duma linha de água, atualmente de curso sazonal. Em zona granítica os solos são leves e de fácil mobilização.



Figura 4. Povoado do Veloso, trabalhos na sondagem A.



Figura 5 . Povoado do Veloso, trabalhos na sondagem A.

No dia 21 de agosto de 1985, acompanhados por quatro jovens que connosco já tinham colaborado em anteriores escavações (Regina, Inês, Mateus e Paulo) e apenas estes porque a nossa viatura não permitia mais ocupantes, demos início aos trabalhos (fig.4 e 5). No segundo dia tivemos a colaboração dum funcionário da Junta de Freguesia, de seu nome João, que só compareceu nesse dia porque não suportava o calor. Seria esta a colaboração da Junta de Freguesia das Carreiras para os nossos trabalhos.

Procedemos à marcação de uma área (Sondagem A – SA) de 6 metros de comprimento por 2 metros de largura, formando, portanto, três quadrados de 2x2 metros, orientada a N-S magnético, na cota mais alta entre o afloramento mais proeminente e o muro que delimita a estrada. Retirada a camada superficial de cerca de 15 cms, até ao limite dos sulcos do arado, nada se encontrou. Na camada subsequente, de terra mais compacta, começaram a ocorrer blocos de granito de pequena dimensão parecendo configurar um empedrado, mas muito afetado por movimentações antigas. Mantivemos o empedrado nos locais onde ocorria e aprofundámos na área onde já não existia atingindo-se a rocha imediatamente a seguir, a uma profundidade média de 25 a 30 centímetros em relação à superfície (fig.6). Nesta sondagem não foi possível identificar qualquer artefacto.



Figura 6. Povoado do Veloso, vista final da sondagem A.



Figura 7. Povoado do Veloso, vista da sondagem B.



Figura 8. Povoado do Veloso, crivagem de sedimentos.

Assim, optámos por abrir uma outra sondagem (SB) 20 metros a norte do limite da primeira, apenas com uma área de 2X2 metros, numa zona que aparentava possuir maior potência de solo (Fig.7). Estávamos, portanto, na tarde do quarto dia de trabalhos quando um violento incêndio que teve início na encosta do Frei Álvaro, na Serra de

Portalegre, se encaminhava velozmente para a nossa direção. Os bombeiros obrigaram-nos a evacuar o local da escavação não nos permitindo recuperar mais do que as máquinas fotográficas e o nível ótico. Todo o equipamento ficou queimado não restando mais do que as partes metálicas dos picos e enxadas e o carrinho mão. Sacos de plástico, fichas, fitas métricas, crivo, prancheta, plantas e demais desenhos tudo desapareceu. Sem mais apoios ficámos impossibilitados de dar continuidade à escavação. As mós, percutores, moventes e o machado de pedra polida encontrados à superfície ficaram depositados na sede do Gabinete de Arqueologia da Câmara de Castelo de Vide onde, acreditamos, ainda se conservam.

3. Em conclusão

Decorrente da curta campanha de trabalhos arqueológicos que promovemos no, por nós denominado, Povoado do Veloso permite-nos hoje reconhecer que o local terá tido uma curta ocupação durante o Neolítico Inicial, onde ocorrem os hoje reconhecidos empedrados de fundo cabana. Os poucos materiais de superfície parecem ser concordantes com estes empedrados, embora não tivéssemos reconhecido a presença de cerâmicas decoradas, também porque apareciam muito fragmentadas e profundamente roladas. O machado de secção oval enquadra-se no contexto que lhe atribuímos. A profusão de mós, sobretudo de dormentes alongados, é que parece afastar-se dos elementos de mó de menores dimensões que costumam ocorrer neste ambiente dos inícios das comunidades agrícolas. Intrigante é também a presença dum grande dormente com o dorso decorada por múltiplas covinhas (fig.10 e 11). Esta peça encontrava-se na parte central dos afloramentos com o dorso para cima, sendo as suas covinhas bem visíveis de quem se aproximasse do local. O simbolismo destas covinhas e a posição estratégica da mó no centro do povoado poderá ter tido algum significado simbólico que hoje desconhecemos.

Junto à porta de uma habitação rural situada do outro lado da estrada a escassos trezentos metros para sudoeste do Povoado do Veloso encontrava-se gravado num volumoso bloco de granito, numa das faces aplanadas, um jogo de tabuleiro de quadrados concêntricos cruzados por dois eixos ortogonais, vulgarmente conhecido por alquerque (Fig.12).

Depois desta experiência desconcertante nunca mais visitámos ao local.



Figura 9. Povoado do Veloso, elemento de mó, in loco.



Figura 10. Povoado do Veloso, elemento de mó com covinhas, in loco.

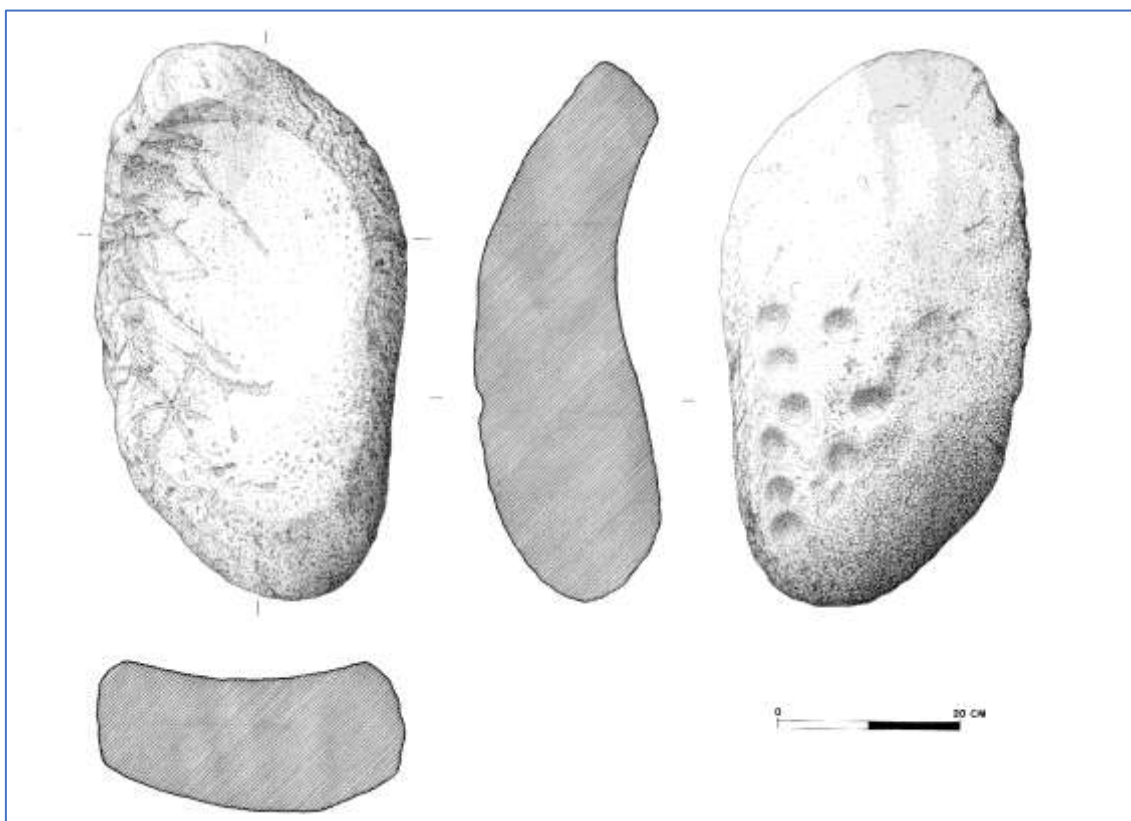


Figura 11. Povoado do Veloso, elemento de mó com covinhas.



Figura 12. Alquerque do Veloso.

Bibliografia

- CERRILLO, E. et al. (2002) - La secuencia cultural de las primeras sociedades productoras en Extremadura: una datación absoluta del yacimiento de los Barruecos. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 59, n.º 2.
- DINIZ, M. (2001) - O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4, n.º 1. Lisboa: IPA.
- DINIZ, M. (2001) - Uma datação absoluta para o sítio do Neolítico Antigo da Valada do Mato, Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4, n.º 2. Lisboa: IPA.
- DUQUE, D. (2005) - Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chão y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria reciente del Suroeste peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8, n.º 1. Lisboa: IPA.
- GONÇALVES, V. S. (2002) - Lugares de Povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz): um ponto da situação em inícios de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5, n.º 2. Lisboa: IPA.
- LEISNER, G. & V. (1959) - *Die Megalithgraber Iberischen Albinsel, Der Westen*. Berlin.
- OLIVEIRA, C. (2000) - *Relatório do Trabalho de Prospeção Arqueológica na Coudelaria de Alter, Abril/Junho*. (estudo inédito policopiado).
- OLIVEIRA, J. de (1997) - Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever. *Ibn Maruán* (n.º especial). Lisboa.
- OLIVEIRA, J. de (2001) - O Megalitismo de Xisto da Bacia do Sever Montalvão – Cedillo. Muitas antas pouca gente?, *Trabalhos de Arqueologia*. 16. Lisboa: IPA.
- OLIVEIRA, J. de (2001) - Continuidade e Rupturas do Megalitismo do Distrito de Portalegre. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. III. Porto: ADECAP.
- OLIVEIRA, J. de (2010) – Neolítico e Megalitismo na Coudelaria de Alter. *Actas do Colóquio Internacional Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal, 4.º e 3.º milénios a.n.e.* C.M. Cascais / Uniarq, Lisboa.
- ROCHA, L. (2005) - *Estudo do Megalitismo Funerário no Alentejo Central – a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento: Lisboa: FLL/UL. ed. policopiada.